

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**Globalização e a migração internacional no mundo do trabalho:
O MERCOSUL em questão**

Goiânia - GO
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CLÁUDIA GLÊNIA SILVA DE FREITAS

**Globalização e a migração internacional no mundo do trabalho: O
MERCOSUL em questão**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Sociologia - Mestrado - da Faculdade de Ciências Humanas
e Filosofia, para a obtenção do título de Mestre em
Sociologia.**

Orientação de professora Dra. Marta Rovey de Souza.

Goiânia - GO
2006

À minha família que tanto me incentivou, exemplo,
mestre e luz dos meus estudos.

"Mais do que migrantes há um definido universo social da migração... Mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar é mais do que ir e vir - é viver em espaços geográficos diferentes....é ser duas pessoas ao mesmo tempo.... é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo.... É estar em dois lugares, ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É até mesmo, partir sempre e não chegar nunca ."

Ester Rosa Rossani

AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora desta dissertação, Marta Rovey de Souza, pela dedicação e confiança depositada e demonstrada, pelos incentivos e carinhos nos momentos de tristeza e desespero e pela excelente criatividade nos momentos onde os meus sonhos se escureceram.

Ao Departamento de Sociologia que sempre me auxiliou quando necessário, encaminhando ofícios e disponibilizando os materiais na busca dos dados essenciais para construção dessa tão difícil tarefa.

Aos amigos e parentes que contribuíram com ricas reflexões e demonstrações de afeto, carinho e incentivo.

RESUMO

O processo de globalização, presente no mundo moderno, sedimentou de forma paulatina o esforço humano por superar fronteiras geograficamente existentes entre os povos, trazendo a tona um movimento populacional diferente dos já até então existentes. Movimento este impulsionado pela busca de melhores condições de trabalho e pelas facilidades advindas da criação dos vários processos integracionistas assinados por diversos países. Essa dissertação pretende investigar como a globalização pode provocar, através de diversos fatores, como a reestruturação produtiva e espacial, o movimento populacional internacional entre os países do globo, enfocando esse movimento dentro da América Latina. Investigando desde as tentativas de integração dentro do continente Sul Americano até a assinatura do Tratado de Assunção, documento criador do MERCOSUL. Buscará entender os recentes movimentos migratórios para o Brasil no contexto intra bloco. Neste sentido analisará a evolução econômica, política e social dos países signatários, na tentativa de captar as justificativas para esse crescente movimento populacional, que hoje atinge além das metrópoles brasileiras, as regiões limítrofes, com os demais Estados Partes, como o Centro Oeste.

Palavras-chaves: globalização, reestruturação produtiva, MERCOSUL, movimentos populacionais e imigração para o Brasil.

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 - Taxa de atividade, emprego e desocupação da população acima de 15 anos, por país - ano de 1999 (%)

.....
41

TABELA 2 - Estrangeiros por ano censitário, segundo o país de nascimento

.....
72

TABELA 3 - Quantidade de Argentinos por unidade da Federação

.....
85

TABELA 4 - Quantidade de Bolivianos por unidade da Federação

.....
88

TABELA 5 - Quantidade de Paraguaiois por unidade da Federação

.....
91

TABELA 6 - Quantidade de Uruguaiois por unidade da Federação

.....
93

TABELA 7 - Quantidade de imigrantes do MERCOSUL para os Estados da região Centro Oeste (incluso o Distrito Federal)

.....
96

LISTAS DE QUADROS

QUADRO I - Síntese da evolução das relações de trabalho

.....
37

QUADRO II - Entrada de imigrantes no Brasil - 1870/1907

.....
67

QUADRO III - Entrada de imigrantes no Brasil - 1908/1953

.....
69

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA I - Carta da Jamaica
.....
45

FIGURA II - Comissão Econômica para a América Latina
.....
46

FIGURA III - Associação Latino Americana de Livre Comércio
.....
47

FIGURA IV - Pacto Andino
.....
48

FIGURA V - Associação Latino-Americana de Integração
.....
49

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Participação relativa dos imigrantes do MERCOSUL + Bolívia levando-se em consideração o total de imigrantes da América do Sul

.....
78

GRÁFICO 2 - Estrangeiros do MERCOSUL + Bolívia por situação do país de nascimento

.....
79

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| <u>AGRADECIMENTOS.....</u> | <u>5</u> |
| <u>RESUMO.....</u> | <u>6</u> |
| <u>LISTAS DE TABELAS.....</u> | <u>7</u> |
| <u>LISTAS DE QUADROS.....</u> | <u>8</u> |
| <u>LISTAS DE FIGURAS.....</u> | <u>9</u> |
| <u>LISTAS DE GRÁFICOS.....</u> | <u>10</u> |
| <u>1 - APRESENTAÇÃO.....</u> | <u>12</u> |
| <u>2 GLOBALIZAÇÃO.....</u> | <u>15</u> |
| 2.1 - Noções introdutórias e Contextualização da Globalização..... | 15 |
| 2.2 - Delimitação Conceitual..... | 18 |
| 2.3 - Efeitos do processo de globalização - O Estado-Nação..... | 26 |
| 2.4 - O trabalho em evolução..... | 30 |
| 2.5 - A América Latina Neste Contexto..... | 37 |
| 2.5.1 - Dificuldade de inserção nos novos processos mundiais..... | 38 |
| 2.5.2 - A busca pelo processo de integração - MERCOSUL..... | 43 |
| <u>3 – MIGRAÇÃO INTERNACIONAL.....</u> | <u>53</u> |
| 3.1 - Questões relevantes sobre os processos de migração..... | 53 |
| 3.2 - O Brasil inserido nos movimentos migratórios internacionais..... | 63 |
| <u>4 - A IMIGRAÇÃO NO BRASIL - MERCOSUL.....</u> | <u>73</u> |
| 4.1 - As migrações recentes e procedentes do MERCOSUL e Bolívia para o Brasil..... | 73 |
| 4.2 – Explorando alguns dados dos censos de 1991 e 2000..... | 82 |
| 4.3 – Centro-Oeste: novo pólo imigratório do Brasil..... | 92 |
| <u>5 - Considerações Finais.....</u> | <u>99</u> |
| <u>Bibliografia citada.....</u> | <u>102</u> |
| <u>ANEXO I - Carta da Jamaica.....</u> | <u>108</u> |
| <u>ANEXO II - Email recebido pela Embaixada do Uruguai.....</u> | <u>118</u> |

1 - APRESENTAÇÃO

Pode ser observada no contexto mundial uma reorganização econômica, cujo reflexo se nota em todos os países, continentes, sociedades, classes, em uma nova forma de acumulação produtiva que transforma espaços urbanos em busca de uma incansável luta pela inserção na dinâmica global.

Essa nova dinâmica na economia internacional emergente altera não só os espaços urbanos, como também rearticula a população neles existentes, uma vez que com a dispersão espacial da produção, sustentada, entre outros fatores, pelas tecnologias de informações, a concorrência internacional aumenta e com ela a migração da atividade produtiva. É o trabalhador em busca de melhores condições no exercício de suas atividades laborais.

O mundo, chamado moderno, vem sofrendo grandes modificações sociais, pois a luta que os países travavam individualmente reverteu-se num complexo jogo entre conjuntos de países, chamados blocos econômicos.

O MERCOSUL (Mercado Comum dos Países do Cone Sul) é resultado dessas modificações, advindo de uma grande aproximação que Brasil e Argentina tiveram em 1985 na busca de se inserirem no contexto mundial em condições de enfrentá-lo competitivamente.

O processo integracionista Latino-americano – MERCOSUL pode ser analisado sob vários ângulos e aspectos. A presente pesquisa pretende trazer à tona a inserção do Brasil no contexto internacional de deslocamentos populacionais, registrando os movimentos imigratórios dos trabalhadores intra-bloco, tendo o Brasil como país receptor.

Nos últimos vinte anos um grande número de trabalhadores uruguaios, paraguaios, bolivianos e argentinos vem imigrando para regiões brasileiras, sobretudo para a região metropolitana de São Paulo, Minas Gerais e para as regiões de fronteiras, como o Mato Grosso.

A partir do ano de 1990, esses trabalhadores, devido à crise de desemprego vivenciada em seus países, vêm imigrando com maior intensidade para diversas partes do Brasil, todos sem a menor proteção e operacionalidade no exercício de suas atividades.

Tais acontecimentos levam a reflexões como: a) o da nova realidade do território, que deve ser analisado, dentro deste contexto, como uma "comunhão global" (Santos,1996:15), ou seja, uma interdependência universal dos lugares e; b) o atual contexto de modernidade, que gera um ritmo acelerado nas mudanças, sendo estas de caráter global, alterando a natureza intrínseca das instituições de forma jamais vista na era moderna (Giddens,1991:15-16).

O Estado Nação foi um marco, um divisor de águas, sendo o território, seu fundamento. Nos últimos anos desta década, a noção de Estado Territorial passa a ser a de transnacionalização do território, para se falar em "Mundo", fala-se em "Mercado", que atravessa tudo. Mercado das coisas, mercado das idéias, é o novo paradigma da globalização que prevê uma suposta democracia de mercado, em que o território deve ser compartilhado.

E é nesta perspectiva que serão estudados os deslocamentos populacionais de um espaço a outro, mesmo sabendo que inúmeras são as dificuldades metodológicas para caracterização desses deslocamentos dentro do que é chamado movimento migratório.

Dentro desse quadro, marcado pelo direcionamento da produção visando o mercado mundial, as empresas se adaptam a um ambiente extremamente competitivo, produzindo com eficiência, qualidade e, acima de tudo, baixo custo. Essas transformações acarretaram no surgimento de novos desafios antes sem muita relevância no quadro das imigrações brasileiras.

Merece atenção, hoje, a análise dos aspectos sócio-econômicos que caracterizam essa imigração contínua e crescente de mão-de-obra laboral dos países membros do MERCOSUL, tendo o Brasil como país receptor.

Para tanto, faz *jus* uma pesquisa dos diferentes sistemas de produção vivenciados mundialmente, compreendendo qual a contribuição da reestruturação produtiva nas relações de trabalho e quais são as novas configurações e realidades do território, verificando, com isso, as condições de atração e expulsão, razão prévia para que esse deslocamento populacional possa ocorrer.

Dessa forma, o primeiro capítulo procura apresentar a contextualização e a delimitação do conceito de globalização, demonstrando seus efeitos no Estado Nação. Além de um rápido histórico sobre as idéias e processos de integração na região Latino-Americana, enfatizando a evolução do trabalho e seus sistemas produtivos.

No segundo capítulo, será desenvolvida uma abordagem sobre a migração internacional, trazendo conceitos básicos e teorias que tentam explicar os movimentos populacionais, tanto imigratórios, quanto emigratórios, inserindo o Brasil nesses movimentos, demonstrando que o país em vários momentos distintos foi receptor de mão-de-obra laboral, desde a sua colonização.

Já no terceiro e último capítulo, será demonstrada a evolução imigratória no Brasil, limitando-se ao movimento intra-bloco MERCOSUL, descobrindo quem são esses imigrantes e para onde eles estão indo. Essa parte da dissertação será desenvolvida por meio de pesquisas junto ao Censo e outras instituições, com intuito de demonstrar a inserção do Brasil no contexto internacional de deslocamentos populacionais, como pólo receptor de mão-de-obra no intra-bloco.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho basear-se-á em fontes de dados secundários, eminentemente bibliográficas e documentais. Além disso, serão observadas: a sistemática dos estudos em andamento e das obras publicadas que tratam da regulamentação laboral dos trabalhadores do Mercado Comum do Cone Sul, bem como discussões apoiadas pelo CNPq em andamento no NEPO, UNICAMP e Cedeplar, o que beneficiará a elaboração de um plano específico de registros de informações, antes mesmo da coleta dos dados; a coleta dos dados, em livros, pesquisas científicas, publicações, jornais de grande circulação, Censo, dados do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal e das Embaixadas servirá de base ao desenvolvimento da pesquisa; os balanços das economias dos países da América Latina realizados pelo CEPAL; a legislação trabalhista básica de cada Estado Parte e de algumas Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT; os Tratados de Montevideu (1980), de Assunção (1991), Protocolos de Ouro Preto (1994) e de Brasília (1991), resoluções e diretrizes que formam o ordenamento jurídico do MERCOSUL, buscando uma análise interpretativa dos mesmos; as informações da imprensa escrita, como Diário do Grande ABC, Diário de Cuiabá e Gazeta Mercantil, do ano de 1980 até 2005, podendo ser contemplada no auxílio da pesquisa em um eventual dado complementar e ilustrativo.

2 GLOBALIZAÇÃO

2.1 - Noções introdutórias e Contextualização da Globalização

Há aproximadamente quatro décadas que se tenta explicar as transformações econômicas, sociais, laborais, as mudanças mundiais ocorridas, através de um novo conceito chamado globalização.

Para observar e compreender qualquer fenômeno social é necessária a análise do momento histórico vivenciado pela sociedade, pelo indivíduo, produto da miscigenação de complexas e indetermináveis relações humanas.

Entender a nova tessitura desse novo extrato social emergente não é tarefa fácil, principalmente porque a adoção do termo globalização, de certa forma, difundiu-se a tal ponto que se massificou, estando consagrado entre os atores sociais.

Uns admitem que a discussão do tema se deu inicialmente nos Estados Unidos a partir da metade da década de 80, como uma verdadeira inovação para a sociedade, um prenúncio de um brilhante século (THUROW, 1997). Outros, menos otimistas, advogam que o referido processo, em sentido amplo, tenha se iniciado no período das descobertas dos navegadores do século XV e XVI, nada mais sendo do que uma versão melhorada do processo de acumulação e expansão do capital (CHESNAIS, 1996). Neste caso, indicando uma aceleração do processo de internacionalização e de mundialização, inerente ao capitalismo desde o seu surgimento no final do século XV. Este, por sua vez, não poderia existir ou se desenvolver sem o mercado mundial.

Em *Manifesto do Partido Comunista*, Marx já afirmava que "A necessidade de um mercado em constante expansão compele a burguesia a avançar por todo o globo terrestre. Ela precisa fixar-se em toda parte, estabelecer-se em toda parte, criar vínculos em toda parte" (MARX, 1998, p.8).

Sustenta ainda que o capital tenderá a romper e destruir toda a barreira espacial oposta ao comércio, e toda a terra será conquistada por ele, como um mercado. Por outro lado, será reduzido o tempo de locomoção (tanto por transportes mais sofisticados e velozes quanto por informações - produzidas e comercializadas em escala mundial como mercadorias) e essas variáveis tendem a aumentar quanto mais desenvolvido for o capital.

No presente século, essa assertiva não é mais uma ideologia, é uma realidade econômica, pois empresas produzem em todas as partes do mundo, não obstante as fronteiras geográficas. Procuram o local onde a mão-de-obra e as matérias primas existam não só em maior quantidade, como também sejam mais baratas, visando um mercado consumidor internacional, cuja parceria harmônica é a internacionalização do capital, investido em inúmeros países, regiões e continentes, independente das situações econômicas intra-país.

Em 1840 o mundo presenciou o fortalecimento de um modo de produção chamado capitalismo industrial, período este marcado por várias e sucessivas revoluções burguesas liberais. "A burguesia, pela exploração do mercado mundial, conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para desespero dos reacionários retirou à indústria a base nacional em que esta assentava" (MARX, 1998, p. 9). Aproximadamente 150 anos depois, surge o capitalismo global e informacional, em um mundo marcado por modelos políticos e econômicos únicos.

Trata-se de uma nova estruturação da economia mundial, em razão da revolução tecnocientífica e pela imensurável concentração de capital, o que impulsiona, neste século, a expansão do capital de uma forma jamais vista antes na história do mundo.

Graças à revolução tecnológica da informática, a capacidade de processar e transmitir informações entre pessoas e empresas, no mundo de hoje, torna-se a maior base estrutural para a solidificação do processo de globalização, visto não existirem registros antecedentes a este momento que demonstrem essa aceleração do ritmo dos acontecimentos. Essa expansão do capital sempre foi notória no decorrer da história, conforme ficará demonstrado mais adiante, porém, esse processo de superação de fronteiras sempre se deu de forma lenta, paulatina, incoesa, bem diferente do que se tem neste século.

Não pode ser relegada a segundo plano a afirmação de Marx de que o capitalismo é um processo civilizatório, que influencia e modifica em maior ou menor grau as organizações do trabalho e a vida das comunidades, sociedades, indivíduos com as quais entra em contato. O próprio processo atravessa crises cíclicas que determinam sua transformação continuada, criando, recriando relações de produção, capazes de movimentar e configurar as sociedades para se manter e se eternizar.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de existência de todas as anteriores classes industriais. A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de representações e concepções secularmente veneradas; todas as relações que as substituem envelhecem antes de se consolidarem, Tudo o que era sólido e estável se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profano e os homens são enfim obrigados a encarar, sem ilusões, a sua posição social e as suas relações recíprocas (MARX; ENGELS, 1998, p. 8).

Pode-se chamar as afirmações acima desenvolvidas de teoria marxiana, na qual a realidade social é tida como essencialmente dinâmica. "É dinâmica, complexa e contraditória, já que envolve relações, processo e estruturas de dominação política e apropriação econômica, contexto no qual se produzem movimentos de integração e fragmentação" (IANNI,1999, p. 36).

Outras teorias, além da marxiana, estão sendo utilizadas para interpretar aspectos particulares desse novo modo de vida, de modernização, de globalismo, de mercado, de mundo.

A teoria sistêmica é uma delas. Ela toma como um sistema complexo a sociedade mundial, "produto da diferenciação crescente dos sistemas que a antecedem e a compõem". "O que predomina nessa teoria é a interpretação sincrônica, com a qual a realidade é apresentada como um todo orgânico, funcional e auto-regulado. Baseia-se nas técnicas eletrônicas" (IANNI,1999, p. 30). Para essa teoria os acontecimentos sociais tendem ao equilíbrio e quando, por sua vez, inesperadamente surge qualquer anomalia, o próprio sistema tende a corrigi-la ou suprimi-la.

Por outro lado, o processo de globalização pode ser estudado e interpretado dentro da teoria weberiana de racionalização crescente da vida social, tanto pregada por Weber.

A racionalidade com a qual se funda e desenvolve o capitalismo generaliza-se progressivamente pelas mais diversas esferas da vida social. Ainda que a racionalização crescente das ações e das formações sociais desenvolva-se principalmente no mercado, empresa, cidade, Estado e direito, logo ela se estende por outros ambientes. (IANNI, 1999, p. 32).

Não é matéria pacífica, como pode ser notado, a identificação do momento histórico inicial do processo de globalização, tampouco as teorias utilizadas para uma melhor interpretação, compreensão, engajamento de todo o processo e de todas as alterações vivenciadas, nos tempos mais recentes, pelo mundo, pela humanidade, pelo indivíduo, pela sociedade. Mas para começar a entender o momento histórico atual, carregado de todas as

suas transformações, é de suma relevância um olhar retrospectivo em alguns acontecimentos históricos não só do século XX, como também de momentos que o antecederam.

2.2 - Delimitação Conceitual

Sempre existiu na história da humanidade um esforço incalculável de superação das fronteiras geograficamente existentes entre os povos. Este processo, de certa maneira, se deu ao longo dos tempos de forma lenta, mas progressiva.

Por exemplo, pode ser registrada na história inicial da expansão do capital, a quebra dos navegadores portugueses do monopólio comercial da Itália com o Oriente, a entrada ao Oriente e a "descoberta" do continente Americano, como resultado dos primeiros marcos da expansão do capitalismo, que geograficamente fluía por todo o globo, formando-se e tornando-se, morosamente, um sistema único de produção e consumo.

Dentro do que foi proposto analisar na presente dissertação, é importante verificar o que se deu em algumas décadas mais tarde, qual seja, a imprudência dos regimes totalitários europeus que levou a uma aliança de forças e resultou no surgimento de duas grandes potências: os Estados Unidos e a União Soviética. Tal fato deu início a uma polarização do mundo sustentada por ideologias rivais e antagônicas, instaurando-se no contexto mundial a chamada "guerra fria".

Por mais contraditório que pareça, nesse período, o equilíbrio dessas duas potências representou para o capital internacional uma fonte de desenvolvimento que perdeu seu encanto nos anos 70, depois que o mundo ingressou em um período crônico de crises e de profunda recessão econômica, o qual gerou a queda na taxa de crescimento da produtividade do trabalho e queda na taxa de lucratividade do sistema capitalista mundial.

Com a quebra dessa bipolaridade imperialista e a falência das bases da economia internacional, surgem os primeiros fundamentos para o atual processo de globalização, assim como hoje é conhecido. A ordem bipolar começa a abrir caminhos para uma nova ordem, uma ordem multipolar, tendo como principais características o acirramento da guerra econômica entre empresas multinacionais e entre países, além da formação de grandes blocos econômicos regionais como o MERCOSUL, o NAFTA e a União Européia.

Anthony Guiddens, em sua obra *Conseqüências da Modernidade*, aborda a globalização, considerando ter ela quatro dimensões. Inicialmente, considera como primeira dimensão da classificação quádrupla a economia capitalista mundial.

Não descarta nessa abordagem o controle forte e quase ilimitado do poder econômico que tem a capacidade de influenciar sistemas políticos em qualquer parte do mundo. Porém, não entende existirem aspectos, em razão dos quais a influência do capital expressa esse poder de forma minimizada, sejam os fatores de territorialidade e de controle dos meios de violência. “Todos os estados modernos têm um monopólio mais ou menos bem-sucedido dos meios de violência no interior de seus próprios territórios” (GIDDENS,1991, p. 75).

Em qualquer análise dessa natureza sempre deve ser lembrado que a economia mundial capitalista transforma em mercadoria a força de trabalho e esse trabalho busca as melhores condições de se desenvolver.

Nessa perspectiva, o sistema dos Estados-Nações é a segunda dimensão da globalização, pois estes são os “atores principais dentro da ordem política global”, cuja soberania deve ser “entendida como algo reflexivamente” monitorada (GIDDENS,1991, p. 76) que, aliada à terceira dimensão, a ordem militar, influenciam, modificam e transformam as realidades internas e do mundo como um todo.

E é nessa abordagem que fica evidenciada a necessidade de focar dentro dos estudos populacionais, os novos processos econômicos, de redistribuição espacial da população, de reestruturação produtiva, para o entendimento do fenômeno migratório que se dá de forma interna e internacional, levando sempre em consideração as motivações para migrar, os tipos de pessoa que migram, a tentativa de mensuração do volume e direção desses fluxos.

A redistribuição da população, com o fenômeno da globalização, é o aumento das relações mundiais, através da união de localidades até então tidas como distantes (GIDDENS,1991, p. 69) e da reestruturação produtiva, na qual estão inseridos, tanto países "desenvolvidos" quanto os países tidos como "em desenvolvimento", que vêm assumindo nova roupagem e deve ser analisada à luz de reflexões sobre os novos padrões de acumulação de capital e seus impactos territoriais.

Nesse mar de modificações, as fronteiras estão sendo substituídas pelas divisas e a “autonomia dentro do território reivindicado pelo Estado é sancionada pelo reconhecimento das divisas pelos outros Estados” (GIDDENS,1991, p. 77), o que não diminui a soberania individual das nações envolvidas.

A quarta dimensão da globalização segundo Giddens diz respeito ao desenvolvimento industrial, que se funda na expansão da divisão global do trabalho, sendo ela um dos marcos divisores entre as áreas de maior ou menor industrialização no mundo.

A vinculação territorial do trabalho e dos trabalhadores pode ser entendida dentro da nova realidade do conceito de território e de seu uso, uma vez que são objetos de ações humanas. São, pois, considerados espaços habitados, existindo dentro do processo de globalização uma dialética do território, afirmada por controles locais de técnicas de produção cujas regulações (internacionalização do capital produtivo) estão ligadas a outros lugares que ultrapassam as fronteiras estabelecidas pelo Estado Nação. Isto cria o que Milton Santos chama de uniões verticais (em que pontos distantes utilizam os serviços e a matéria-prima sem interesse, com o reflexo dessa utilização na comunidade local) e uniões horizontais (geradoras de compromissos individuais, visando o bem comum).

Nesse enfoque, pode se justificar a união dos trabalhadores, vinculando o indivíduo e o trabalho ao território, como modo de intensificar suas atuações nas relações com o capital, fortificando a capacidade de decisão desses trabalhadores no próprio modelo de produção.

a eficácia dessa união vertical está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão às custas de normas rígidas... Enquanto que as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses.... Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade (SANTOS, 1996, p. 20).

O mundo vem se reorganizando economicamente e esse processo emergente de uma nova forma produtiva de acumulação de capital reflete transformando os espaços urbanos que buscam de forma cada vez mais competitiva sua inserção na dinâmica global.

Essa reorganização econômica pode, por sua vez, ser entendida na perspectiva da crise do regime fordista de acumulação, que altera os processos de organização do trabalho e o seu modo de regulação, estabelecendo novas regras nas relações de força entre hipossuficiente e detentores dos meios de produção.

Vale ressaltar que existem autores que defendem ser essa transformação uma extensão das estruturas fordistas e que o novo não se estruturará através de uma ruptura total com o seu antecessor, podendo, inclusive, ambos os modos de produção, estabelecerem-se dentro de uma mesma estrutura.

O importante é perceber que existe uma nova dinâmica na economia internacional emergente, alterando o próprio regime de acumulação de capital e com isso rearticulando os espaços urbanos e sua população.

Tais características tornam a relação de trabalho mais flexível e desaparece o intervencionismo estatal nesse particular. Dentro dessa estrutura "perversa" não existem mais espaços para o trabalho sem qualificação ou para o trabalho sem aptidões específicas. O economicamente inapto nessa perspectiva "não deve sobreviver", o que solidifica o fenômeno da exclusão social, não só nos países periféricos. O reflexo dessa estrutura pode ser observado na consolidação do desemprego estrutural, na alteração do emprego formal e no aumento do trabalho informal.

Nesse atual processo de reestruturação econômica, ocorre a dispersão espacial da produção com uma intensa mobilidade do capital, à medida que as tecnologias de informação conferem enorme dinâmica à produção e aos lugares, provocando um acirramento da concorrência internacional e uma migração da atividade produtiva. Essas tecnologias formam “um elemento essencial da reflexividade da modernidade e das discontinuidades que destacaram o moderno para fora do tradicional” (GIDDENS, 1991, p. 81).

Neste ponto de vista, o alargamento das fronteiras pode ocorrer pela formação de novos espaços produtivos ou pela transformação de outros já ocupados, colocando os países mais estruturados dentro do contexto mundial (sejam periféricos ou desenvolvidos) focos de mobilidades demográficas relacionados com o dinamismo de seus espaços territoriais.

Hoje, qualquer análise deve ser ponderada, vez que “Em ciência, nada é certo, e nada pode ser provado, ainda que o empenho científico nos forneça a maior parte da informação digna de confiança sobre o mundo a que podemos aspirar” (GIDDENS, 1991, p. 46).

Isso se dá, em grande parte, em decorrência da modernidade não ser uma “adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão” (GIDDENS, 1991, p. 45). Dessa forma, os elementos de qualquer conhecimento deverão ser sempre revisados, a chamada modernização reflexiva.¹

O fenômeno da globalização pode ser entendido como "a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa" (GIDDENS, 1991, p. 69). Implica em uma mudança drástica no ritmo da indústria, do comércio, dos transportes, das comunicações, que por si só justifica essa intensa e crescente interdependência econômica entre os países do globo terrestre.

¹ O conceito foi desenvolvido na obra *Modernização reflexiva* de Giddens como um "novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica" (Giddens.1997:12)

Seria de uma plausível ingenuidade reduzir o processo de globalização ao seu aspecto econômico, pois é impossível separar o econômico do social, do político, do demográfico, e dentro dessa ordem observa-se que

o paradigma clássico das ciências sociais foi construído e continua a desenvolver-se com base na reflexão sobre as formas e os movimentos de sociedade nacional. Mas a sociedade nacional está sendo recoberta, assimilada ou subsumida pela sociedade global, uma realidade que não está ainda suficientemente reconhecida e codificada. A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações (IANNI, 1997, p. 237).

Analisando mais a fundo, pode-se observar que o processo de globalização é um fenômeno "multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo" (SANTOS, 2002, p. 26).

Essa interação, dessa forma, transforma o sistema mundial, provocando um aumento na distância que separa as nações economicamente mais avançadas dos países "menos desenvolvidos", tornando cada vez mais gritantes as desigualdades entre os níveis de desenvolvimento humano desses países. Além disso, reduz a importância das fontes de energias e das matérias-primas, passando a valorizar as tecnologias de ponta.

Aliados a todas essas transformações surgem os conflitos étnicos; a redistribuição espacial ocasiona o surgimento de novos Estados e a falência de outros, bem como com a dispersão espacial da produção com uma intensa mobilidade do capital e a migração internacional massiva.

Já nos anos 60, o intelectual canadense Marshall McLuhan observou uma mudança da forma vivenciada neste século, no que concerne aos meios de comunicação, nomeando esses acontecimentos como "aldeia global". Segundo Marshall, a tecnologia seria uma extensão do corpo humano e como tal formaria uma rede de comunicações, como se fosse o cérebro e se espalharia pelo mundo. Nenhum estudioso, independente da corrente doutrinária a que está adstrito, deixa de destacar a fascinante importância das tecnologias de ponta no processo da nova ordem mundial, pois, sem essa revolução da robótica e da microeletrônica (Terceira Revolução Industrial), o processo de globalização não teria se desenvolvido e se ramificado por todo o globo da forma como se verifica hoje.

Envolvendo o processo de globalização dentro do raciocínio causal², podem ser observadas as seguintes causas para o seu surgimento:

² Teoria de Daniel Little, discutida em seu livro *Varieties of social explanation*, quando diz que "Há três idéias comumente envolvidas no raciocínio causal: a idéia de um mecanismo causal conectando causa e efeito, a idéia de uma correlação entre umas ou mais variáveis, e a idéia de que um evento é uma condição necessária ou suficiente para outro." (Little. 1991:13).

- a) com o declínio do poderio soviético, o capital pode "despreocupadamente" fluir sem o temor de qualquer incursão ideologicamente mais poderosa, possibilitando a corporificação da idéia de um mercado mundial, mercado que atravessa tudo, mercado das coisas, mercado das idéias, é o novo paradigma da globalização que prevê uma suposta democracia de mercado, onde o território deve ser compartilhado;
- b) o progresso tecnológico provocou um encurtamento entre as distâncias, inovação esta incorporada maciçamente pelos agentes produtivos e financeiros, fracionando as atividades econômicas para diversas localidades; é o espaço territorial como elemento secundário;
- c) o aumento do déficit público dos países ditos desenvolvidos, em desenvolvimentos e subdesenvolvidos em razão das políticas do bem-estar social, que passam a ser combatidas. Alterando o comportamento estatal em relação à política assistencialista de assegurar gastos públicos com previdência social, saúde e outros benefícios sociais, em favor de deixar a economia alçar vôos maiores. Tais alterações, se não bastassem, foram aliadas a uma abertura cada vez maior quanto à circulação de bens, serviços e capitais, o que, por sua vez, provocou uma privatização desmedida de empresas estatais e serviços públicos juntamente à busca da desregulamentação da força de trabalho;
- d) a alteração do perfil populacional, pois, com o avanço da medicina, a expectativa de vida se amplia e com ela os gastos estatais como: seguro social e assistência médica, encarecendo o sistema previdenciário;
- e) modernização e barateamento dos transportes em todos os seus níveis, possibilitando um melhoramento tanto no comércio internacional, quanto na migração da população entre os países do mundo. As formidáveis invenções e inovações nas áreas da informática, de telecomunicações, da genética e dos meios de transportes podem ser chamadas de terceira revolução tecnológica;

Essas causas acima elencadas contribuíram direta e indiretamente para a atenuação da idéia de Estado soberano e provocaram o conjunto de mudanças que hoje é chamado de globalização, o qual pode ser entendido como um processo de expansão do capital internacional tal qual ocorreu no mercantilismo, no colonialismo, no imperialismo, e no transnacionalismo, visando à expansão dos lucros.

Apesar das semelhanças dos processos de expansão do capital ocorridas ao longo da existência do próprio capital, a globalização tem certas individualidades decorrentes da derrocada do paradigma do Estado soberano como observado anteriormente. Pela primeira vez, na história do mundo, o capital não precisa do ente estatal para viabilizar a sua expansão, sendo em vários momentos cúmplice da mesma.

Não consegue se vislumbrar um movimento assimétrico entre o avanço tecnológico e o que deveria ser um avanço institucional. O ser humano, hoje, manuseia instrumentos tecnológicos de impacto mundial, e a capacidade do governo de buscar uma evolução comparável está restrita, engessada institucionalmente.

Essa mesma tecnologia que redefine os novos tempos está diretamente ligada à redefinição dos espaços, pois o planeta Terra encolheu de maneira nunca vista ou sentida antes. Quase tudo se mundializou, enquanto isso, os instrumentos de regulação continuam agindo dentro do que se tem como nacional, gerando uma perda de governabilidade, criando um espaço de "vale-tudo internacional". "Enquanto o planeta encolhe e tudo se torna mais próximo, e as populações se encavalam nos espaços urbanos, o precipício econômico e social entre estas populações aumenta rapidamente" (DAWBOR, 1999, p. 11).

É interessante observar como se manifesta a globalização através de uma divisão internacional de tarefas, em que os produtos industriais mais sofisticados e valiosos são o resultado de operações realizadas em vários países. Porém, os funcionários de maior qualificação e com maiores salários criam na matriz da multinacional seus produtos, que posteriormente são fabricados por uma mão-de-obra de muitos assalariados, extremamente barata.

Talvez esses acontecimentos possam ser observados com maior segurança contrapondo os conceitos de multinacionais e de transnacionais.

A empresa multinacional opera num número determinado de países e ajusta suas atividades e seus produtos para cada um deles. Já a corporação transnacional opera em todo o planeta como se ele fosse uma única nação: ela vende as mesmas coisas, e da mesma maneira, em todos os lugares (CARMO, 1998, p. 10).

A transnacional trata o mundo como mercado único, a multinacional ainda está ligada de certa forma ao terreno em que se solidifica; assim, observa de forma primária a adaptação do produto ao consumidor nacional, o que não ocorre com a transnacional, que enxerga as especificidades de cada país de forma secundária. É o mercado internacional que dita as suas normas.

Daí a diferença da incidência da globalização nos países e a necessária intervenção dos Estados nacionais nessa conjuntura, mesmo que tenha que se adaptar a nova realidade. O que não pode é ser decretada a obsolescência do Estado Nacional.

Octávio Ianni chamou de "a era do globalismo" todas essas alterações e modernizações vivenciadas, incrementadas, solidificadas pelo mundo de hoje, podendo este processo ser visto

como uma configuração histórico-social no âmbito da qual se movem os indivíduos e as coletividades, ou as nações e as nacionalidades, compreendendo grupos sociais, classes sociais, povos, tribos, clãs e etnias, com as suas formas sociais de vida e trabalho, com as suas instituições, os seus padrões e os seus valores...São realidades sociais, econômicas, políticas e culturais que emergem e se dinamizam com a globalização do mundo ou a formação da sociedade global (IANNI,1999, p. 16).

Mais uma vez, não se pode deixar de reafirmar que a globalização é um processo advindo de condições múltiplas, envolvendo vários aspectos em sua construção, que se revela de forma diferenciada conforme o lugar e a perspectiva de observação. Não está acabado e evidenciado da mesma maneira para todos, cada um o sente de acordo com a sua realidade social, econômica, institucional, comercial, cultural, religiosa, individual e coletiva. É uma ruptura praticamente geral nos modelos afirmados e reafirmados de Estado Nação, do nacional. É a entrada em um novo ciclo, que altera as realidades geográficas e históricas tidas como verdadeiras e imutáveis, onde mapas são redesenhados e o mundo adquire novas configurações.

Por onde passa, o capitalismo abre fronteiras, recria espaços, realiza reformas desregulando a economia, mudando a legislação trabalhista e abrindo mercados, que, por sua vez, provocam um desenvolvimento desigual e combinado nos modos de produção e no processo civilizador. Distâncias são diminuídas através dos meios de comunicação e de informação, movendo pessoas e idéias e ao mesmo tempo aumentando as desigualdades nacionais e internacionais dos povos do globo.

Apesar da força da globalização ter se intensificado, dentre outras causas, pelo desmantelamento da ideologia advinda do poderio soviético, não se pode afirmar que a história chega a seu fim, que ideologias se esgotam, pois a ideologia se reproduz e se produz dentro dos movimentos sociais, tanto em nível nacional, quanto global. Uma vez se desenvolvendo dentro das relações de produção, a globalização cria novas forças sociais e novas formas de lutas sociais.

É nessa diversidade e universalidade que o planeta Terra torna-se o território da humanidade, o local ideal para o surgimento de uma consciência nova e necessária ao uso e à apropriação da força de trabalho, do espaço e da natureza, muitas vezes usados de modo destrutivo. É o surgimento de uma formação de cidadania em escala global que pode provocar um enfrentamento da realidade do mercado global, que longe está de sustentar qualquer tipo

de harmonização completa, chegando mais perto de fabricar e acirrar com maior austeridade as desigualdades e as diversidades.

2.3 - Efeitos do processo de globalização - O Estado-Nação

Pode ser observado no decorrer da história que superpotências sempre buscam, através de seus intelectuais, a formulação de teorias para justificarem os caminhos e descaminhos na evolução do capitalismo e do processo de desenvolvimento dos seus próprios países. Nesse quadro de idas e vindas, de tomadas e retomadas de várias teorias, reformulações e adaptações, não pode ser relegado a um plano secundário o que se deu em meados de 1826, no que concerne ao continente Americano, quando Bolívar advertia as nações libertas do colonialismo sobre o perigo da expansão dos Estados Unidos nos moldes da doutrina Monroe, que deixava clara a busca daquele Estado à hegemonia do continente.

O Estado, no decorrer da história mundial, demonstrou fortes indícios de proteger as empresas e os setores mais frágeis da sociedade, buscando planejar e coordenar o desenvolvimento econômico da nação. Assim, uma importante construção histórica do pós-guerra se solidificou nos países industrializados: o Estado do Bem-Estar Social, decorrente de uma aliança entre as políticas econômicas e sociais, que resultou em um crescimento econômico sem precedentes na maioria das economias capitalistas.

Ocorreu um consenso acerca da necessária manobra política e econômica, uma vez que os estímulos econômicos deveriam ser conjugados com a segurança e a justiça social. A política social desanimaria os conflitos sociais através de políticas sociais (como seguro-desemprego, auxílio-doença e outras políticas de segurança e justiça social) e a política econômica regularia e estimularia o crescimento econômico.

Porém, esse casamento não conseguiu se sustentar após os anos 80. Momento em que a economia, não mais precisando do ente Estatal para se impor e se expandir, prega uma volta aos "sadios" mecanismos do mercado, sem qualquer proteção Estatal, afirmando ser o Estado obsoleto para resolver problemas de ordem econômica e também estar falido para manter as estruturas do *Welfare State*.

Não pode ser ignorado que o mundo hoje, não obstante o grau de evolução industrial a que está adstrito, vive uma crise profunda, que afeta não só as estruturas sociais como também as estruturas de poder, se enraizando em todos os níveis das sociedades. Essa

crise se funda na aceleração inflacionária, na desorganização do sistema financeiro e nas elevadas taxas de desemprego, redefinindo papéis e ações sociais e políticas.

Dessa forma, o que foi vivido no pós-guerra estremeceu, rompeu-se, face a um baixo crescimento econômico com aceleração inflacionária e desequilíbrios financeiros dos Estados, o que gerou um conflito entre a política econômica e a política social.

Não bastasse o mencionado, é visível a diminuição na capacidade de gerenciamento pelo Estado, seja por estarem os mecanismos de política longe de alcançarem os mecanismos do mercado global, seja pela crise governantes-governados.

Torna-se notório que os financiamentos com gastos sociais vêm sendo não só diminuídos, como muitas vezes minados, seja pelo desemprego crescente, pela inflação, ou mesmo pela redução nas contribuições arrecadadas pelo Estado, incapacitando-o de responder de forma satisfatória às exigências dos programas sociais.

Dessa forma, uma saída pode ser reorientar os programas sociais para se tornarem mecanismos atuais de soluções de problemas como a pobreza; a desigualdade social, a provisão inadequada para famílias de trabalhadores de baixa renda; incapacidade de estender aos que nunca trabalharam ou aos trabalhadores de tempo parcial os direitos e a proteção; discriminação contra mulheres e minorias; ênfase em políticas curativas e não preventivas na área da saúde (OIT, 1998). Essa reorientação dos programas sociais pode ser não só curativa, mas também preventiva, tentando, com isso, solucionar as raízes dos problemas da distribuição de riquezas e da erradicação da pobreza.

Dizer que os gastos sociais e sua forma de financiamentos são responsáveis pela inflação, pelo declínio dos investimentos e pelo desemprego é muito simplista. Afirmar ainda que as políticas sociais desestimulam o trabalho, rebaixando os níveis de produtividade, é forçar uma ideologia não intervencionista do Estado em um momento em que a sociedade precisa da sua proteção face ao assustador fenômeno da globalização nos moldes em que está sendo imposto.

A imposição neoliberal³, difundida a partir do Consenso de Washington⁴, traz em seu bojo algumas inovações que deveriam ser absorvidas por todos os Estados do globo, sem a devida análise do contexto sócio-econômico dos países separadamente. Essas mudanças institucionais as quais todos deveriam se curvar são, em suma:

³ Doutrina centrada na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do papel e tamanho do Estado, apresentada como uma fórmula da modernização.

⁴ Formulações elaboradas no final da década de 1980 por um grupo de intelectuais estadunidenses, guiados por John Williamson, do *Institute for International Economics*, a serviço de instituições financeiras como o FMI, Banco Mundial e o BID, e do governo dos Estados Unidos, que deram origem ao modismo da subordinação do Estado ao Mercado.

- a) uma diminuição sensível na intervenção/regulação estatal na economia dos seus países;
- b) novos direitos no que concerne à propriedade intelectual dentro do direito internacional;
- c) pressão das agências multilaterais, como Banco Mundial, FMI, para que o Estado se subordine às metas por eles designadas.

Há autores, como Paulo Nogueira Batista, que, de outra forma, distribuíram a abrangência do "Consenso de Washington" em dez regras: "disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimentos diretos do estrangeiro; privatização, desregulação e propriedade intelectual." (1994:26).

Essas receitas impostas para todo o mundo, em alguns, casos parecem não ter sido aplicadas como imaginavam os defensores do consenso, pois, apesar das dificuldades, alguns países vêm buscando a utilização de ingredientes de acordo com a realidade interna vivida, selecionando de forma a adequar as imposições para não terem impactos tão corrosivos e destrutivos à sociedade nacional, como um todo.

Mesmo com essas tentativas contra-hegemônicas, não se pode deixar de notar que o Estado-nação perdeu e vem perdendo grande parte da sua centralidade tradicional, pois não mais pode ser visto como única unidade privilegiada de iniciativa nos campos da política, do social e do econômico.

É notório que a aliança histórica entre sociedade de mercado e o Estado-Providência se enfraquece. Esse regime de bem-estar, que tem sido suporte ao exercício da cidadania, vem sendo alvo de críticas e pressões como já mencionado, com o intuito de alterar todas as esferas da sociedade buscando uma reestruturação nas relações dentro da família, emprego, do público e do privado. É uma nova fase das sociedades, que por mais que se alterem as nomenclaturas – modernidade tardia, pós-modernidade, modernização reflexiva, sociedade global – o que se tem de certo é a incerteza, o risco, o contraditório.

A categoria do risco é uma construção social. Incorpora uma abordagem secularizada da vida, onde tudo pode ser previsto, e a proteção relativamente aos riscos eventuais passa por controlar o tempo e disciplinar o futuro. A filosofia subjacente à construção do risco assume que o risco é colectivo, assume que cada pessoa é um factor de risco, ao mesmo tempo em que é também o seu alvo, embora não necessariamente exposta aos mesmos graus de risco. A categoria do risco integra-se num entendimento racionalista da realidade que pressupõe uma tentativa de domesticação da incerteza, mas encerrando uma contradição fundamental: há regularidades do risco que podem ser identificadas e aplicadas aos indivíduos e aos grupos, podendo, no entanto, ser evitadas, desde que os indivíduos tenham consciência dessas regularidades e se predisponham a agir racionalmente (CARAPINHEIRO, 2002, p. 197).

A sociedade sempre foi entrelaçada e acompanhada por períodos de crises profundas, que na sua maioria vinham ao lado de certezas e de controle das incertezas e dos riscos, pois os sistemas institucionalizados até então tinham capacidade para as respostas. Hoje surge a sociedade de risco, termo utilizado por Beck, que se caracteriza pela generalização da insegurança, o que leva a um agravamento no risco social, situações indesejadas, imprevistas, conseqüências não esperadas.

Esses fatores indesejáveis não são um fenômeno novo. Contudo, em decorrência do dinamismo inerente à sociedade moderna, as novas formas de modernização, as quais têm o risco em seu bojo, estão provocando a possibilidade de uma "(auto) destruição criativa para toda uma era". O "progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica". É a chamada "modernização reflexiva" (GIDDENS, 1997, p. 12).

Se por um lado passa a existir um risco e uma incerteza que não pode ser controlada, por outro, o fenômeno da globalização aos poucos desterritorializa o social e o político, enfraquecendo o Estado-Providência, que se exime das responsabilidades de redução desses riscos, intensificando as mudanças em todo o sistema mundial. Tais mudanças são recebidas em nível regional de forma diferenciada, em razão do contexto vivenciado por cada Estado-Nação. Por exemplo, nos países da América Latina, o Estado-Providência sequer chegou a se solidificar, o que provocou crises fiscais e cambiais profundas com a aplicação da cartilha neoliberal.

Atualmente as pessoas não estão sendo libertas das certezas feudais e religiosas-transcendentais para o mundo da sociedade industrial, mas sim, da sociedade industrial para a turbulência da sociedade de risco global. Espera-se que elas convivam com uma ampla variedade de riscos globais e pessoais diferentes e mutuamente contraditórios (GIDDENS, 1997, p. 18).

A pressão maior a essas mudanças é externa, de grupos estrangeiros que buscam a qualquer custo transformar a intervenção do Estado em instrumento de expansão do capital sobre o que quer que seja nacional. No entanto, não deve ser olvidado o fato de que a teoria imposta é no mínimo utópica, diante da inexistência do mercado puro e perfeito, "através da ação destruidora de todas as medidas políticas, colocando em risco todas as estruturas coletivas capazes de resistirem à lógica do mercado puro..." (BOURDIEU, 1998, p. 137).

O Estado não é neutro, muito menos uma entidade imparcial, alheia aos acontecimentos,

é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que estes antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1997, p. 191).

Assim, uma das várias alternativas emergentes para que o Estado se mantenha em equidade em relação à forte pressão externa, imposta pelo capital e pelo sistema criado como única sobrevivência do modelo capitalista, vem sendo suas uniões, formando blocos econômicos, não com o intuito único de cooperação, mas sim, com pressuposição de uma integração regional cuja existência de uma ordem jurídica supranacional seja condição *sine qua non* para a solidificação da própria integração almejada.

Não seria correto afirmar que os processos de integração são fatos novos no cenário internacional, a própria experiência européia data da primeira metade deste século. Todavia, a crise do modelo tradicional do Estado-Nação, que se encontra em colapso, mudou a feição da busca pela integração no mundo, revelando um tipo de integração fundada na coercitividade em relação ao cumprimento das diretrizes fixadas, não se resumindo apenas a meras declarações de boas intenções.

É nessa perspectiva em que o Estado-Nação se encontra em declínio progressivo, pois a formação dos blocos integracionistas presumem a existência da supranacionalidade, com uma transferência da soberania estatal individualizada em favor da comunidade regional, pautada por uma verdadeira ordem jurídica comunitária, obrigatória e vinculante para todos os Estados-Partes. É neste contexto em que surge o MERCOSUL no continente sul-americano, depois de várias outras tentativas de formação de um conjunto de normas integracionistas.

2.4 - O trabalho em evolução

Pode-se observar no decorrer da história do trabalho que ele passou por diversas modificações até chegar ao que se tem hoje, o moderno sistema de produção capitalista, altamente globalizado, com o uso de tecnologias nunca vistas antes, e com um índice de desemprego estrutural alarmante em todo o globo terrestre.

Na era "pré-capitalista" o indivíduo e o meio buscavam se harmonizar, e é nessa tentativa de união que surgia a força mantenedora como meio de garantia da reprodução, através da caça, do cultivo, da pesca, das plantações, etc.

Apesar de estar sempre em uma constante busca pela harmonização, o homem ainda conseguia sentir-se proprietário da natureza, e não conhecia o peso do processo da acumulação primitiva do capital, precursor de uma série de rupturas no então processo produtivo vivido pelas sociedades. Uma das inovações advindas com os mecanismos de produção e reprodução do sistema capitalista foi o rompimento, o divórcio, a dissolução do vínculo existente entre o homem e a terra, em nome da solidificação da indústria nascente.

Este fato levou o produtor direto a perder a propriedade dos seus instrumentos de trabalho, o que por si só expropriou o trabalhador da sua auto-reprodução, podendo ele, então, dispor da sua força de trabalho, vendendo-a para sua própria manutenção e de sua prole.

Para que se possa vislumbrar um entendimento restrito do alto grau de desenvolvimento do processo produtivo e da organização do trabalho no mundo globalizado, é necessária essa rápida abordagem sobre o que o indivíduo foi como membro de uma comunidade, proprietário e possuidor da natureza, bem como a evolução das formas da organização do trabalho.

Posse e propriedade, senhor e produtor se misturavam e se relacionavam diretamente na forma de organização escravista. Já no feudalismo quem dominava o produtor, detinha o produto do trabalho, pois essa relação era conciliada pela terra. Além disso, a família desse período produzia também para sua subsistência, e aqueles bens não produzidos eram trocados.

O que se observa com o surgimento do capitalismo é que o operário vende sua capacidade produtiva por um tempo limitado, e o proprietário somente é possuidor, tem poder sobre o trabalho, apenas durante a jornada do operário, o que no dizer de Marx faz com que a força de trabalho ou a capacidade produtiva tenha e adquira um caráter de mercadoria.

Com o surgimento da indústria e a transformação da forma social de produção, ou seja, com o surgimento do capitalismo, vários operários trabalhavam para um mesmo capitalista, na produção de um mesmo tipo de mercadoria, ainda que o artesão detivesse o controle sobre o processo de trabalho, pois, a técnica era por ele dominada. Isto o fazia participar de todas as fases da produção.

Porém, esse foi um primeiro momento do processo de produção capitalista, quando se viu fortificado, poderoso, orgulhoso, único, meio e fim da produção. Com todo esse poder, começa-se a expropriar do produtor direto o saber, coloca o artesão para trabalhar em tarefas parceladas dentro do processo produtivo, some a concepção inicial do produto, o conhecimento do processo. A visão unitária da produção passa para as mãos do capital, que se utiliza de diferentes formas de controle e disciplina, de gerência e de vigilância para controlar

o todo do processo produtivo e do trabalho. É a soma das tarefas parciais que resulta no produto final almejado pelo capital.

Essa divisão do trabalho, inserção de novas tecnologias, procedimentos disciplinares exacerbados, controle rígido não só do trabalho, mas também da produção, encontram resistência dos operários. E, com elas, novas formas de organização operária surgem, trazendo novas ideologias de luta e mobilização, o que, por sua vez, trouxe consigo uma violenta reação do capital, pois, como ficou demonstrado durante o passar dos tempos, o capitalismo, o modo de produção capitalista, continua, e continuará "a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico" (HARVEY, 1989, p. 117).

Todo esse movimento de reforma nasceu na primeira metade do século XX através da implantação de princípios científicos, por Frederick Taylor, simplificando o trabalho complexo, reduzindo os ofícios e o conhecimento a meras tarefas repetitivas. Esse modelo produtivo é chamado de *taylorismo*.

O método de Taylor se fundamentou na racionalização da produção, conseqüência natural de uma economia de tempo através da redução dos excessos de gestos e comportamentos considerados descartados dentro do processo de produção.

Dessa forma, ficou evidenciada a necessária adequação de certos procedimentos dentro da empresa, visando à máxima racionalização do processo de trabalho, como os seguintes: "acentuada divisão social e técnica do trabalho, padronização das tarefas, sistema de remunerações estruturado em função do rendimento pessoal e controle dos trabalhadores por parte de supervisores" (FERRER, 1998, p. 19).

Segundo a linha de pensamento de Taylor, os operários seguiam um ritmo de produção que não visava lucro, na forma que o capital necessitava. Isso enfraquecia o ritmo de produção e tal anomalia poderia ser vencida se todos os movimentos do operário fossem considerados como um saber científico, eliminando as formas menos racionais de ação operária. "O objetivo da administração científica seria classificar e sistematizar tais conhecimentos, separando da etapa de execução as etapas de planejamento, concepção e direção das tarefas" (FERRER, 1998, p. 20).

O saber do operário de ofício, aquele que detinha todo o conhecimento da produção e a acompanhava desde o início até o seu término, foi desconstruído, apossado pelo capital, reduzido a movimentos em série, o que permitiu que operários desqualificados entrassem na "moderna" indústria, falindo com os salários de toda uma "classe" operária.

Como se não bastassem as dificuldades e novas realidades que os operários estavam enfrentando naquele período de mudanças e adequações, Henry Ford teve uma idéia inovadora e aperfeiçoada do próprio modelo *taylorista*.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o *fordismo* do *taylorismo*) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1989, p. 121).

Ford criou a esteira transportadora, que permitiu maior racionalização da produção através da redução de tempo ocioso do operariado. Além disso, propôs aumentos salariais e jornada fixa, inserindo, com isso, uma disciplina muito maior e mais hostil aos empregados da fábrica. Para tanto e, acima de todas as criações formuladas, Ford fundou um

Departamento de Sociologia com o objetivo de analisar a forma como cada trabalhador gastava seu salário. O operário tinha que se encaixar no tipo de moral requerida, a saber, ser bom pai de família, ter cerca de dois filhos, com a mulher-esposa permanecendo no lar para o bom desempenho de suas tarefas domésticas. Além disso, o trabalhador deveria "ser limpo", não usar tabaco ou álcool e não jogar. O benefício (de receber esse salário) poderia ser retirado por seis meses, caso o operário incorresse num erro de conduta. Se após esse período não tivesse "corrigido seus erros", era mandado embora da Ford. Tudo isso implicava um misto de paternalismo e vigilância policialesca (FERRER,1998, p. 25).

Surgiram novas formas de consumo, o poder de compra dos trabalhadores com o surgimento de um salário forte aumentou e com ele também cresceu a produção de bens de consumo.

Todo esse processo fez com que a velha economia de auto-suficiência se desmantelasse, e aquelas famílias, que plantavam o básico para sua subsistência, passaram a comprar o básico nos mercados capitalistas.

Dentro de todo esse contexto de regulação social e de políticas do trabalho assalariado, surgiram novas configurações das instituições políticas. O Estado Nacional se viu pressionado a se modificar, a se ampliar, a se tornar paternalista para conseguir controlar ciclos econômicos e regular novos relacionamentos sociais emergentes. Surgiu o chamado (e já estudado) *Welfare State*. Depois de se configurar com as novas formas sociais implantadas pelo *fordismo*, o Estado se tornou um forte aliado para solidificação plena do *fordismo* como regime de acumulação de capital. Por sua vez, este "se aliou firmemente ao *keynesianismo*, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas" (HARVEY,1989, p. 125).

É de bom crivo lembrar que esse novo modelo necessitava de uma forte ampliação de seus fluxos para o comércio mundial, sob pena de sucumbir. Isso, por sua vez, significava a formação de "mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo" (HARVEY, 1989, p. 131).

Apesar de prometer um desenvolvimento nunca presenciado antes pelo mundo, e para o mundo, o modelo de produção em questão, na prática, promovia a destruição das culturas regionais, oprimia os trabalhadores e enfraquecia o poder sindical por onde passava. Não promoveu a tão sonhada distribuição de renda, e somente beneficiava uma pequena parte da população mundial que cooperava de forma intensa com o capital internacional. "O binômio *keynesiana-fordismo* havia sido um casamento que deu certo para o capital, e por isso manteve-se na indústria em vários setores produtivos ao longo do séc. XX" (ANTUNES, 1997, p. 46).

Com a globalização da economia de uma forma nunca sentida e vista pelo mundo, a política econômica *keynesiana-fordista*, a partir dos anos 50, começou a sofrer o impacto por não ser tão flexível quanto as flutuações do mercado, tanto nacional quanto internacional. Tal ineficácia se agravou com o advento do neoliberalismo que, por sua vez, tenta de todas as formas destruir o Estado do Bem Estar Social e propõe aberturas drásticas das economias nacionais ao mercado global.

O capital viu-se na necessidade de fazer enormes transformações no sistema produtivo, em virtude do forte avanço na produção em todos os países capitalistas, somado a uma rápida diminuição dos lucros e a uma informatização inimaginável. Dessa forma, começou a surgir uma nova forma de produção, com um alto grau de flexibilidade, que permitiu às empresas mundiais se retraírem ou expandirem de acordo com o mercado mundial.

Assim, as empresas iniciaram a produção tanto por meio de máquinas informatizadas, quanto por meio de uma mão-de-obra muito variável e extremamente ágil. Surge então, no Japão, nas fábricas da Toyota, um novo modelo organizacional do trabalho, o *toyotismo*. Ao invés da produção em massa, nasce a produção de mercadorias estritamente integradas, em que o processo de produção se desloca sem fronteiras geográficas, buscando o melhor local para se instalar, onde a administração é totalmente desvinculada do processo de produção.

É a fragmentação cumulada com a subordinação da classe trabalhadora, ou seja, a luta da classe trabalhadora é combatida com o desemprego e com o fracionamento, que dividem a produção em milhares de pequenas e médias empresas.

A crise no modelo fordista de produção altera o perfil do trabalho, que se torna mais dinâmico frente à unidade produtiva. A hierarquização muda e surge a terceirização.

Com efeito, a partir da erosão do paradigma da organização empresarial – especialmente industrial – fordista, caracterizada pela generalidade, pelo gigantismo organizacional, pela complexidade dos sistemas hierárquicos internos e pela ambição da auto-suficiência no suprimento da cadeia produtiva, fenômeno esse simbolizado pela conhecida crise da IBM norte-americana em meados dos anos oitenta, os processos produtivos passaram a seguir um itinerário marcado pela fragmentação e pela dispersão, em unidades autônomas dotadas de crescente vocação para a especialidade e pela otimização dos resultados gerenciais numa atmosfera de competitividade internacional (FREITAS JÚNIOR, 1997, p. 64).

Essa revolução é consequência dentre outros fatores da reestruturação produtiva; nasce juntamente com um novo tipo de gerenciamento. Para explicar essa nova ordem é de bom crivo observar o comentário de Vito Gianotti a esse respeito:

Gostaria de citar de início, dois fatos que vão ajudar a compreender o que é essa revolução provocada pela reestruturação produtiva no mundo de hoje. Primeiro fato: um amigo meu, Ênio, começou há quinze dias a trabalhar em uma fabriquinha que é uma boca de porco, na Zona Oeste de São Paulo. Era inspetor de qualidade, profissão que não existe mais. O infeliz está trabalhando numa pequena ilha. Opera, sozinho, torno, fresa, furadeira e uma quarta máquina. Ganha oitocentos e cinquenta reais por mês. Mas isso não é nada. Trabalha até quatorze horas por dia, sem receber hora extra. Trabalha sábado e domingo sem ganhar. Claro: se reclamar, rua. É óbvio que ele está documentando tudo e um dia vai abrir processo na Justiça. Mas, de fato ou ele aceita isso, ou não arruma emprego. E tem que se sujeitar, porque está precisando comer.

Esse é um dos dois pés da reestruturação produtiva. A mudança total na organização da produção. Qual o outro pé? Há uma empresa onde de manhã, antes das sete horas, os trabalhadores chegam, põem macacão e, antes de começar o horário de serviço, todo mundo dá um abraço em volta da fábrica de mãos dadas, como se estivessem rezando o pai-nosso na igreja. Depois se abaixam e dizem: "bom dia, fábrica!" Entram e vão trabalhar. Não é no Japão. É em Betim, Minas Gerais. Eis a outra perna da reestruturação produtiva. Ela exige o corpo e a alma do trabalhador, que tem de dizer "bom dia, fábrica!" e ao mesmo tempo, trabalhar quatorze horas sem hora extra, sem sábado e sem domingo (GIANOTTI, 1997, p. 51).

Não existe a figura do chefe carrasco, ele mudou de forma e se tornou amigo de todos. Essa nova gestão faz com que as jornadas de trabalho fiquem estendidas, uma vez que a visão é de que o trabalhador é sócio da empresa e a discussão é feita entre partes iguais, sem a figura do hiposuficiente, com "participações" nos lucros pelos trabalhadores, o que estimula a produção, diante da possibilidade ilusória do aumento do ganho real no momento do pagamento mensal. Essa situação enfraqueceu sobremodo a força sindical e seu poder de

atuação nas negociações coletivas, gerando um aumento nos contratos temporários, por tempo parcial e nos subcontratos, bem como no grande número de empresas terceirizadas.

Transformar a produção e ganhar a mente do trabalhador, para que este faça com satisfação seu trabalho, são metas e princípios norteadores do que hoje se chama *toyotismo*, da produção flexível.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos mais flexíveis (HARVEY, 1989, p. 143).

Essa nova ordem tem como fundamento e base estrutural, a flexibilização dos processos de trabalho

dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobremodo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento nos empregos do chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais complementares novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1989, p. 140).

É bom ressaltar que Harvey reconhece a existência de uma combinação de processos produtivos e afirma que os fatos vivenciados hoje pela sociedade não podem ser enxergados de forma exagerada, "deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm" (HARVEY: 1989, p. 178). Essas combinações podem muito bem estar presentes durante a implantação de algo novo como o citado acima, mas as transformações decorrentes das transferências geográficas das fábricas, da flexibilização das normas trabalhistas, da automação e outros fatos que estão diariamente ocorrendo, não podem ser desconsiderados. Nem tão pouco considerados apenas como um reordenamento do capital em mais uma de suas crises cíclicas, pois, o que se vê hoje, é um grave prejuízo social que advém da precarização das condições de trabalho, seguidas pela consolidação do desemprego estrutural, pela alteração do emprego formal e pelo aumento do emprego informal.

Quadro I - Síntese da evolução das relações de trabalho

| | Bem Estar Social | Acumulação Flexível |
|--|---|---|
| Tipos de Normas | Normas de Produção Estatal | Normas de Produção Negocial |
| Atuação Normatizadora | Princípio da Irrenunciabilidade | Flexibiliza as Relações de Labor |
| Abrangência das Negociações Coletivas | Setorizada e Nacionalizada | Abrangente e Transnacionalizada |
| Organização dos Sistemas de Produção | Hierarquizado e Centralizado – Padrões Fordistas | Descentralizado, Horizontalizado e Terceirizado – Padrões Toyotistas |
| Solução de Conflitos | Jurisdionalizado | Conciliações, Mediações e Arbitragens |

Os ciclos de acumulação de capital determinam a maior ou menor absorção da mão-de-obra, regulando a oferta e a procura de trabalho, gerando o excedente populacional muitas vezes canalizado pelas migrações intercontinentais, o que se acentuou com o avanço assustador da informação e da tecnologia. Através do processo da globalização surgiram, com isso, novas formas de configuração espacial, que têm como uma de suas causas toda essa reestruturação produtiva observada acima de forma simplificada. "[...] a mobilidade da força de trabalho é regulada pela lógica de acumulação do capital, que cria, destrói e recria oportunidades de trabalho em diferentes partes do planeta." (SOARES, 2002).

2.5 - A América Latina Neste Contexto

Longe de ser um continente homogêneo, a América Latina em certa medida está unida pela sua história e pela sua geografia.

Desde a Revolução Industrial os países da América Latina se caracterizam pelo atraso no desenvolvimento das forças produtivas e um distanciamento em relação à evolução do centro do sistema mundial. Sua inserção na economia mundial capitalista se dá como exportador de produtos e importador de capitais do centro, sempre se desenvolvendo de forma subordinada. Conseqüentemente, mesmo nos dias de hoje, percebe-se a manutenção dessa subordinação aos centros econômicos. Dessa forma, continuam expostos a choques externos de grande magnitude, que desestabilizam cada vez mais a economia e a política diante desses riscos permanentes.

As crises cambiais e os choques externos vivenciados pelas economias dos países da América Latina, de certo modo eminentemente dependentes do capital externo, provocam crises financeiras e flutuações acentuadas na atividade produtiva, "prato amargo" experimentado pela Argentina nos anos 90.

A eminência de uma crise cambial faz com que os governos intervenham no quadro nacional com medidas restritivas de aumentos de receita tributária e cortes de gastos correntes, agravando os problemas macroeconômicos e acentuando as tendências recessivas. Porém, é essa capacidade dos governos de limitar os efeitos nocivos da crise que poderá preservar os empregos, a renda e os gastos sociais.

Nos anos 90 alguns países da América Latina conseguiram, com a volta dos fluxos de capitais externos voluntários e com o fim de uma elevada taxa de inflação, reduzir a dívida externa adquirida na década anterior, no entanto os efeitos desse processo longo de desestabilização econômica e social ainda acompanham muitos países.

Do ponto de vista estrutural, a América Latina se caracterizou nos fins dos anos 80 e início dos 90 por uma ofensiva neoliberal que compõe um movimento global de longo alcance. Esse avanço desmedido e descontido de políticas de cunho neoliberal foi o que mais repercutiu nos países desse continente, marcando suas conjunturas em desenvolvimento, sobretudo depois de saírem de longos períodos de ditadura militar, que no Brasil, por exemplo, ultrapassou duas décadas. Ingressar em uma redemocratização foi uma tarefa cheia de obstáculos, que se tornaram mais difíceis somados aos complicados tópicos ditados pela política neoliberal.

O que não se pode deixar de ressaltar é o fato de que, seja em razão da globalização econômica, seja em razão da consolidação dos processos de integração regional na América Latina, grandes mudanças ocorreram em nível político e econômico no continente nos fins dos anos 90, com mobilidade de capitais e sua reversão internacional. Isso porque passaram a fluir também para os mercados emergentes, via investimentos diretos.

Segundo informações obtidas nos balanços preliminares das economias da América Latina, realizados pela Comissão Econômica para a América Latina, publicados em dezembro/2003, pela primeira vez, desde 1997, não se verifica um crescimento negativo para nenhuma das economias latino-americanas. Elas mostraram a partir desse período um controle maior de suas políticas fiscais e monetárias e maior competitividade da sua produção, o que por si só ainda não conseguiu diminuir a pobreza e o desemprego.

2.5.1 - Dificuldade de inserção nos novos processos mundiais

A primeira Revolução Industrial se iniciou na Inglaterra entre 1820 e 1830, à época centro hegemônico do capitalismo. Contudo, esse implante industrial no Brasil se arrastou por mais de 50 anos, somente se iniciando no fim da década de 1870, consolidando-se apenas no fim da década de 1930, quase 100 anos de atraso.

Infelizmente a América Latina passou por um longo período de convivência com a escravidão, sustentada por elites extremamente conservadoras, despreocupadas com a Revolução Industrial vivida por outros países.

Foi somente após a transição do trabalho escravo para o livre, após 1880, é que se iniciou o processo de industrialização no continente Sul Americano, levando cerca de um século para que fosse a Primeira Revolução Industrial verdadeiramente consolidada.

Iniciada na primeira metade do século XIX, a Segunda Revolução Industrial também teve seu berço na Inglaterra e foi brevemente acompanhada pelos Estados Unidos, Japão e Alemanha, solidificando-se entre 1870 a 1890. Mais uma vez, a A. L. demorou meio século para se inserir neste novo processo, iniciando sua implantação em meados de 1930 e concluindo a instalação dos setores produtores de bens de consumo duráveis e de bens intermediários e de capital apenas em 1980.

Infelizmente, além de pegar o último "bonde" para a Segunda Revolução Industrial, a América Latina, através de governos autoritários, facilitou o setor privado extremamente devedor "estatizando" seus débitos externos, ou seja, nacionalizando-os, chamando para si a responsabilidade de quase toda a dívida externa adquirida por aquele setor e levando os países do continente a mergulharem em suas mais profundas crises econômicas e sociais. Essa crise foi denominada de "crise fiscal".⁵

Além disso, os governos militares decidiram de forma equivocada manter o modo de intervenção estatal através da substituição de importações que já não mais funcionava dentro do contexto mundial. Por outro lado, os países credores financiavam essa decisão, o que, conseqüentemente, levaram os Estados dos países latino-americanos à falência. No final dos anos 80 quase todos eles, principalmente a Argentina (no Brasil esse acontecimento se deu a partir de 1995), estavam inserindo em seu contexto políticas arrojadas de ajustes fiscais. O Consenso de Washington, estudado no item 3 desse mesmo capítulo, estava sendo absorvido impondo as políticas neoliberais, que vinham ocorrendo nos ditos países de Primeiro Mundo desde meados dos anos 70.

⁵ Luiz Carlos Bresser Pereira assim explica a crise fiscal: "A perda de crédito por parte do Estado – sua incapacidade de financiar-se sem ser através da senhoriação (criação de moeda) – é a mais pura demonstração da crise fiscal. Quando a falta de crédito público torna-se total, ou, em outras palavras, quando a crise fiscal se torna aguda, o Estado perde capacidade de dar sustentação à sua moeda e a hiperinflação se desencadeia".

A crise da dívida foi a grande oportunidade para a tecnocracia do Fundo e do Banco impor a alguns dos mais importantes países da AL o Chamado "ajuste estrutural", que nada mais é que a contra-revolução monetarista ou neoliberal, que estava sendo implantada no centro, sob as lideranças de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Ele implica abertura da economia ao comércio e ao investimento internacional mediante rebaixamento das tarifas aduaneiras e eliminação das chamadas barreiras não tarifárias à importação (licenças, cotas, etc.) regime de livre flutuação cambial, desregulamentação do mercado financeiro (permissão à livre movimentação de valores para fora e para dentro do país), reforma fiscal e política monetária (cortar gastos públicos, restringir o crédito, eliminar subsídios) visando estabilizar os preços desregular o mercado de trabalho (eliminação dos obstáculos à demissão de empregados, flexibilização de direito trabalhistas, desde o salário-mínimo até a jornada de trabalho), privatização de empresas estatais produtivas que dêem ou possam dar lucros e concessão a firmas privadas de todos os serviços públicos. (SINGER, 1996, p. 145).

Pode-se observar que o maior ataque feito pelo Consenso de Washington se deu face às políticas protetoras do Estado do Bem Estar Social. Porém, na América Latina, esse Estado protetor, que se tornaria grande demais e por isso acarretaria a ineficiência de suas empresas, sequer havia se solidificado no continente como aconteceu nos demais países tidos como "desenvolvidos".

Dessa forma, pode ser correto afirmar que houve um verdadeiro atropelamento estrutural dos Estados Latino-Americanos que, mesmo antes de serem fortes e protecionistas, tiveram que se enquadrar ao modelo neoliberal imposto.

Não obstante a realidade do continente, cada país da A . L. sentiu de forma diferenciada os ajustes fiscais e se orientaram distintamente sobre: dever ser a economia a mais competitiva possível, e sempre orientada pelo mercado. Dessa forma, vale demonstrar como foram sentidas e absorvidas essas modificações pelos países do continente.

Um dos objetivos deste trabalho é observar como o Brasil está se inserindo nos movimentos populacionais internacionais, levando-se em consideração o Bloco MERCOSUL e sendo o país pólo receptor desses movimentos. Diante dessa abordagem, serão analisados de forma rápida apenas os países que compõem o bloco de integração.

Na década de 1970 a América Latina sentiu um crescimento importante, valendo-se da grande expansão da economia e do mercado internacional. Nesse período, o Brasil foi o país que teve dentro do continente o maior crescimento (dado fornecido pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), apresentando uma notável expansão industrial, de emprego urbano e de exportação. Além disso, soube inserir em seu aparelho produtivo as últimas inovações tecnológicas frutos da Segunda Revolução Industrial, aplicando, dessa forma, da melhor maneira parte do seu endividamento.

Segundo relatório da referida Comissão, o Brasil cresceu principalmente em termos de mercado de trabalho, que exigia maior qualificação e pagava melhores salários. A mulher se inseriu no mercado de trabalho de forma positiva e nascia um sindicalismo mais atuante que teve forte influência na luta pela redemocratização do país.

Com o agravamento da crise fiscal, o Brasil sentiu uma queda em seu crescimento e em meados da década de 1980 o país aprofundou sua crise e o desequilíbrio interno. Porém, mesmo assim, continuou sendo o país que alcançou melhores resultados de crescimento e estabilização inflacionária até o início da década de 1990. Por exemplo, segundo o Anuário Estatístico da América Latina divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina, entre os anos de 1980 a 1985, o Brasil teve uma queda no crescimento econômico per capita (PIB) de apenas 1%(um por cento) ao ano, enquanto na Argentina a queda foi de 2,8% ao ano e no Uruguai essa queda foi ainda maior, 4,5% ao ano.

Em relação à inflação divulgada pelo Banco Mundial, em seu Relatório de desenvolvimento mundial (1984 e 1994), ocorreu uma queda sistemática em relação à inflação brasileira. Entre 1960/1970 era de 46,1% ao ano e caiu para 36,6% ao ano em 1970/1980, chegando em 1992 com um crescimento inflacionário de 370,2% ao ano. Neste mesmo período, a Argentina subiu sua inflação de 21,4% ao ano para 134,6% ao ano, entrando na década de 90 com um processo inflacionário assustador de 402,3% ao ano.

Até a década de 1990 os países da América Latina ainda não sentiam os efeitos negativos da chamada política neoliberal. Efeitos estes que já apresentavam os países tidos como "desenvolvidos", pois foi a partir daí que a implantação dos cortes neoliberais trouxe em seu bojo aplicativo uma alta na taxa de desemprego, uma desregulamentação nos direitos trabalhistas seguida por uma precarização e um longo período de duração do desemprego, gerando umas das maiores taxas de informalidade já vistas.

Tabela 1 - Taxa de atividade, emprego e desocupação da população acima de 15 anos, por país Ano de 1999(%)

| | Brasil | Paraguai | Uruguai | Argentina |
|--------------------------|---------------|-----------------|----------------|------------------|
| Taxa de atividade | 64,73 | 66,50 | 59,35 | 42,60 |
| Taxa desocupação | 10,34 | 6,60 | 11,44 | 13,30 |
| Taxa de emprego | 58,04 | 62,10 | 52,70 | 36,50 |

Fontes: Brasil: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Paraguai: DGEEC. Encuesta Permanente de Hogares. Uruguai: INE. Encuesta Continua de Hogares. Argentina: EPH, INDEC.

*Não foi possível a inserção desses índices em relação a Bolívia pela ausência de dados nas fontes pesquisadas.

Através da tabela acima, pode ser verificado que, com exceção do Paraguai, que obteve um percentual de desocupação menor em 1999, Brasil, Uruguai e Argentina não

tiveram a mesma performance, o que também ocorreu no índice de taxa de emprego quando a Argentina, o segundo maior país em território, população e mercado consumidor do Mercosul, teve o menor percentual dentro dos países membros do bloco.

O desempenho preocupante da Argentina, no que diz respeito à queda do crescimento interno, as altas taxas de inflação e baixas taxas de emprego e atividade, somadas a uma alta taxa de desocupação, deu-se em razão de um longo processo que se iniciou em 1970, quando o país sofreu uma guinada em direção às políticas liberalizantes, enveredando para o modelo chamado ajuste monetário. O modelo combinava uma rápida abertura externa, ampla desregulamentação financeira e uma prefixação da correção cambial abaixo da inflação corrente. Isso fez com que o país sentisse um forte crescimento, seguido da maior crise financeira cambial vivida. Tal crise iniciou-se em 1981-82 e perdurou pelos 10 (dez) anos seguintes, culminando em um surto inflacionário em 1989-1990.

Devido à grande dificuldade fiscal e cambial, o governo argentino resolveu recolher compulsoriamente os depósitos e reservas bancárias que eram enviados ao Banco Central de La República Argentina – BCRA. Assim, a Argentina entrou os anos 90 com uma drástica redução do Estado, um arrojamento salarial e vendas seguidas de estatais.

Com o aumento da percepção de risco do país e a fuga dos investidores estrangeiros, a Argentina passou a enfrentar a partir de 1998 um grave período de recessão, suficiente para mostrar que as experiências neoliberais da forma em que foram aplicadas não funcionaram. No Brasil esse processo se deu mais tarde, por volta de 1995, com o governo Fernando Henrique Cardoso, devido ao impeachment do Presidente Collor. Porém, o Brasil estava naquele momento mais estabilizado economicamente.

Não pode ser olvidada dessa análise o fato de que a Argentina teve todos os seus problemas agravados por não perceber em tempo hábil a necessidade de industrializar o país e escapar da dependência da agricultura. Isto gerou ao longo dos anos uma falta de mão-de-obra especializada para criar uma sociedade *hi tech* e uma competitividade capaz de colocar a Argentina em pé de igualdade dentro do mercado mundial.

Uma das principais dificuldades da economia argentina encontra-se na elevada taxa de desemprego, isso significa que os argentinos que fazem parte da população economicamente ativa estão com muita dificuldade de ingressar no mercado de trabalho. Segundo a CEPAL, a taxa de desemprego argentino é a maior da América Latina e a segunda maior do mundo, abaixo apenas da Espanha, que, no entanto, possui um sistema de proteção social muito superior ao aplicado na Argentina.

Essa taxa de desemprego vem crescendo sistematicamente desde 1992 quando era de 7,0% ao ano, passando para 17,2% no ano de 1996, chegando a 17,4% em 2001. E de forma agravadora terminou o ano de 2002 com uma taxa de desemprego de 19,7%⁶. Tal desenvolvutura levou os trabalhadores daquele país a buscarem melhores condições de trabalho em lugares que poderiam, mesmo que de forma presumida, melhorar suas qualidades de vida.

O Uruguai e o Paraguai não fugiram muito ao que aconteceu nos outros dois países do bloco, porém, as maiores taxas de desemprego desde 1996 foram registradas entre o anos de 2002 e 2004. O desemprego em novembro de 2002 alcançou a maior taxa já registrada, 19,2% . No Paraguai nesse mesmo período ela alcançou 14,7%, segundo levantamento da CEPAL em relatório publicado em 2003.

O que distingue de forma incisiva esses dois países é o fato notado pelo relatório da CEPAL de que mesmo quando ocorreram ligeiras quedas na taxa de desemprego, isso não se deu pelo aumento dos postos de trabalho e sim pela redução da mão-de-obra decorrente de uma persistente corrente emigratória internacional pela busca de melhores trabalhos, observada no início do ano de 2002.

Todos os países integrantes do MERCOSUL viveram experiências similares em momentos pouco diferentes, sendo que, a partir da criação do Bloco do MERCOSUL, eles iniciaram uma série de medidas, vinculadas ao Bloco, para combater as suas dificuldades, principalmente o desemprego.

O Mercado Comum se tornou uma das alternativas mais concretas para que os países que dele fazem parte não fiquem tão expostos às pressões externas, encontrando talvez políticas públicas fortemente opostas à imposta gestão neoliberal e desregulacionista, como foi o caso dos países asiáticos, que hoje se destacam na economia mundial.

É importante ressaltar que existem várias dificuldades na implantação de um processo integracionista, porém, o continente Latino-Americano vem tentando se unir faz algum tempo na concretização do sonho de utilizar a força comum na inserção de seus países mundialmente.

2.5.2 - A busca pelo processo de integração - MERCOSUL

⁶ Fonte:EPH, INDEC

Há mais de 200 anos o continente Americano busca uma integração econômica dos países que o compõem. Essa luta incessante acarretou o surgimento de duas correntes sobre o processo de integração.

Na América do Norte, em 1823, foi desenvolvido por alguns intelectuais da época o Panamericanismo, ou doutrina Monroe, que defendia a "América para os Americanos". Previa essa doutrina a existência de um líder no contexto integracionista. A primeira conferência realizada por esta corrente foi em 1889, seguida pela criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, a Doutrina de Segurança Nacional (DNS) em 1949 e pela criação do Tratado Internacional de Ajuda Recíproca (OTIAR) em 1952.

Em resistência ao Panamericanismo, surgiu o Hipanamericanismo ou Bolivalismo. Tinha como precursor Simon Bolívar, revolucionário que contribuiu de forma decisiva para o processo de independência de vários países latino-americanos, chegando a antever, no século passado, a criação de uma integração econômica e cultural para a América Latina, como único caminho para o sucesso dos países do continente sul-americano.

Essa corrente defendia, veementemente, a unificação do continente sem que um país sobrepusesse ao outro sua força, ou seja, sem um líder, o que seria um contraponto à teoria de Monroe, defendida pelos estadunidenses.

Verificando os acontecimentos históricos que envolveram os países latino-americanos na busca de uma integração econômica, social e cultural, que os levassem a uma sustentação interna face aos rompimentos e pressões internacionais, observa-se que desde 1815, com a Carta da Jamaica⁷, a América Latina vem tentando de forma morosa, mas insólita, a constituição de uma integração nos moldes da teoria bolivalista.

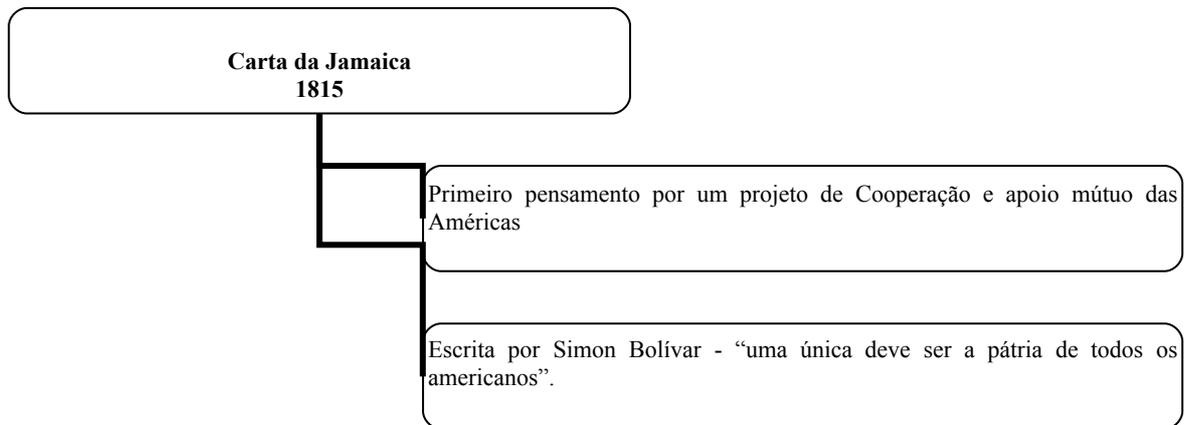
Essa Carta é uma reação hispânica de cunho nacionalista, contra as intervenções européias no Novo Mundo, fundamentada em uma tentativa de reação ao que Simon Bolívar chamou de "posição passiva dos moradores do hemisfério americano" (Carta da Jamaica, 1815).

Segundo o americanismo bolivariano, a idéia por mais grandiosa que parecia, seria a de se formar uma só nação do Mundo Novo, ligando todo o continente entre si.

De forma ilustrativa, serão inseridas no corpo desse item algumas figuras que poderão auxiliar no entendimento de como e quais as dificuldades sofridas pelo continente latino-americano até a formação do Mercosul.

FIGURA I - CARTA DA JAMAICA

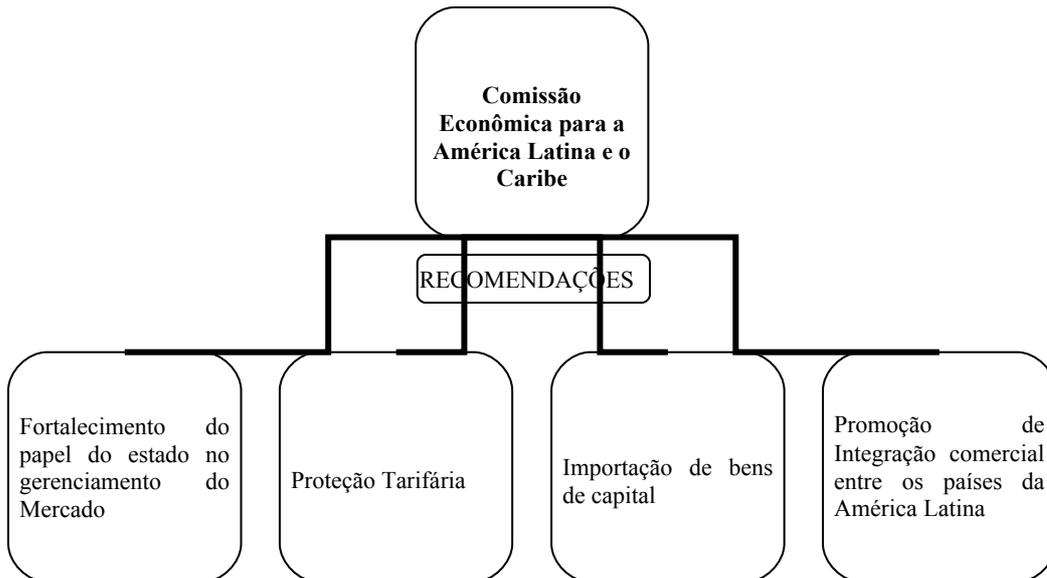
⁷ Em anexo a Carta da Jamaica, escrita em Kingston, aos 06 de setembro de 1815, por Simon Bolívar.



Nos anos 50 a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) instituiu, como alternativa para o continente, o modelo de desenvolvimento centrado na industrialização e na substituição de importações. Dentre as principais orientações dessa Comissão, registrava-se o fortalecimento do papel do Estado no gerenciamento do mercado, bem como o *modus operandi* de impulsionar a industrialização; a proteção tarifária e a busca de colaboração do capital internacional, recomendando ainda a promoção da integração comercial entre os países da América Latina.

No final dos anos 50, mesmo com o crescimento da entrada de capital externo nos países da América Latina, os problemas do continente sul-americano não foram minimizados, vez que a dependência tecnológica estagnava a economia, com o agravante de que todos os lucros auferidos nas aplicações do capital externo eram transferidos, sem nenhuma reinversão. Cada vez mais a acumulação de capital se centrava na superexploração do trabalho e não no aumento da produção industrial e do comércio, seja externo ou interno.

FIGURA II – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA



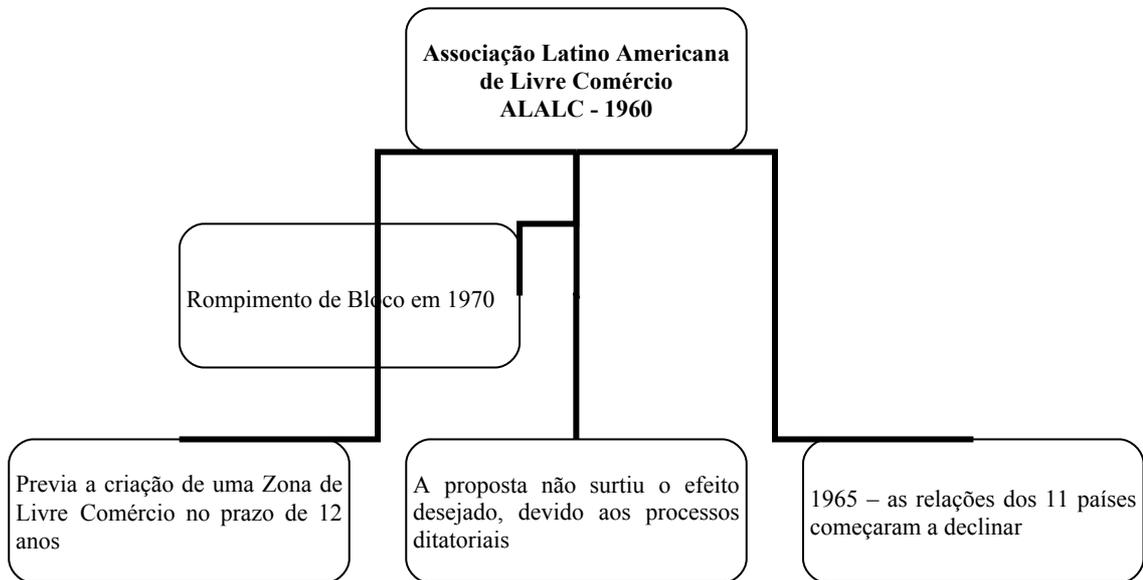
Em meio a essas dificuldades, foi criada através do Tratado de Montevideu, no ano de 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), fundada principalmente para gerar estímulo à industrialização e diversificação das economias dos países Latino-Americanos, buscando com isso a redução da dependência sul-americana em relação às economias dos países industrializados. Tentou-se implantar um mercado comum regional a partir da formação de uma zona de livre comércio no prazo de doze anos.

O Tratado de Montevideu foi inicialmente assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, México e Peru, com posterior adesão, em 1961, da Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia.

Vários fatores apresentaram-se como obstáculos ao progresso da ALALC: a rigidez dos mecanismos estabelecidos para a liberalização comercial, a instabilidade política vivida na região, os regimes militares surgidos a partir da metade dos anos 60 até a década de 80, levando os países da América Latina a fecharem suas economias, com a disseminação de fortes políticas protecionistas, com altas tarifas e políticas de industrialização via substituição de importações.

Instaurada a crise, o bloco foi dividido em países ditos comercialistas (Argentina, Brasil e México) e aqueles ditos desenvolvimentistas (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru). Tal divisão fez com que estes últimos, sem abandonar formalmente a ALALC, criassem em 1969 o Pacto Andino⁸.

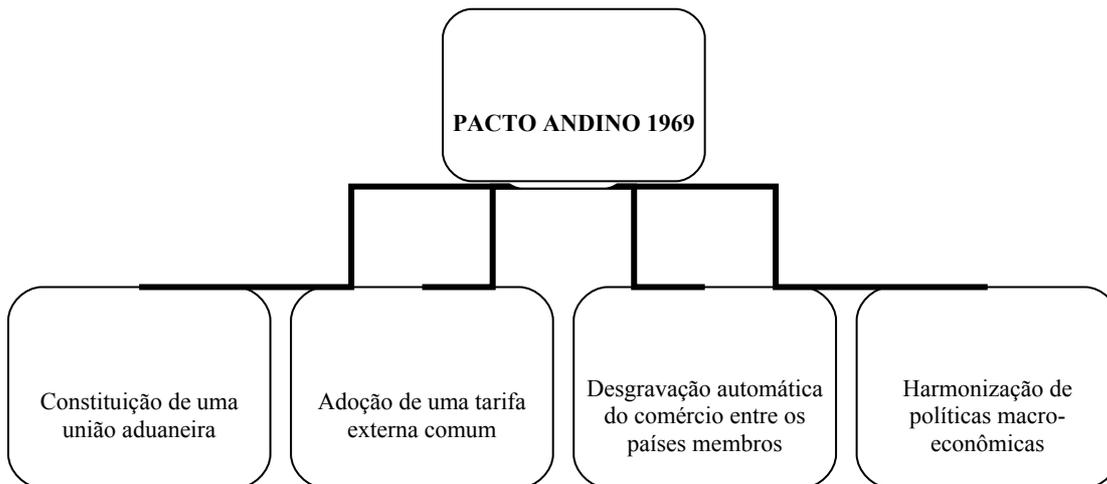
⁸ Criado em 26 de maio de 1969 com a assinatura do Acordo de Cartagena, pelos seguintes membros: Bolívia, Chile, Equador, Colômbia e Peru, com posterior adesão da Venezuela em 1973 e desistência do Chile em 1976. Diferenciava-se da ALALC, pois previa uma constituição de uma união aduaneira, com adoção de uma tarifa externa comum e harmonização de políticas macroeconômicas.

FIGURA III – ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

As metas perseguidas pelo Pacto Andino eram as mais ambiciosas de todas as tentativas até então realizadas, pois foi o primeiro Acordo a prever uma concretização de uma ordem jurídica supranacional no seu espaço, estando presente em seu ordenamento jurídico a previsão para harmonização da legislação laboral do bloco, equiparação de políticas previdenciárias, harmonização das condições de trabalho e de salário entre os integrantes do Pacto.

Observa-se que foi o primeiro projeto integracionista que realmente trouxe no bojo da sua criação, a preocupação considerável com as questões sociais e atinente à regulação das relações de trabalho. Infelizmente, em razão da insistência da adoção de métodos de planificação excessiva das economias regionais, o cumprimento das metas não se verificou.

FIGURA IV – PACTO ANDINO



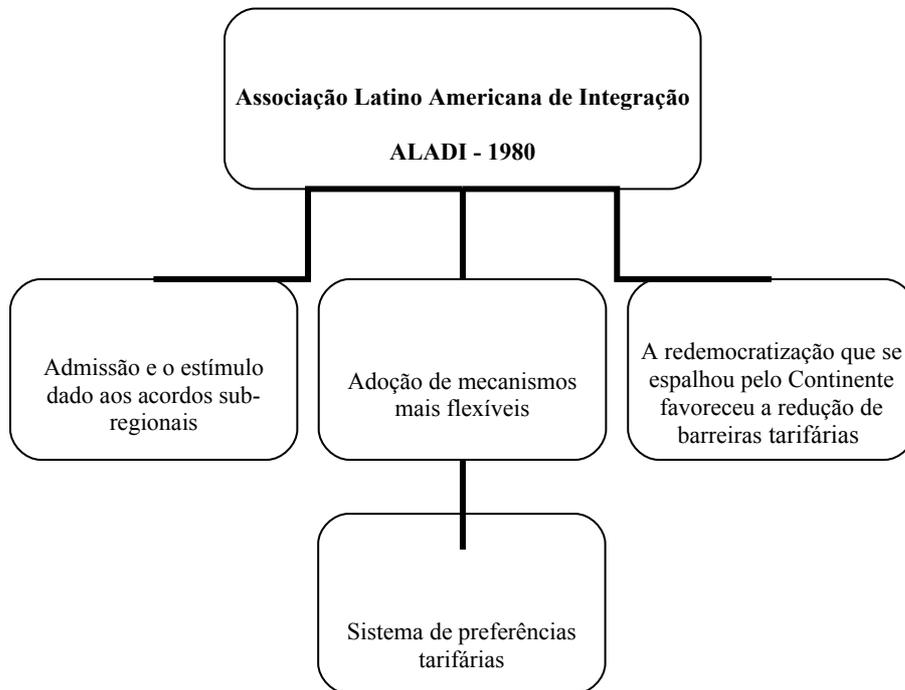
Em 1970, incapazes de avançar nos esquemas de desgravação alfandegária previstos no Tratado, os países da ALALC decidem empreender uma revisão do programa de implementação da zona de livre comércio.

Com a incapacidade demonstrada pela ALALC de concretizar a tão sonhada e prometida zona de livre comércio, os países membros decidem em 1980 criar a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que objetivava a total liberalização do comércio entre os onze países membros. A principal novidade deste tratado foi a admissão e o estímulo dado aos acordos sub-regionais, e a adoção de mecanismos mais flexíveis para a sua consecução.

A ALADI se fortaleceu em muito e de uma forma ainda não vista ou sentida pelas demais tentativas de integração, em razão do fenômeno da redemocratização, que se espalhou pelo continente de forma muito rápida e compacta, gerando uma crescente diversificação da produção industrial. Isto significava uma maior complementariedade das economias, permitindo uma redução de barreiras tarifárias e um aumento efetivo do comércio.

A Associação Latino-Americana de Integração deu abrigo em seu sistema jurídico, através da possibilidade de acordos sub-regionais com intercâmbios de concessões recíprocas, sem obrigação de estendê-los aos demais países da ALADI, para o surgimento de um tratado de integração em 1988 entre Brasil e Argentina, o qual previa a formação de um mercado comum entre os dois países, incluindo a completa eliminação de barreiras ao comércio, a adoção de uma tarifa externa comum e a coordenação de políticas macro-econômicas.

FIGURA V – ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO



Na década de 90, Paraguai e Uruguai negociaram sua adesão ao processo de integração do Cone Sul, sendo que a convenção constitutiva do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi firmada em Assunção aos 26 de março de 1991, através da assinatura pelos Estados Partes do Tratado de Assunção. A convenção pode ser considerada a norma fundamental do MERCOSUL, cujo preâmbulo cita as partes envolvidas e expõe os motivos básicos para a sua constituição:

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados Estados-Partes.

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social.

Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio.

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países.

Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos.

Consciente de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980.

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados-Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes.

Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supranacionais, acordam... (TRATADO, 1991, p. 1)

O processo de integração do Cone Sul não se distingue dos inúmeros outros processos integracionistas do mundo, no sentido de que é um processo dinâmico, previsto para acontecer por etapas, implicando uma idéia de transição, de gradualismo, de passagens morosas, de adaptações difíceis.

Quando diz em seu preâmbulo que os países partes buscarão o "aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis", tem a intenção salutar e necessária desses países saírem da condição de fornecedores de matérias-primas e se esforçarem rumo à produção de maior valor agregado, isso se deve principalmente em razão da brutal concorrência vivenciada no mundo de hoje, quanto maior o valor agregado do produto, melhor oportunidade de vitórias terá o país na busca da inserção desse produto no mercado mundial.

Outro fator de suma relevância quanto aos objetivos da criação do MERCOSUL, é o de que a busca não é de efetivar uma simples zona de livre comércio, como é o caso do NAFTA⁹, mas sim de criar uma união aduaneira, por isso, trata-se de um processo contínuo e infinito.

Com o advento da globalização, nos moldes presenciados na última década, pode verificar-se de modo taxativo uma grande volatilidade da atividade econômica, o que, por si só, já acarreta um acirramento nas movimentações da mão-de-obra, através de processos de migração (seja imigração ou emigração), independente, por sua vez, dos processos integracionistas.

Se sem os processos de integração os trabalhadores já buscam o melhor local de trabalho onde quer que ele esteja, ou apenas o trabalho, imagine-se o que pode acontecer quando da existência de um processo integracionista. E se esse processo de integração for como o MERCOSUL, que prevê em seu texto a livre circulação de serviços e fatores produtivos, obviamente essas movimentações estarão respaldadas e acentuadas pelo Tratado de Assunção em seu artigo 1º: "A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente;..."

⁹ Assinado em Janeiro de 1994 - *North-American Free Trade Agreement* formado por Estado Unidos, Canadá e México, com metas circunscritas à liberalização econômica.

A União Européia prevê, no Tratado de Roma, quais os tipos de serviços, regulando em pormenores a administração comunitária. Todavia, tem-se aí que o Tratado possui 248 artigos e em razão de ser uma normatização quase que definitiva, prevê com detalhes os aspectos do processo integrativo. Já no caso do MERCOSUL, o Tratado de Assunção tem apenas 20 artigos, pois é concebido apenas como uma orientação, um leme, que fixa balizas gerais para posterior normatização dos diversos aspectos que englobam o processo em si.

Mas apesar da omissão quanto aos tipos de serviços, sabe-se que quando diz "fatores de produção"¹⁰, quer dizer em sentido amplo, designando não só coisas, como tecnologia, mão-de-obra ou qualquer meio que possibilite a produção, inclusive de capital. O Tratado prevê a livre circulação dos trabalhadores intra bloco econômico. Assim, embora não esteja explicitada a livre circulação de pessoas e de capitais, há de se considerar essa dimensão quando se pensa em livre circulação de serviços e fatores de produção (movimentação de capital e de mão-de-obra).

Mas para que essa liberdade de movimentação de mão-de-obra não possibilite a formação de redutos polarizadores de trabalho escravo e de exploração, no seu mais abrangente sentido, indispensável se faz que os Estados-Partes pensem em condições de recepcionar esses trabalhadores que se movimentam (imigrantes ou emigrantes) intra bloco. Pois seria, de certa forma, prejudicial a esses trabalhadores o exercício de suas atividades de forma a excluí-los da proteção legal pertinente ao país receptor, não obstante as novas realidades do território que forma neste século uma nova ordem espacial.

Assim é que a circulação de trabalhadores não quer dizer, simplesmente, o deslocamento de um país a outro, sem restrições de trânsito, mas sim um deslocamento que não inclua nenhuma restrição ao exercício da atividade profissional, sob a proteção das leis do trabalho. Essa proteção terá que ser uma proteção também no sentido operacional, ou seja, do exercício da atividade sindical, da proteção acidentária, do acesso habitual à educação, com os complementos do tratamento idêntico dispensado ao trabalhador local (BARROS, 1997, p. 183).

De qualquer forma um dos principais eixos norteadores do Tratado constitutivo do Mercosul é a livre circulação de bens de serviços e de fatores produtivos, que incentiva e libera a busca do trabalhador por melhores condições laborais.

Além desse princípio é importante ressaltar alguns outros que diferenciam o Mercosul das demais tentativas integracionistas:

- 1- Adoção de uma política externa em relação a terceiros;
- 2- Estabelecimento de uma tarifa externa comum;

¹⁰ Fatores de Produção são constituídos pelos recursos naturais, o capital e o trabalho.

- 3- Coordenação de políticas macro-econômicas e setoriais, e o compromisso de harmonização de suas legislações;
- 4- Reciprocidade de direitos e obrigações;
- 5- Tratamento nacional para produtos provenientes de qualquer Estado membro;
- 6- Diferenças pontuais de ritmo no Programa de Liberação Comercial para Paraguai e Uruguai.

Dessa forma, fica demonstrado que as dificuldades vividas por alguns países do continente latino-americano somadas ao processo integracionista do MERCOSUL¹¹, vem colaborando para intensificação dos movimentos migratórios internacionais entre os países membros do bloco, migrações estas até então pouco significativas.

¹¹ O Diploma de Assunção pertence à classe dos pactos multilaterais, abertos e regionais, assim, inclui em seu texto uma cláusula de adesão permitindo a um Estado não originalmente parte ingressar posteriormente sob certas condições e mediante certos procedimentos, dessa forma aconteceu com a Bolívia que será estudado no capítulo sobre a imigração para o Brasil juntamente com os demais Estados Partes.

3 – MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

3.1 - Questões relevantes sobre os processos de migração

Os movimentos populacionais, enquanto deslocamentos de população de um espaço a outro, são componentes da dinâmica populacional. São chamados movimentos migratórios, sendo que sua principal característica é a de que, através dessa movimentação espacial, espaços são refeitos, redefinidos, influenciando a composição da população e, por sua vez, da cultura e suas formas de sociabilidade, tanto para o espaço receptor quanto para o local de expulsão.

Os processos migratórios podem, ilimitadamente, acarretar mudanças culturais, determinando características raciais, econômicas e históricas de um povo. Mudanças essas muitas vezes catastróficas nos costumes e nos hábitos, podendo gerar o que Robert E. Park chama de "o homem marginal", produto de um processo migratório sem conseguir realizar um ajustamento satisfatório na sociedade de destino, ficando à margem também da sociedade de origem onde não mais se encontra locado.

Diante desse quadro, a compreensão do processo migratório

deve se dar ao nível das propriedades dos fenômenos sociais. Assim, os procedimentos necessários à determinação de suas naturezas, causas e efeitos, são aqueles pertinentes às etapas dos conhecimentos dos fenômenos sociais. (PATARRA; RENNER, 1980, p. 236),

buscando, dessa forma, as condições que o determinam e os processos resultantes do fenômeno em si mesmo.

A ONU tem como definição de migração a "forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra envolvendo mudanças permanentes de residência" (PATARRA; RENNER, 1980, p. 237). Assim, um dos pressupostos principais de

caracterização do processo de migração é a mudança de residência, pois ao mudar de residência o indivíduo altera seus vínculos sociais, trabalhistas, econômicos e modifica a organização de sua vida e das pessoas que com ele entra em contato.

Levando-se em consideração o tempo de permanência, este tem seus critérios estabelecidos de forma diferenciada quanto aos tipos migratórios – migração interna (urbano-rural; interestadual; intermunicipal; migrações pendulares ou de regresso) e migração internacional. Em se tratando de migrações internas o que caracteriza os movimentos migratórios não é o tempo de permanência e sim a finalidade de residência.

Já na migração internacional, é considerado imigrante permanente o que pretende permanecer mais de um ano no país de destino. Caso este imigrante tenha apenas a intenção de permanecer em uma ocupação remunerada por um ano ou menos, é considerado imigrante temporário (PATARRA; RENNER, 1980, p. 240).

Existe uma dificuldade metodológica na pesquisa sobre migração. Muitas vezes os próprios migrantes não querem ser identificados como tais, devido às inúmeras discriminações sofridas, principalmente no que concerne à busca de melhores inserções nos mercados de trabalho, uma vez que a população não-migrante sente-se agredida, amedrontada face à iminência de perda de postos de trabalhos para o imigrante.

Usualmente, nas migrações internas, quais sejam aquelas realizadas dentro de uma Nação, por serem muito mais volumosas, contam com maiores números de registros e são objetos de estudos mais constantes por parte dos pesquisadores e do Censo, em decorrência da maior movimentação populacional e dos impactos mais acelerados que ela produz.

Já nas migrações internacionais, aquelas entre Estados-Nações, quanto à questão metodológica, existem registros, porém, na maioria das vezes subestimados, e mesmo assim de certa forma permitem uma pequena avaliação quanto ao volume e direção dos fluxos.

Isso torna as fontes de informação pouco seguras, pouco confiáveis, e em muitos casos, para viabilizar suas análises, o investigador se utiliza de censos, registros de residência, pesquisas por amostragem e outras estatísticas subestimadas. Outro fator que dificulta a pesquisa é ser ela muito onerosa e de difícil elaboração, muitas vezes operacionalmente impraticáveis. Por isso pesquisadores e estudiosos no assunto têm limitado o objeto de estudo para as áreas de destino final.

O cientista deve ter consciência que um estudo envolvendo migração, como objeto de conhecimento, tem que ter uma abordagem histórica, vez que em cada momento da história da humanidade podem ser encontrados aspectos de motivações migratórias diferenciadas.

Outro ponto de grande relevância para uma pesquisa deste porte está na escolha do tipo de migração (interna ou internacional) e na escolha do local a ser estudado, tendo estas suas características de expulsão ou atração de um determinado movimento populacional (local de origem - movimentos de emigração ou local receptor – movimentos de imigração).

Esses obstáculos metodológicos provocam, muitas vezes, uma lacuna quanto às discussões teóricas, de métodos de mensuração das migrações. Pode-se inclusive afirmar que até hoje não existe uma teoria acabada sobre o estudo desse objeto. Muitos o analisam “apenas” estatisticamente, porém o movimento migratório deve ser acompanhado de um olhar crítico das ciências sociais para explicar as mudanças sociais decorrentes do próprio processo, pois que a chamada motivação tem como fato gerador fatores sociais de estagnação ou mudanças nas áreas de origem dos fluxos migratórios e/ou estratégia de atratividade das áreas de destino. Talvez seja prudente a criação de um modelo híbrido de pesquisa e análise.

Podemos discutir, de forma sintetizada, algumas das teorias sobre a migração internacional, também objeto de preocupação da presente dissertação, que foram analisadas e estão enumeradas no trabalho de Weber Soares (UFMG/ Cedeplar) apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em novembro de 2002, Ouro Preto, intitulado *Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional*.

Foram estudadas, naquele momento, algumas teorias sobre migração internacional, dentre elas a: *Push-Pull Theory* (SOARES, 2002, p. 2). Essa teoria analisa a migração internacional a partir dos acontecimentos econômicos, sociais e políticos geradores de fatores de expulsão do indivíduo do seu país de origem.

Assim, quando a fome, o desemprego, os baixos níveis de saúde, a precariedade de habitação, ou seja, quando os problemas sociais de grande relevância passassem a aumentar em grande escala, seriam eles a chave de expulsão do indivíduo, forçando-o a deixar o próprio país.

Para essa corrente teórica, os fluxos migratórios internacionais estão associados à busca de melhores condições de vida, tendo como causa principal o desequilíbrio e a desarmonia econômica e social do país de origem, verdadeiras máquinas de expulsão humana.

Outra teoria é a Macroteoria Neoclássica (SOARES, 2002, p. 2), que também se encontra fundamentada nos mecanismos causais de natureza econômica. Sendo a migração internacional causada pelas desigualdades geográficas na oferta e na demanda de trabalho, manifestadas nas diferenças salariais, nos excessos de mão-de-obra, bem como na escassez da

força de trabalho. Nessa perspectiva, são os mercados de trabalho fator primário na indução dos fluxos migratórios internacionais.

Já na Microteoria Neoclássica (SOARES, 2002, p. 3), a abordagem é um pouco diferente, a migração se dá em razão da alta qualificação que possuem, racionalmente, os indivíduos que buscam através da análise entre custo/benefício de seus deslocamentos o que maior vantagem obterá, e assim, depois desse levantamento, transferem-se para um determinado país, onde os retornos serão os maiores possíveis. Os movimentos migratórios são um investimento em capital humano, levando em conta a racionalidade dos agentes, não sendo o mercado de trabalho influenciador direto na decisão de migrar, por ser ela socialmente contextualizada.

A teoria Histórico-Estrutural (SOARES, 2002, p. 5) está em oposição às demais. Tem na migração internacional uma escolha racional dos agentes, pois entende os deslocamentos humanos como estratégia de mobilidade sujeita a constrangimentos estruturais.

A migração resulta das desigualdades regionais advindas do espaço transformado, do rearranjo espacial das atividades produtivas, daí que os determinantes e conseqüências das migrações devem ser remetidos a outros fenômenos sociais, historicamente condicionados, que se relacionam com o processo de mudança estrutural em determinada formação social (SOARES, 2002, p. 5).

Já na Teoria do Mercado Dual de Trabalho (SOARES, 2002, p. 6), a migração internacional é causada por uma demanda permanente de trabalhadores migrantes existentes dentro das nações mais desenvolvidas, tendo como principais pressupostos a inflação estrutural e o dualismo econômico.

Dentro desse enfoque, os empregadores buscam soluções como a importação de mão-de-obra, tendo em vista esses trabalhadores aceitarem baixos salários e não se preocuparem com o desprestígio do emprego de baixa qualificação, algo com que o trabalhador residente se preocupa.

Outro fator de caracterização da migração internacional é o dualismo inerente ao binômio trabalho-capital. As indústrias nas sociedades mais avançadas se dividem em dois setores, o primário e o secundário. O setor primário fica reservado aos trabalhadores nativos, com maiores salários, já a lotação dos migrantes se dá no setor secundário que restringe a mobilidade social, devido as suas condições (baixa qualificação, baixos salários).

Dessa forma, a migração internacional passa a ser vista segundo os fatores de atração dos países de destino, e não como nas demais teorias que têm como causa fundamental os fatores de expulsão dos países de origem. "A causa dos fluxos migratórios...

está... no predomínio da crônica e inevitável demanda de trabalhadores estrangeiros (força de atração) e na primazia de fatores econômicos de natureza estrutural." (SOARES, 2002, p. 7).

Na Teoria dos Sistemas Mundiais (SOARES, 2002, p. 7), a migração internacional é tratada como parte do sistema global em que os países de origem e de destino são incorporados. São os problemas internos de um país gerados pela expansão do sistema econômico mundial, que produzem as migrações internacionais.

Nesse atual processo de reestruturação econômica, ocorre a dispersão espacial da produção, com uma intensa mobilidade do capital, em que as tecnologias de informações conferem enorme dinâmica à produção e aos lugares, provocando um acirramento da concorrência internacional e uma migração da atividade produtiva.

Olhando por esse ângulo, o alargamento das fronteiras pode ocorrer pela formação de novos espaços produtivos ou pela transformação de outros já ocupados, colocando os países mais estruturados dentro do contexto mundial (sejam periféricos ou desenvolvidos), focos de mobilidades demográficas relacionadas com o dinamismo de seus espaços territoriais.

Ao tratar os movimentos migratórios internacionais à luz das forças econômicas de natureza global, a teoria dos sistemas mundiais confere às resultantes de tais movimentos um caráter mais amplo e estrutural... a mobilidade da força de trabalho é regulada pela lógica de acumulação do capital, que cria, destrói e recria oportunidades de trabalho em diferentes partes do planeta. (SOARES, 2002, p. 8).

Pode ser percebido que todas as teorias deixam a desejar quanto à explicação teórica das causas das migrações internacionais, acarretando um problema metodológico vasto. Assim, vale tentar para explicação do quadro analisado, uma teoria híbrida, levando em consideração não só as causas individuais e coletivas, como também as forças de atração e expulsão dos destinos e origens migratórias, buscando a natureza histórica em que a migração ocorre, contextualizando-a dentro do processo de globalização.

Sobre esse enfoque, é de grande valia observar o processo de deslocamento populacional a partir do processo de reprodução da força de trabalho, uma vez que os ciclos de acumulação de capital determinam a maior ou menor absorção da mão-de-obra, regulando a oferta e procura de trabalho. Isso gera o excedente populacional muitas vezes canalizado pelas migrações intercontinentais, o que se acentuou com o avanço assustador da informação e da tecnologia, através do processo da globalização.

Na verdade, são inúmeras as modalidades de realocação espacial da força de trabalho, mas constitui um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista

poder contar com uma população trabalhadora, disponível ou potencial, capaz de responder prontamente aos requisitos dinâmicos do sistema produtivo (PATARRA e RENNEN, 1980, p. 246).

A redistribuição da população, com os fenômenos da globalização (vastamente estudado no capítulo anterior), e da reestruturação produtiva, nas quais estão inseridos tanto países "desenvolvidos" quanto os países tidos "em desenvolvimento", vem assumindo nova roupagem, e deve ser analisada à luz de reflexões sobre os novos padrões de acumulação de capital e seus impactos territoriais.

Para explicar os processos de atração e expulsão populacionais, não são válidas apenas as análises da variável econômica, outras dimensões devem ser incorporadas para o entendimento desse objeto, principalmente em se tratando de migração internacional, que necessita de um estudo sobre as novas formas de configuração espacial, que têm como uma de suas causas a reestruturação produtiva. "A questão da dimensão da transferência populacional se redefine, sendo focalizada sob o prisma de sua possibilidade de inserção no sistema produtivo." (PATARRA; RENNEN, 1980, p. 247).

Pode, dentro desse enfoque teórico, ser utilizada para a pesquisa a análise causal estudada por Daniel Little, em seu livro *Varieties of social explanation*, quando diz que

Há três idéias comumente envolvidas no raciocínio causal: a idéia de um mecanismo causal conectando causa e efeito, a idéia de uma correlação entre duas ou mais variáveis e a idéia de que um evento é uma condição necessária ou suficiente para outro. (LITTLE, 1991, p. 13)

Observando essa teoria, pode-se conceber a migração internacional como estratégia de mobilidade livremente assumida, autônoma, sendo que esta visão, somada às demais até agora elencadas, melhora o entendimento do complexo processo de migração internacional.

A reorganização vivenciada por todos os países do mundo faz surgir um novo processo, uma nova forma produtiva de acumulação de capital, que reflete transformando os espaços urbanos e que busca de forma cada vez mais competitiva sua inserção na dinâmica global.

Essa reorganização econômica pode, por sua vez, ser entendida na perspectiva da crise do regime fordista de acumulação, que altera os processo de organização do trabalho e o seu modo de regulação, estabelecendo novas regras nas relações de força entre hipossuficiente e detentores dos meios de produção.

Para explicar essas recentes mudanças econômicas em âmbito internacional, surge a escola da regulação, cujos defensores atribuem como fato gerador dessas transformações a falência da "produção em massa" que provocou o surgimento de uma economia fundamentada na flexibilização da produção e conseqüentemente na flexibilização do mercado de trabalho, da organização do trabalho e do contrato de trabalho.

Vale ressaltar, como já mencionado anteriormente, que existem autores que defendem ser essa transformação uma extensão das estruturas fordistas e que o novo não se estruturará através de uma ruptura total com o seu antecessor, podendo inclusive ambos os modos de produção se estabelecer dentro de uma mesma estrutura.

O importante é perceber que existe uma nova dinâmica na economia internacional emergente, alterando o próprio regime de acumulação de capital e com isso rearticulando os espaços urbanos.

Já na década de oitenta pode se observar o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, pautada pela globalização da produção aplicada pelas multinacionais, fundamentada por um investimento em escala global por processos de produções flexíveis e multiloadas por uma revolução nos transportes (mais baratos e acessíveis), e um alto nível das tecnologias de informação. Essas transformações ocorreram em escala global não obstante as desigualdades dos países no sistema mundial.

Com a abertura das economias nacionais ao mercado mundial, os países necessitam adequar seus preços internos aos preços internacionais e, para tanto, ocorre uma mobilidade dos recursos, investimento e dos lucros, numa intensidade nunca vista antes.

Esses fatores provocam profundas alterações nos espaços territoriais, posto ser não só os investimentos móveis, como também os serviços se tornam internacionais, contribuindo para a formação de locais estratégicos na economia mundial, verdadeiros pólos de mão-de-obra.

Dentro dessa perspectiva, as migrações internacionais não só aumentam como muitas vezes se inserem institucionalmente nos Estados Nações, em decorrência de acordos multilaterais advindos das formações de blocos econômicos, que como a União Européia e o MERCOSUL, prevêm em seus ordenamentos a livre circulação de serviços. O referido processo não só é determinado pelas desigualdades geo-econômicas, mas também está sujeito à sanção política dos Estados Nações envolvidos.

Diante da sua especificidade e do caráter fundamentalmente multidisciplinar do processo de migração internacional, este deve ser estudado utilizando-se teorias de valor analítico e de previsão e que sejam teorias híbridas: estatísticas, motivações sociais e

individuais, tentando visualizar o que ocorrerá caso os fluxos estudados se mantenham nos mesmos volumes e direções (BOAVENTURA, 2002). Os referidos estudos devem abordar, concomitantemente, os fatores de diferenças observados entre os Estados Nações nesses fluxos, bem como, os fatores regionais que determinam as emigrações e as imigrações nos diversos países.

Assim, o processo ocorre não só devido ao aprofundamento das desigualdades geopolíticas, como também pela intensificação dos processos de globalização econômica, que promoveram uma reestruturação na indústria e na produção, um redirecionamento dos fluxos dos capitais, cada vez mais móveis, e uma profunda mudança nas políticas laborais e sociais.

Toda essa alteração fez com que a direção dos fluxos dependa não somente da oferta de trabalho, como também da posição que o país ocupa, analisando a inserção do mesmo no bloco econômico, o que justificará ou não sua atração imigratória.

Para exemplificar como os fluxos se justificam pela facilidade, operacionalidade, mercado de trabalho, equilíbrio econômico, estruturação política, legislação sólida e direcionada para o desenvolvimento econômico e social, vamos desenvolver a seguir as principais divergências e convergências das legislações laborais, quanto às características dos direitos individuais dos países membros do MERCOSUL. O foco está em demonstrar como o Brasil hoje é um país de atração imigratória, não só pela sua melhor estabilidade política e econômica em relação aos demais Estados Partes, mas também em virtude de sua legislação conter vários institutos de proteção laboral, o que gera uma maior ilusão ao imigrante que vem em busca de trabalho e proteção.

Vale ressaltar que o trabalhador estrangeiro, mesmo sabendo do número de informalidade existente no Brasil, ainda assim, luta constantemente por uma melhora na sua qualidade de vida, arrisca-se no deslocamento para um país onde a estrutura jurídica facilite e abra novas perspectivas, protegendo-o da desordenada competitividade.

Na Argentina a legislação trabalhista garante os seguintes direitos individuais aos seus trabalhadores: limitação genérica da jornada de trabalho; garantia de férias e repouso semanal remunerado; salário mínimo variável; isonomia salarial; participação nos lucros das empresas; proteção contra despedida arbitrária.

Vejam os que traz a legislação do Paraguai: busca do pleno emprego; vedação de práticas discriminatórias; isonomia salarial; proteção ao trabalho de menor e da mulher; jornada diária máxima de 8 horas e de 48 semanais; salário mínimo e adicional de horas extras; trabalho noturno e insalubre; proteção contra o despedimento arbitrário.

Quanto ao Uruguai, podem ser observados os seguintes direitos individuais: garantia da liberdade de trabalho; justa remuneração; limitação da jornada de trabalho; descanso semanal, segurança e medicina no trabalho.

Os direitos individuais brasileiros, que são em maior número do que os demais acima descritos, podem ser assim resumidos: proteção da relação de emprego contra despedimento arbitrário; seguro desemprego; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; salário mínimo unificado nacionalmente; garantia de piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho; irredutibilidade salarial; décimo terceiro salário; adicional noturno; proteção ao salário contra sua retenção dolosa; participação nos lucros ou resultados das empresas; salário-família; limitação da jornada de trabalho em 8 horas diárias e 44 semanais, bem como em turnos ininterruptos de revezamento; adicional de horas extras; repouso semanal remunerado; licença à gestante e à paternidade; proteção do mercado de trabalho da mulher; garantia de normas de saúde, higiene e segurança do trabalho; adicional para trabalho penoso, insalubre e perigoso; assistência pré-escolar; proteção em face da automação; prescrição das ações trabalhistas; vedação de práticas discriminatórias; limitação da idade para o trabalho; remuneração de direitos domésticos; proibição de despedida arbitrária sob pena de multa de 40% sobre o FGTS; estabilidade provisória no emprego de gestantes e de empregados acometidos por acidente de trabalho e de membros de sindicatos.

Através desses dados gerais retirados das Constituições e legislações laborais de cada país¹², pode-se observar que o Brasil de hoje é o país que mais direitos oferece aos seus trabalhadores formais, o que o torna, de forma ilusória pólo atrativo de mão-de-obra migratória intra bloco (vez que o índice de informalidade entre os nacionais cresce a cada dia), principalmente depois que o Protocolo de Ouro Preto previu a liberdade de movimentação de serviços e mão-de-obra.

Neide Patarra levantou algumas questões relevantes quanto à migração internacional, enfocando aspectos migratórios entre os países constituintes do MERCOSUL, observando ser o Brasil, dentro do bloco, o país de melhor atratividade imigratória. Segundo os levantamentos do IBGE, Censos de 1900, 1920, 1940, 1950, 1970, 1980 e 1991 os fluxos migratórios que envolveram alguns dos países da América Latina (Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Peru) somam juntos 40% do total dos imigrantes que entraram no Brasil na década passada (PATARRA, 2003).

Como foi mencionado no início deste trabalho, são quase sempre subestimados os dados no que concerne à imigração internacional, devido à omissão dos próprios imigrantes.

¹² Dados retirados da Revista LTR, BARROS, Cássio Mesquita. São Paulo, 1997.

Assim, Neide Patarra, em sua pesquisa, *Migração Internacional: questão relevante para a região Centro Oeste*, afirma que “enquanto o censo de 1991 indicava um contingente de 15.691 bolivianos residindo no país, a Fundação Bolívia estimava que, em 1992, mais de 100 mil residiam só em São Paulo”. A estudiosa diz ainda que “... Dados recentes do Ministério do Trabalho revelam que mais de 17 mil estrangeiros entraram no país só no ano passado, sendo sua maioria constituída de Americanos (3.040)...”. (PATARRA, 2003). Devido a esta problemática metodológica, devemos pensar em alternativas complementares e triangulares, pois as formas metodológicas normais não conseguem corresponder às necessidades dos estudos sobre migração internacional.

Parece que os movimentos populacionais passaram a ser, também, uma questão social em decorrência da chamada economia global, acarretando transformações profundas nos mercados de trabalho no contexto da própria integração econômica.

Neste contexto, existe tanto um processo emigratório quanto imigratório envolvendo os países membros do MERCOSUL, porém, o Brasil é hoje um pólo imigratório atrativo, em decorrência da sua maior extensão territorial, maior estabilidade econômica e política, face ao contexto atual dos outros países membros, que atravessam grandes dificuldades em todos os níveis (conforme já mencionado no estudo feito anteriormente da América Latina).

Afirma Neide Patarra em seu texto *Migração Internacional: questão relevante para a Região Centro Oeste* que

Os deslocamentos populacionais, em direção ao Brasil, provenientes dos países do Mercosul, destinam-se, principalmente, às regiões metropolitanas do país. Apesar das escassas informações a esse respeito, estima-se que, entre chilenos, bolivianos e paraguaios, há mais de 300 mil imigrantes residindo em São Pulo; a grande maioria é composta por jovens que já haviam efetuado uma etapa migratória da zona rural para zona urbana em seu país de origem, geralmente ocupam-se no trabalho doméstico, no caso das mulheres, ou em subempregos e na construção civil, no caso dos homens; uma vez inseridos, tendem a mudar de emprego em prol de melhores salários (SILVA et al, 1996 aput PATARRA, 2003, p. 7)

Mesmo estando o Brasil hoje em melhores condições estruturais que os demais países, este passa por problemas sérios, tanto na esfera econômica quanto na política, tendo o país um número elevado de trabalhadores informais. Esses fluxos imigratórios, autorizados pelo Protocolo de Ouro Preto, que prevê a livre circulação de trabalhadores intra bloco, e por acordos bilaterais como o feito entre Brasil e Bolívia, merecem uma análise aprofundada, para que possam ser pensadas políticas públicas quanto à inserção digna e humana dessas populações no contexto sócio-econômico do país.

Pois, além do trabalho quase escravo que vem sendo divulgado pela imprensa nos últimos 10 anos de imigrantes no Brasil, ainda existem as lutas constantes entre nacionais e estrangeiros diante das vagas oferecidas pelo mercado de trabalho e face às buscas incessantes para uma melhor inserção econômica dos trabalhadores, o que não justifica uma postura radical de fechamento de barreiras. No entanto, força-nos a pensar como poderá ser absorvida essa população imigrante. Não é uma questão de políticas de fácil desenvolvimento e aplicação, em virtude do que o movimento representa, porém, devem ser pensadas e repensadas.

3.2 - O Brasil inserido nos movimentos imigratórios internacionais

Em todas as épocas nota-se a existência de movimentos populacionais internacionais, ou seja, migração internacional, em maior ou menor quantidade, em busca de melhores condições de vida em todo o globo, seja por guerra, fome, falta de trabalho, laços familiares no país de origem, seja por melhores condições salariais, paz, estabilidade econômica e outras qualidades de vida tidas como melhorias pessoais e profissionais no país de destino.

Tanto o país de origem quanto o país receptor beneficiam-se com os referidos movimentos migratórios internacionais, pois tendem a longo prazo a transferir conhecimentos e tecnologias, aumentar recursos humanos principalmente nos países receptores, movimentando riquezas culturais e econômicas.

É interessante observar a importância da imigração internacional na constituição social e cultural brasileira, e o desenvolvimento econômico e político advindo do ir e vir humano global.

"O crescimento vegetativo dos imigrantes e seus descendentes foi mais importante para o crescimento da população brasileira do que para o crescimento das populações da Argentina ou dos Estados Unidos" (JUNIOR, 1997, p. 53). Para justificar essa assertiva, o referido autor enumera algumas das evidências observadas ao longo da história brasileira que permitem a solidificação da sua opinião a qual deve ser atentamente analisada.

Segundo dados colhidos no período de 1880 a 1900, um quarto do crescimento da população brasileira e um terço do crescimento vegetativo se deu por uma onda significativa de imigração, sendo que "a população de origem imigrante apresentava taxas de crescimento

vegetativo maiores que as do restante da população brasileira, conseqüência de suas menores taxas de mortalidade" (JUNIOR, 1997. 53).

Outra evidência mencionada pelo autor é a de que no auge da imigração no Brasil, final do século passado, a maior parte dos imigrantes formou a mão-de-obra do setor agrícola. Isso aconteceu porque foi na zona rural que se deu o referido movimento, bem distinto do que temos nos últimos 10 (dez) anos, pois a movimentação populacional, observada dentro do processo de imigração no país, se dá para os pólos industriais. Isso demonstra uma forte tendência de busca de melhores condições de trabalho.

O motivo expressivo do movimento populacional estudado por Judicael se deu em razão das mudanças ocorridas na Europa no século XIX, com o processo da modernização da agricultura, das modificações nas relações de trabalho, que gerou um excedente populacional de mão-de-obra, seguido de um aumento populacional nunca visto antes, em razão da queda da taxa de mortalidade que não foi acompanhada por uma queda de fecundidade que se deu muitas décadas mais tarde.

Dessa forma, a Europa passou a não ter condições de absorver esse contingente populacional, seja no meio urbano ou no meio rural, o que gerou uma das maiores emigrações que o continente sofreu em toda a sua história. Neste mesmo período, os países da América Latina também passavam por uma série de mudanças, em razão da escassez de mão-de-obra, ocasionada, sobretudo no caso do Brasil, pela abolição da escravatura, pela abundância de terras não ocupadas.

Assim, formaram-se, no caso da Argentina, vários pequenos agricultores, e no caso do Brasil, os imigrantes se dirigiam para colônias já formadas de pequenos agricultores, onde os subsídios oferecidos aos imigrantes foram o meio encontrado pelos produtores de café para buscar soluções devido à transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

O Brasil sofreu um enorme fluxo imigratório fundamentalmente proveniente da Europa, em conseqüência das mudanças ocorridas naquele continente e devido às facilidades oferecidas aos imigrantes, como os subsídios pelo governo e produtores brasileiros. Uma imigração dirigida e subsidiada pelos detentores do poder produtivo agrícola e pelo governo brasileiro.

Entre o período de 1880 a 1900, entraram no país cerca de 1.684.756 estrangeiros, sendo que desse total: 19,7% eram portugueses; 58,7% eram italianos; 11,8% de espanhóis; 2,1% eram alemães e 7,7% advindos de outros países¹³.

¹³ Fonte: Klein, 1994:31, alguns dados da Tabela 1.1

Com a intensificação do processo imigratório no Brasil, no final do século XIX, foi criada em São Paulo uma Hospedaria de Imigrantes da Capital, construída entre o período de 1886 a 1888 para receber esses estrangeiros, que desembarcavam no porto de Santos e eram colocados em trens com destino à Hospedaria, que tinha capacidade para receber cerca de três mil pessoas. Até a sua desativação em 1978, passaram por seus quartos aproximadamente três milhões de estrangeiros em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Todos os documentos, como registros de nacionalidades, ocupações anteriores, documentos pessoais e currículos dos estrangeiros, estão disponíveis no Memorial do Imigrante, construído no mesmo prédio onde funcionou a antiga hospedaria durante noventa e um anos.

Hoje, no local do Memorial do Imigrante, que ocupa apenas 30% da antiga hospedaria, ainda funciona uma hospedaria, onde além de abrigar os imigrantes internacionais, hoje na sua maioria vindos da América do Sul, abriga, também, os imigrantes carentes provenientes de migrações internas, que chegam a capital paulista, na maioria das vezes, vindos de regiões nordestinas. Tal atividade é administrada pela Associação Internacional para o Desenvolvimento - Núcleo São Paulo.

O Brasil desde sua colonização foi um país receptor de migrantes, vez que sua vasta territorialidade permitia acolher aqueles que sonhavam com dias melhores, com a própria terra, com uma qualidade de vida, que em seu país de origem seria quase que impossível conseguir.

Tanto se faz verdadeira essa afirmação, que em 1845 o governo brasileiro regulamentou a Lei de Terras, que facilitava o acesso à propriedade de terras devolutas aos estrangeiros. A partir daí a entrada de estrangeiros no país passou a ser de forma contínua e intensa.

O quadro II demonstra que, em princípio, os imigrantes recepcionados pelo Brasil no período de 1870 a 1907 são, em sua maioria, de descendência européia, devido às facilidades por eles encontradas para essa migração quase toda subsidiada pelo governo brasileiro. Tal fato leva a conjunturas mais profundas, pois nessa época o regime escravista estava com seus dias contados e as plantações de café necessitavam de mão-de-obra. Dessa forma, ao contrário do que deveria ter sido feito, qual seja a inserção do negro na atividade econômica do país, o Brasil optou por importar mão-de-obra branca, demonstrando um arraigado e profundo preconceito racial.

A entrada de alemães entre 1870 a 1890 e de espanhóis entre 1870 a 1888 é quase que insignificante se levarmos em consideração a média de entrada de portugueses e italianos. Mas, não obstante a nacionalidade, todos eles tiveram em 1888 um salto significativo de entrada no Brasil.

Tal fato, em relação aos portugueses, deu-se em virtude de que, para eles, esses movimentos populacionais já faziam parte do contexto de sua nação desde a colonização. Acostumados ao processo de exploração e colonização das Américas, não viam na emigração qualquer problema ou empecilho. Pelo contrário, tinham a necessidade de expandir seus horizontes e adquirir maiores riquezas, o que era facilitado pelo governo brasileiro, inclusive com custeio da viagem.

Quanto aos russos, sua inserção no processo de migração de início foi tímida, com seu aumento cravado no período de 1888 a 1898 com posterior decréscimo nos anos seguintes.

É interessante notar que em todos os casos o fluxo maior de imigrantes se deu a partir de 1888 até 1898. Tal fato se deu em razão das dificuldades vividas na Europa nesse período, pois se encontrava cheia de conflitos e lutas das classes operárias, que se viam cada vez mais fracas face às mudanças estruturais definitivamente emplacadas pelo continente.

Aqueles excedentes do sistema buscaram novas opções de sobrevivência através da emigração, a qual ocorreu com maior intensidade no fim da solidificação do novo modelo. À medida que as crises nos países europeus foram se equilibrando, que a qualidade de vida foi melhorando e que o novo modelo de política social e trabalhista deixou de ser visto como vilão da história, os fluxos de imigração europeia diminuiriam.

Quadro II - Entrada de Imigrantes no Brasil – 1870/1907

| Ano | Alemães | Espanhóis | Italianos | Portugueses | Russos | Diversos | TOTAL | % |
|------|---------|-----------|-----------|-------------|--------|----------|-------|------|
| 1870 | 6 | 38 | 7 | 4.458 | 0 | 649 | 5.158 | 0,22 |

| | | | | | | | | |
|--------------|---------------|----------------|------------------|----------------|---------------|----------------|------------------|------------|
| 1871/2 | 1.399 | 1237 | 3434 | 21.042 | 11 | 4527 | 31.650 | 1,36 |
| 1873/4 | 2.517 | 0 | 5 | 7.954 | 71 | 24.528 | 35.075 | 1,51 |
| 1875/6 | 4.838 | 802 | 7.991 | 11.113 | 3.967 | 16.626 | 45.337 | 1,94 |
| 1877/8 | 3.845 | 852 | 25.418 | 14.201 | 4.019 | 5.489 | 53.924 | 2,32 |
| 1879/0 | 4.407 | 2.186 | 23.181 | 20.842 | 433 | 1.994 | 53.143 | 2,28 |
| 1881/2 | 3.655 | 6.638 | 15.133 | 13.765 | 324 | 1.622 | 41.137 | 1,77 |
| 1883/4 | 4.067 | 3.370 | 25.826 | 21.192 | 467 | 3.983 | 58.905 | 2,53 |
| 1885/6 | 5.262 | 2.269 | 42.195 | 13.898 | 421 | 4881 | 68.926 | 2,96 |
| 1887/8 | 1.929 | 6.502 | 144.510 | 28.494 | 0 | 7.783 | 189.218 | 8,12 |
| 1889/0 | 6.715 | 21.020 | 67.399 | 40.414 | 27.125 | 10.047 | 172.720 | 7,42 |
| 1891/2 | 6.085 | 32.617 | 187.375 | 50.146 | 11.975 | 14.765 | 302.963 | 13,01 |
| 1893/4 | 2.158 | 44.984 | 93.424 | 46.027 | 212 | 8.984 | 195.789 | 8,42 |
| 1895/6 | 2.043 | 41.795 | 193.849 | 58.354 | 867 | 28842 | 325.750 | 13,99 |
| 1897/8 | 1.465 | 27.490 | 153.596 | 28.663 | 827 | 12.430 | 224.471 | 9,65 |
| 1899/0 | 738 | 10.233 | 50.517 | 19.239 | 559 | 13.643 | 94.929 | 4,07 |
| 1901/2 | 431 | 12.172 | 91.980 | 22.867 | 207 | 9.853 | 137.510 | 5,90 |
| 1903/4 | 2.028 | 14.512 | 25.827 | 28.696 | 658 | 8.505 | 80.226 | 3,44 |
| 1905/6 | 1.983 | 49.770 | 38.137 | 41.887 | 1.747 | 10.443 | 143.967 | 6,18 |
| *1907 | 845 | 9.235 | 18.238 | 25.681 | 703 | 13.085 | 67.787 | 2,91 |
| Total | 56.416 | 287.822 | 1.208.042 | 519.033 | 54.593 | 202.679 | 2.328.585 | 100 |

Fonte: Memorial do Imigrante - São Paulo

*Último ano de informação disponível

Outra fase imigratória no país se deu a partir de 1947, os chamados "deslocados de guerra" que, em virtude das dificuldades internas dos países envolvidos na segunda guerra mundial, buscaram de forma intensa se deslocar em busca de melhores oportunidades e qualidades de vida.

Esses imigrantes tinham uma distinção em relação àqueles recebidos pelo país em decorrência de alterações estruturais, econômicas e trabalhistas ocorridas na Europa pós-revolução industrial.

Aqueles na maioria das vezes eram o excedente populacional, o excedente de mão-de-obra, que não conseguiram acompanhar a modernização ocorrida em todo o continente Europeu, e viram no Brasil uma oportunidade de melhoria e estabilidade em decorrência do vasto território não ocupado e não explorado.

Estes, por sua vez, imigrantes do pós-guerra, eram formados principalmente por alemães e austríacos. Em sua maioria, profissionais qualificados, muitos com parentes já

vivendo no Brasil (naturalizados ou não) viram a oportunidade profissional surgir em um país que buscava uma mão-de-obra especializada para o seu início no longo caminho da industrialização e sem o conflito armado.

Em 1945¹⁴, com a reabertura do Brasil à imigração, foi sancionado o Decreto Lei nº 7.967, mantendo um caráter restritivo à imigração, limitando em 2% do total de entrada de cada nacionalidade, mantendo as mesmas características da regulamentação imigratória do período de 1938 (era Vargas), conforme artigo 121 da Carta Magna de 1934, que em seu § 6 diz:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos.

Tal característica pode ser claramente observada através de uma análise do quadro III, onde se nota uma quebra nos fluxos imigratórios de 1938 a 1950, principalmente em relação aos países do Eixo – Japão, Itália e Alemanha.

Quadro III - Entrada de Imigrantes no Brasil – 1908/1953

| Ano | Alemães | Espanhóis | Italianos | Portugueses | Russos | Japoneses | Diversos | TOTAL | % |
|---------------|---------|-----------|-----------|-------------|--------|-----------|----------|----------------|------|
| 1908 | 2.931 | 14.862 | 13.873 | 37.628 | 5.781 | 830 | 14.631 | 90.536 | 3,55 |
| 1919/0 | 9.315 | 37.062 | 27.831 | 61.434 | 8.125 | 979 | 26.095 | 170.841 | 6,71 |

¹⁴ Outros acordos que podem ser citados foram: OIR - Organização Internacional para Refugiados e acordo relativo às disposições provisórias sobre os refugiados e deslocados de 15/09/1946; Acordo de Migração entre o Brasil e a Itália 05/07/1950; Legislação para a criação do INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1945; Comitê Colonização entre o Brasil e os Países Baixos, 15/12/1950; Comitê Intergovernamental para as Migrações européias, 19/10/1953.

| | | | | | | | | | |
|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|------------------|------------|
| 1911/2 | 9.984 | 62.633 | 54.699 | 124.023 | 23.206 | 2.937 | 33.980 | 311.462 | 12,24 |
| 1913/4 | 10.819 | 60.009 | 46.428 | 104.636 | 11.209 | 10.797 | 25.671 | 269.569 | 10,59 |
| 1915/6 | 533 | 16.201 | 11.119 | 27.099 | 1.256 | 230 | 5.140 | 61.578 | 2,42 |
| 1917/8 | 202 | 15.338 | 6.528 | 14.796 | 825 | 9.498 | 2.881 | 50.070 | 1,97 |
| 1919/0 | 4.586 | 15.763 | 15.236 | 50.951 | 575 | 4.035 | 13.923 | 105.069 | 4,13 |
| 1921/2 | 12.953 | 18.392 | 22.056 | 48.603 | 1.805 | 2.065 | 17.609 | 123.486 | 4,85 |
| 1923/4 | 30.422 | 17.378 | 29.683 | 55.133 | 1.336 | 3.568 | 43.081 | 180.601 | 7,09 |
| 1925/6 | 14.849 | 18.954 | 21.823 | 60.299 | 1.507 | 14.737 | 69.064 | 201.233 | 7,90 |
| 1927/8 | 9.106 | 13.506 | 17.980 | 65.118 | 1.439 | 20.253 | 48.700 | 176.102 | 6,92 |
| 1929/0 | 8.531 | 7.783 | 9.541 | 57.619 | 3.538 | 30.724 | 41.060 | 158.796 | 6,24 |
| 1931/2 | 4.894 | 3.231 | 5.069 | 16.651 | 831 | 17.310 | 10.973 | 58.959 | 2,32 |
| 1933/4 | 5.809 | 3.122 | 4.427 | 19.427 | 193 | 46.424 | 12.706 | 92.108 | 3,62 |
| 1935/6 | 3.649 | 1.561 | 2.589 | 13.953 | 48 | 12.917 | 7.641 | 42.358 | 1,67 |
| 1937/8 | 6.990 | 1.440 | 4.828 | 18.852 | 71 | 7.081 | 14.803 | 54.065 | 2,12 |
| 1939/0 | 3.130 | 583 | 1.415 | 26.857 | 19 | 2.682 | 6.431 | 41.117 | 1,61 |
| 1941/2 | 462 | 162 | 92 | 7.094 | 23 | 1.548 | 2.982 | 12.363 | 0,48 |
| 1943/4 | 2 | 39 | 4 | 565 | 20 | 0 | 2.271 | 2.901 | 0,11 |
| 1945/6 | 196 | 277 | 1.239 | 7.756 | 30 | 6 | 6.703 | 16.207 | 0,64 |
| 1947/8 | 2.869 | 1.618 | 7.721 | 11.672 | 1.360 | 2 | 15079 | 40.321 | 1,58 |
| 1949/0 | 4.848 | 6.005 | 13.694 | 21.519 | 95 | 37 | 13.138 | 59.336 | 2,32 |
| 1951/2 | 5.184 | 23.718 | 23.539 | 69.292 | 243 | 367 | 24.971 | 147.314 | 5,78 |
| *1953 | 2.149 | 17.010 | 16.379 | 30.675 | 496 | 1.255 | 12.106 | 80.070 | 3,14 |
| Total | 154.409 | 356.647 | 357.793 | 951.654 | 64.031 | 190.282 | 471.639 | 2.546.455 | 100 |

Fonte: Memorial do Imigrante, São Paulo
*Último ano de informação disponível

Após a década de 50, observa-se que a imigração é retomada no Brasil, mesmo com a limitação do Decreto nº 7.967 de 1945. Outro fator dentro desse período é a inserção nos movimentos migratórios dos japoneses, até então não observados em outros momentos. Isso se deu por a imigração brasileira ser controlada e subsidiada pelo governo, que sempre buscou mão-de-obra européia, discriminando outras raças, etnias; e que a permissão de imigração asiática somente se deu em 1892, quando Floriano Peixoto promulgou a Lei nº 97 de outubro de 1892.

Tal fato se deu quase de forma coincidente com a instauração da monarquia constitucional no Japão em 1889, depois de fortes revoluções de partidários do antigo regime.

Monarquia instalada, o país iniciou um processo penoso de crise inflacionária, política e social, principalmente nas áreas rurais, gerando um excedente de mão-de-obra, o que levou o governo a adotar medidas como a liberação da emigração para tentar amenizar o problema. É bom frisar que a emigração no Japão até então era proibida.

Dessa forma, vislumbram-se dois movimentos imigratórios distintos no Brasil. Uma imigração espontânea, através de ligações de parentescos e ofertas de emprego, formada em decorrência de um tímido desenvolvimento industrial vivido por alguns estados do país, mantendo este fluxo imigratório dirigido às profissões urbanas, que depois de algum tempo começou a se tornar foco de preocupação governamental e iniciou um processo de direcionamento dessa imigração. E outra, eminentemente, direcionada, visando sobretudo a colonização agrícola, orientada pelo governo brasileiro e organismos internacionais.

Conseqüências distintas surgiram por causa destes dois tipos de imigração, uma vez que nos movimentos espontâneos, advindos do chamado de parentes ou oferta de emprego, não há responsabilidade estatal pela colocação do imigrante e sua adaptação. Já os movimentos subsidiados, a imigração dirigida, pelo contrário, traziam problemas maiores tanto para os imigrantes quanto para o país. Aos imigrantes, por não conseguirem se adaptar com rapidez, e ao país, por terem em seu orçamento um ônus a mais, o subsídio.

Porém, mesmo tendo sido muitas as imigrações espontâneas no pós-guerra, vale ressaltar que no movimento imigratório deste período ocorreram os dois tipos de imigração, seja a espontânea, seja a dirigida.

O movimento de imigrações espontâneas, tanto a partir de 1880, quanto do pós-guerra, tem sua fundamentação teórica na abordagem da Microteoria Necoclássica, na qual racionalmente o indivíduo busca uma análise do custo/benefício que o processo migratório oferecerá, vendo no movimento um investimento.

Já as imigrações direcionadas desse período são fundadas em maior extensão na teoria do *Push-Pull Theory*, pois se caracteriza mais pelos fatores de expulsão do país de origem do que qualquer outra alegação.

Depois de 1970 o Brasil sofreu outro tipo de imigração, essa de cunho latina, especificamente. Imigrantes advindos do Paraguai, como uma forma de livrarem-se do tormento de um país destruído, dizimado pela guerra e de fugirem das perseguições políticas enfrentadas naquele momento. Tal movimento populacional se deu principalmente em decorrência da proximidade geográfica entre os dois países e a existência de parentes de imigrantes já vivendo no Brasil, facilitando a adaptação do imigrante.

Esse processo imigratório tem respaldo teórico na *Push-Pull Theory*, na qual a migração internacional se funda e tem suas bases solidificadas a partir dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos que geram o movimento de expulsão do país de origem, a guerra gera problemas sociais de tamanha relevância que força o indivíduo a deixar seu próprio país.

Com a globalização, a comunidade global passou a dar maior importância à migração internacional, pois os imigrantes são movidos pela existência de melhores condições econômicas e sociais, buscam o trabalho e se tornam mão-de-obra móvel, assim como o capital. Fato que é, na maioria das vezes, fomentado e influenciado pelas nações mundiais, que desenvolvem acordos mútuos em direção a uma integração econômica e social, como é o caso, na América Latina, do MERCOSUL, o qual trouxe significativa importância aos movimentos imigratórios ocorridos e em expansão, nas últimas duas décadas, conforme ficará demonstrado mais adiante.

Essa eclosão de imigrações envolvendo principalmente os países que fazem parte do Bloco MERCOSUL se dá de forma diferenciada do que ocorreu em meados do século XIX, em virtude dos imigrantes serem decorrentes dos países da América Latina e buscarem os pólos industriais. Em número, esse movimento populacional é de menor relevância do que o ocorrido anteriormente. Contudo, sua tendência é de continuidade e não de estagnação, como foi o caso dos imigrantes Europeus, que inclusive tiveram uma redução no movimento de migração estudado. Embora a participação total de estrangeiros signatários do Acordo MERCOSUL seja ainda pequena, são eles os únicos grupos a obterem crescimento contínuo desde 1970.

Tabela 2 - Estrangeiros por ano censitário, segundo o país de nascimento

| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
|----------------|---------|---------|--------|--------|
| Japão | 142.685 | 115.118 | 67.024 | 52.496 |
| Itália | 128.726 | 87.076 | 53.543 | 43.718 |
| Bolívia | 9.945 | 10.342 | 15.690 | 20.374 |

| | | | | |
|------------------|--------|--------|--------|--------|
| Argentina | 17.213 | 26.633 | 25.469 | 24.729 |
| Uruguai | 20.025 | 17.560 | 22.143 | 24.729 |
| Paraguai | 20.025 | 17.560 | 19.018 | 28.810 |

Fonte: IBGE 1970; 1980 ;1991; 2000 em relação aos dados sobre os imigrantes Japoneses, Italianos e Espanhóis em todos os anos e em relação aos demais Imigrantes apenas dos censos de 1991 e 2000. IMILA/CELADE(2000) em relação aos imigrantes Latinos Americanos de 1970 e 1980, por não terem sido disponibilizados pelo IBGE.

Outro fator de distinção se dá pela reconstrução das vidas e das famílias desses imigrantes. No caso daqueles advindos do continente europeu, imagina-se que o processo de ajustamento pode ter sido muito mais penoso do que no caso dos imigrantes de origem latina, em decorrência das experiências similares em nível político, social, econômico, cultural e da proximidade territorial.

A partir dos anos 80 iniciou-se no país um processo um pouco diferente do vivido até então em relação aos movimentos migratórios. O Brasil passou a ser uma sociedade expulsora de mão-de-obra para os países tidos como "desenvolvidos", principalmente para os Estados Unidos da América. Entretanto, também a partir desse mesmo período, tornou-se local de destino de muitos latinos-americanos, a maioria envolvidos em uma rede produtora e comercializadora clandestina.

Tais movimentos tomaram forma e força, dinamizaram-se a partir do Tratado Comercial do MERCOSUL. Este acordo implicou em uma intensificação nos movimentos migratórios dos países signatários, em suas áreas limítrofes, ou áreas urbano-metropolitanas.

A criação do MERCOSUL não inaugura o processo de integração entre os países envolvidos, eles têm uma história comum desde o período colonial, mas intensifica os laços já existentes, na medida em que ampliam os mercados de consumo, as atividades produtivas e com isso aumentam-se os mercados de trabalho.

Essa nova realidade tem criado "nichos" espaciais com alta concentração de fluxos de investimentos e capitais, transformando cidades e metrópoles, formando redes de comércio, de informação e de circulação de pessoas. Algumas cidades são escolhidas como pólos atrativos para o trabalhador que procura melhores condições de vida. Nesse quadro, surge um novo Brasil, cujos movimentos imigratórios envolvendo os países do Cone Sul vêm contribuindo para a formação de uma nova rede urbana regional, que pode ser observada na participação que os imigrantes procedentes dos Estados Partes do MERCOSUL têm tido no balanço migratório do Brasil, que supera numericamente aqueles oriundos das demais regiões das Américas.

4 - A IMIGRAÇÃO NO BRASIL - MERCOSUL

4.1 - As migrações recentes e procedentes do MERCOSUL e Bolívia para o Brasil

Um primeiro enfoque que se deve observar na elaboração da presente pesquisa são as fontes de dados, pois o referido tema é ponto de partida para análise de qualquer vertente sobre população.

No presente trabalho estão sendo analisados dados sobre população de imigrantes no Brasil, ressaltando as imigrações mais recentes do continente da América Latina em direção ao Brasil. Inicialmente é importante lembrar que os dados aqui utilizados são todos de fontes secundárias, com uma análise longitudinal e histórica das imigrações dos países signatários do MERCOSUL e da Bolívia para o Brasil.

Dessa forma, foi de suma importância a utilização dos dados demográficos propriamente ditos, para fins de estatísticas, focalizando na dinâmica populacional o evento de migração que transforma suas características.

Essas informações estatísticas foram obtidas através, principalmente, das análises dos censos demográficos do Brasil, que apesar da sua divulgação demorada, sua frequência reduzida e do sigilo, que costuma proibir as informações individuais, é ainda o principal instrumento para obter dados sobre a população.

Os dados aqui manuseados foram colhidos em algumas instituições como Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), CELADE, IBGE (Censos de 1980, 1991 e 2000), Censo Comum do Mercosul, tabelas elaboradas a partir do programa de Banco de Dados Agregados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Além destas fontes de base de dados, foram somadas informações colhidas em consulados, em trabalhos de autores renomados na área de imigração e em alguns jornais de grande circulação.

No decorrer da pesquisa observou-se que, assim como os países integrantes do Bloco Mercosul, a Bolívia – com adesão posterior de parte do Tratado de Assunção – deveria ser analisada dentro do mesmo contexto, em decorrência da crescente recepção de imigrantes desse país pelo Brasil.

Dessa forma, quando no corpo do texto houver referência ao MERCOSUL, a Bolívia estará sempre inserida nesse contexto de observação como um país integrante do bloco, eximindo qualquer dúvida sobre a inserção da Bolívia como país signatário do Mercado Comum em todo o processo de análise do presente capítulo.

Os censos demográficos de 1991 e 2000 serão base de dados do presente estudo, obtidos através de pesquisa junto ao IBGE. Nunca é muito lembrar que geralmente estes dados são subestimados, em razão da clandestinidade vivida por esses imigrantes. Assim, os fluxos migratórios obtidos através das informações censitárias encontram-se bem abaixo das estimativas e levantamentos extra oficiais.

Como exemplo da referida afirmativa, pode ser observada a divergência dos dados de imigrantes uruguaios fornecidos pela Embaixada do Uruguai no Brasil onde, em 2002, foram feitas coletas nos consulados uruguaios registrando a existência de 30.213 imigrantes¹⁵. Porém, conforme consta do censo de 2000, obtido no IBGE a partir dos dados do universo, existem 24.729 imigrantes uruguaios no país.

É importante lembrar que esses dados não podem ser objetos de comparação, por não terem sido colhidos com a observância da mesma metodologia. Porém, servem de elucidação quanto à problemática da subestimação.

Analisando os dados censitários, no caso dos bolivianos, pode-se observar que em 1991 o censo indica 15.690 imigrantes, enquanto o de 2000 informa 20.374 (ambos levando-se em consideração os dados do universo).

Partindo-se para outras fontes, como é o caso da Fundação Bolívia, estima-se que mais de 100.000 bolivianos residem só em São Paulo¹⁶. Mesmo sem ter como retirar do referido dado uma real dimensão da subestimação dos dados censitários, por não existir na Fundação um controle do período exato da entrada desses imigrantes, presume-se que os dados censitários ainda estão muito longe de demonstrar o que de real existe neste movimento migratório.

¹⁵ Em anexo segue e-mail recebido pela Embaixada do Uruguai.

¹⁶ No artigo do Diário do Grande ABC, divulgado em 24/03/2005, na reportagem intitulada: *Imigrantes bolivianos são os mais atingidos pela tuberculose em SP*, levantou dados quantitativos dos imigrantes bolivianos na capital paulista " O consulado tem 15 mil cadastrados, mas estima que existem mais, por volta de 60 mil. A pastoral do Imigrante Latino-americano estima entre 60 e 80 mil, mais de 40% ilegais. Segundo o padre responsável pela pastoral, Roque Patussi, algumas pessoas calculam que existam mais de 200 mil..."

Não obstante a grande proporção de imigrantes latino-americanos clandestinos, os dados colhidos por fontes oficiais, como o IBGE, indicam o crescimento de entrada desses imigrantes no Brasil nas últimas duas décadas.

Discriminando o país de nascimento dos estrangeiros residentes no Brasil no período de 1991 e 2000, observa-se que, do total de imigrantes procedentes da América do Sul, existe um predomínio de estrangeiros originários dos países signatários do MERCOSUL.

Em 1991, segundo dados do IBGE, existiam cerca de 114.334 imigrantes originários da América do Sul, sendo que, deste total 72% eram imigrantes advindos do MERCOSUL. Já em 2000 estes números cresceram; o censo marca 138.846 estrangeiros originários da América do Sul, sendo que 73% são imigrantes dos países do MERCOSUL.

Segundo os dados censitários e através da análise do Gráfico 1 observa-se que Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, juntos, enviaram no período de 1991 a 2000 uma fatia maior de imigrantes para o Brasil se comparados com os demais países da América do Sul, pois a Colômbia, em 1991, enviou ao Brasil 2.076 imigrantes, e em 2000 este número aumentou para 4.150 imigrantes.

O Equador, por sua vez, em 1991 enviou 605 imigrantes, tendo este número aumentado em 2000 para 1.177 imigrantes.

Já em relação aos venezuelanos, em 1991 foi registrado pelo censo um número de 1.226 imigrantes, com um acréscimo em 2000 para 2.151 imigrantes.

Em 1991 a Guiana enviou cerca de 1.131 imigrantes, volume que aumentou em 2000 para 1.598 imigrantes. Quanto aos imigrantes vindos do Suriname, estes também tiveram um aumento entre os anos de 1991 e 2000, passando de 58 para 210 imigrantes neste período.

De todos os países da América do Sul que enviaram imigrantes para o Brasil, a Guiana Francesa teve decréscimo no movimento migratório, pois no ano de 1991 foram registrados 649 imigrantes, contra 209 imigrantes no ano de 2000. Essa mesma diminuição do movimento migratório ocorreu em relação aos imigrantes chilenos, que em 1991 eram 20.436, caindo para 17.116 em 2000.

Já o Peru teve um acréscimo impressionante, passando de 5.833 imigrantes no ano de 1991, para 10.805 imigrantes no ano de 2000. Porém, observa-se que em conjunto os países do MERCOSUL enviaram um maior fluxo de imigrantes dentro do período analisado.

Quanto aos demais países da América do Sul, não será feita nenhuma análise, pois, o presente trabalho não se dispõe a isso. Aqui foram levantados estes dados apenas no

intuito de demonstrar, estatisticamente, que dentre todos os países da América do Sul, os signatários do Tratado de Assunção são os que mais registram emigração para o Brasil.

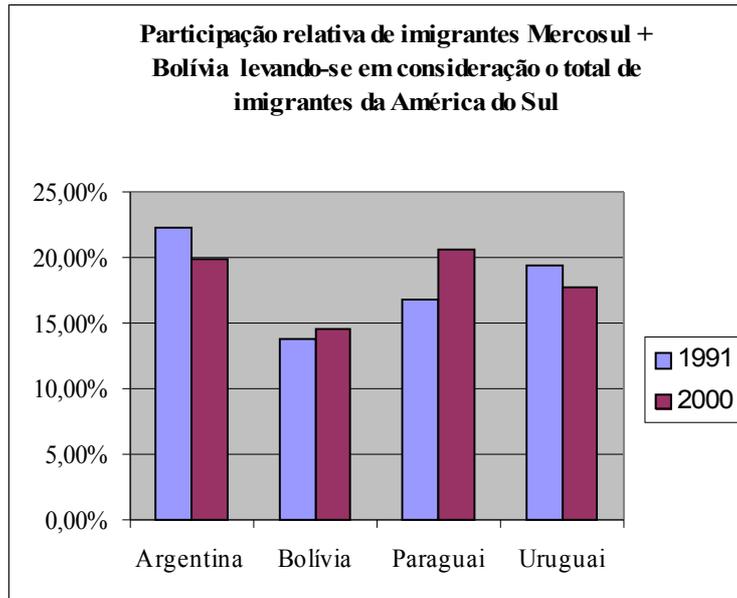
Essa maior participação da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai nos movimentos populacionais imigratórios no Brasil, considerando os demais países da América do Sul, deve ser analisada com cautela, observando-se que o Tratado de Assunção auxiliou nesse crescimento, somadas as dificuldades sócio-econômicas e laborais enfrentadas pelos países envolvidos.

O processo integracionista, que justifica essa observação estatística, nada mais é do que a necessidade dos países em expandir o capital, o mercado. Justificando o avanço populacional além fronteiras nacionais, onde o trabalhador se fixa em locais que lhe proporcione melhor condição de trabalho ou apenas o trabalho, criando e estabelecendo vínculos. Fato esse idealizado por Marx em o *Manifesto do Partido Comunista*.

Através de transportes mais sofisticados e velozes, o tempo de locomoção foi extremamente reduzido, variável que aumentou de forma intensa em razão do desenvolvimento do capital. Esse fator também auxiliou no crescimento da imigração intra-bloco para o Brasil, dos países do MERCOSUL, que são limítrofes, podendo os imigrantes, em questão de poucas horas, atravessar as fronteiras e chegar a um local que em sua expectativa possa lhe proporcionar trabalho e melhor condição de vida.

Gráfico 1

Fonte: IBGE Censos de 1991 e 2000



Dados do Universo

Assim, o Brasil se vê inserido no contexto de redistribuição da população internacional, que se intensifica face ao processo de globalização e ao tratado do MERCOSUL, unindo localidades até então descontínuas face aos limites geográficos impostos pelas fronteiras, hoje quase invisíveis aos olhos do capital (GIDDENS, 1991).

Existe um crescimento, de certa forma preocupante, dessa imigração intra-bloco para o Brasil, levando-se em consideração o total de estrangeiros indicados pelo censo de 1991 e 2000.

Observando os resultados do universo dos dados censitários dos anos de 1991 e 2000, em relação aos países aqui estudados, conforme o Gráfico 2, tem-se que, em 1991, a Argentina teve um contingente de imigrantes no Brasil de 25.469, contra 27.517 em 2000.

A Argentina entrou os anos 90 com um crescente arrojamento salarial e vendas seguidas de suas estatais, com um surto inflacionário e maior taxa de desemprego da América Latina jamais sentido pelo país. Esses fatos justificam o crescimento emigratório vivido por aquela população entre os anos de 1991 e 2000.

Já os imigrantes bolivianos passaram de 15.690 em 1991 para uma entrada maior em 2000 de 20.374 imigrantes. Esse alto crescimento imigratório pôde também ser observado em relação aos imigrantes paraguaios, onde em 1991 eram 19.018 e em 2000 passaram para o contingente de 28.810 imigrantes.

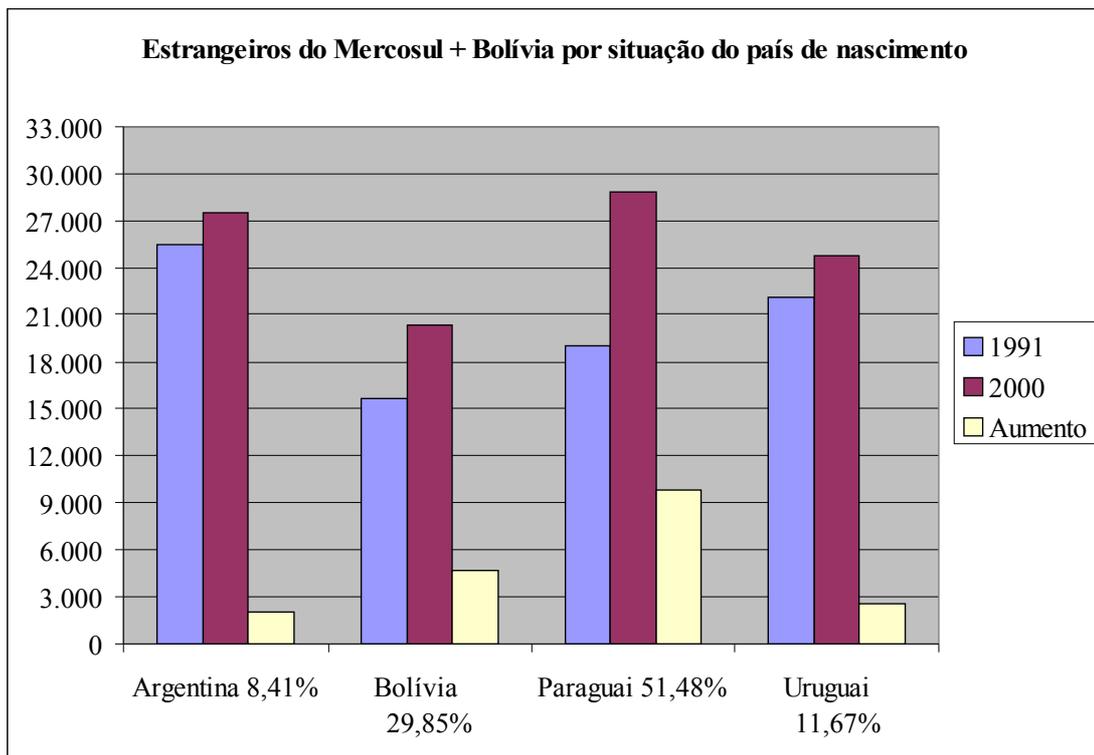
Em relação à Bolívia e ao Paraguai, suas maiores taxas de desemprego, segundo a CEPAL, deram-se a partir 1998. Associado ao fato de serem países limítrofes com o Brasil e em decorrência das facilidades de locomoção, incentivados pelo Tratado de Assunção, tal fato

gerou um surto emigratório nesses países, que têm uma característica incomum analisada pelo relatório da CEPAL: mesmo quando ocorreram pequenas quedas na taxa de desemprego, não ocorreu na mesma proporção um aumento nos postos de trabalho, sendo que, essa queda na taxa de desemprego se justificou face a persistente corrente emigratória internacional.

Quanto ao crescimento do movimento populacional imigratório dos uruguaios, este se deu de forma menos austera, como também pôde ser observado em relação aos imigrantes argentinos. No censo de 1991 foram registrados 22.143 imigrantes uruguaios, número que passou a ser de 24.729 imigrantes em 2000.

É de bom crivo lembrar que até a década de 1990 os países da América Latina ainda não tinham implantado os cortes neoliberais que acarretaram altos índices de desemprego e um surto inflacionário sofrido por todos os países aqui estudados, o que pode ter sido um forte determinante na mobilidade populacional entre os Estados Partes.

Gráfico 2



O maior crescimento de entrada de imigrantes no país, considerando o movimento intrabloco MERCOSUL, levando-se em consideração os dados do universo do censo demográfico de 1991 e 2000, se deu entre bolivianos e paraguaios.

Infelizmente estes imigrantes, apesar do aumento de entrada dos movimentos registrados pelo IBGE, não estão trabalhando com a autorização concedida pelo MTE, ou seja, eles não estão autorizados legalmente a exercerem qualquer atividade profissional no Brasil.

Segundo a Coordenação Geral de Imigrantes do TEM, entre 1998 e 2005 foram emitidas autorizações de trabalho para 128.860 estrangeiros, sendo que, em relação aos países aqui estudados, foram emitidas somente 4.637 autorizações, e unicamente para imigrantes argentinos. Isso leva a uma reflexão de como o Brasil está recebendo e integrando estes trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho.

Mas antes de adentrar nesse enfoque, é de grande valia buscar fundamentação teórica para o constante aumento da busca imigratória dos países signatários do MERCOSUL para o Brasil.

Com a assinatura do Tratado de Assunção ocorreu uma transformação no que concerne à mobilidade sócio-laboral da população dos países membros. O referido Tratado prevê, como anteriormente mencionado, a livre circulação de pessoas, ou seja, de trabalhadores em potencial, vinculando a idéia de fronteiras abertas, movimento populacional intensificado dentro do espaço integrado. E é essa liberdade de circulação de pessoas que realmente deve caracterizar o ideal integracionista, nutrindo entre os signatários a busca pelo tratamento igualitário entre migrantes e nacionais.

Mais uma vez, justifica-se aqui a inserção da imigração boliviana como um dos objetos de análise da presente pesquisa, pois além da adesão posterior da Bolívia ao Tratado de Assunção, em 2005 foi assinado um acordo bilateral entre Bolívia e Brasil, regularizando a imigração entre esses dois países.

O Acordo sobre Regularização Migratória surgiu em decorrência da grave situação dos bolivianos residentes principalmente em São Paulo e Cuiabá, que na maioria das vezes trabalham em regime semelhante à escravidão. Em São Paulo, nos setores de confecção. Em Cuiabá, nas fazendas de região fronteiriça.

Com esse Acordo, assinado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e Bolívia, com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego por meio do Conselho Nacional de Imigração, os trabalhadores imigrantes regularizados têm os mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas obrigações de natureza laboral que os nacionais, ou seja, são parte legítima de proteção no que concerne às leis trabalhistas brasileiras.

Isso não quer dizer que esses direitos serão respeitados, pois o Brasil vem sofrendo há muito tempo essa transgressão legislativa por parte dos empresários, em relação aos nacionais, e em decorrência da acentuada precarização do trabalho.

O que deverá ocorrer é um aumento dos processos trabalhistas, pois estes imigrantes bolivianos poderão protocolizar reclamações trabalhistas para receberem suas verbas rescisórias nas Varas Especializadas do Trabalho, como se nacionais fossem.

Dessa forma, e em razão do aumento relevante de imigrantes bolivianos recepcionados pelo Brasil no período de 1991 a 2000, conforme Gráfico 2, não pode escapar da presente análise o referido movimento e a decisão Estatal de regularizar, ou pelo menos tentar amenizar as situações de formações de guetos e trabalhos escravos vividas pelos trabalhadores bolivianos.

Isso nos demonstra que o Estado brasileiro vem adotando posicionamentos, não sendo uma entidade imparcial e alheia aos acontecimentos, corroborando a teoria de Engels, que afirma ser o Estado um produto da própria sociedade, e que essa sociedade está eivada de contradições e problemas que vão além da sua capacidade de encontrar saídas. Assim, o Estado vem tentar amortecer e amenizar esses problemas, numa tentativa de manter a ordem, seja econômica, social e política (ENGELS, 1997).

Em se tratando dos Estados Partes signatário do MERCOSUL, a assertiva de Engles está exemplificada na tentativa do governo brasileiro, através do acordo bilateral com a Bolívia, de amenizar a situação deplorável dos imigrantes bolivianos residentes no Brasil, via normatização.

Somando o Tratado de Assunção e o Acordo de Regularização Migratória entre Brasil e Bolívia aos problemas sócio-econômicos e laborais vividos pelos países membros, como as altas taxas de inflação, os índices de desemprego e as várias tentativas de golpes, observa-se que o Brasil não obstante as dificuldades que o atingiram, tanto quanto os demais países do bloco, vem se tornando foco atrativo de busca de melhores condições de vida por parte da população dos demais signatários.

O Brasil conseguiu uma melhor estabilidade sócio-econômica em relação aos demais países aqui estudados, mesmo levando-se em consideração a agenda neoliberal adotada, e apesar de não se encontrar em uma excelente condição social e política, não sofreu nenhuma turbulência causada por golpes militares, como foi no caso da Bolívia e talvez por isso vem se tornando foco atrativo de imigrantes advindos dos demais país da América Latina.

As pessoas hoje, apesar de se encontrarem muito distantes dos grilhões dos feudos e das religiões transcendentais, vivem toda a disritmia proporcionada pela sociedade de risco global (GIDDENS, 1997).

As previsões antes construídas, e a proteção relativa face aos eventuais infortúnios futuros, dão espaço à total insegurança vivida por esses imigrantes recebidos pelo Brasil, que se vinculam a situações contraditórias face a toda ação realizada na busca por um trabalho e por melhores condições de vida, uma vez que esbarram nas péssimas condições de trabalho oferecidas a eles, situação agravada em decorrência do enfraquecimento do Estado-Providência, também vivenciado pelo Brasil, reduzindo em muito as possibilidades de resoluções institucionalizadas na busca da redução ou controle dessas incertezas.

Observando esses processos imigratórios recentes, podemos também afirmar que os fatores geradores do movimento se deram a partir dos acontecimentos de expulsão do imigrante do seu país de origem, principalmente no presente caso, onde há a falta de emprego e uma instabilidade político econômica no país de origem, o que nada mais é que a abordagem feita pela teoria da *Push-Pull Theory*.

Essa crescente migração dentro do continente Sul Americano e principalmente para o Brasil, pode ser associada à busca dos imigrantes por melhores condições de vida em decorrência da desarmonia vivida em seus países de origem, que vêm se tornando verdadeiros expulsos de mão-de-obra.

Dentro dessa análise, é de suma importância o fator relacionado com a oferta de trabalho, pois esses imigrantes, por onde passam, vêm se tornando pólos atrativos de mão-de-obra barata por parte do mercado de trabalho brasileiro. Sob esse prisma a imigração pode ser observada e analisada em razão dos benefícios que o Brasil, como pólo receptor, absorve, ao contratar mão-de-obra muito mais barata do que a nacional.

Porém, se não forem pensadas políticas públicas para a recepção dessa mão-de-obra imigrante, poderá ocorrer com maior intensidade o que já pode ser observado no caso dos bolivianos em fazendas da fronteira: a formação de pólos de mão-de-obra trabalhando em regime e situação caracterizada como servidão¹⁷.

Não é uma questão simples, mas não pode ser relegada ou deixada no esquecimento, alegando para isso ser o fluxo ainda de pouca intensidade, pois, o "fenômeno

¹⁷ Em 04/09/2003 o Diário de Cuiabá publicou uma matéria intitulada *DRT acha bolivianos explorados*, Em uma fiscalização encerrada no dia 26 de agosto, mas que só veio a público ontem, membros de uma equipe móvel formada pela Polícia Federal, Ministério Público e a própria DRTE Localizaram 25 bolivianos trabalhando irregularmente na fazenda Santa Cruz do Pessoe, em Vila Bela da Santíssima Trindade, extremo oeste do Estado. Cinco deles estavam em uma situação caracterizada de servidão, ou seja, vivendo em condições degradantes, alojados em barracos de lona sob árvores e com salários atrasados."

migratório internacional reside hoje muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente ao nível local) do que no volume de imigrantes envolvidos nos deslocamentos populacionais." (PATARRA; BAENINGER, 2004, p. 3).

Esse novo modelo de movimentação populacional dentro da América do Sul demonstra que o fluxo migratório em direção ao Brasil pode trazer conseqüências danosas não só para o espaço procurado pelo imigrante, como também para o próprio imigrante, que em busca de melhores condições de trabalho se submete a rigores laborais punidos e retalhados pela nossa legislação trabalhista.

Ficam à deriva quando a saúde leva os choques constantes das longas jornadas de trabalho, tornando-se foco de doenças como a tuberculose, fato ocorrido em São Paulo no ano de 2004.¹⁸

Independente dos dados numéricos, é importante visualizar os padrões dos fluxos desses imigrantes, observando as suas dispersões e suas as concentrações. Mesmo sabendo que

os fluxos migratórios do Paraguai, Uruguai e Argentina para o Brasil associam-se a fatores econômicos diversos, a exemplo de situações de aumento da pobreza em determinados países, expansão do dinamismo de economias sub-regionais do Centro Sul brasileiro, entre outros. Além desses fatores, há também os laços históricos e a proximidade geográfica que unem as populações desses países. (PATARRA e BAENINGER, 2004, p. 9).

4.2 – Explorando alguns dados dos censos de 1991 e 2000

Para analisar a imigração internacional aqui estudada, não obstante a subestimação já mencionada, serão utilizados os dados censitários de 1991 e 2000, que permitem estimar a população imigrante e seus fluxos.

Em alguns momentos talvez seja importante e necessário comparar os dados censitários com aqueles obtidos por fontes extra-oficiais, principalmente relatos da Pastoral do Imigrante Latino Americano, que vêm contribuindo em muito no auxílio dos imigrantes advindos da América do Sul.

¹⁸ Em entrevista dada ao Sindicato do Mercosul publicado no dia 21/12/2004, a Sanitarista Naomi Komatsu, coordenadora do Programa de Controle de tuberculose do município de São Paulo, informa que no caso dos imigrantes, a luta dos médicos não é apenas contra o bacilo de Koch, causador da doença, mas com a desinformação. “ Os ilegais têm medo de serem denunciados e não abrem as portas para os agentes de saúde, mesmo doentes não procuram assistência médica,... no posto de saúde todos são atendidos sem distinção.”

A Pastoral funciona na região central de São Paulo, na Igreja Nossa Senhora da Paz, e socorre os imigrantes latino-americanos que a ela recorrem. Lá, o imigrante encontra assistência jurídica e psicológica, dentre outras.

Segundo a assessora jurídica que atende os imigrantes (através de assistência jurídica voluntária), os maiores problemas trazidos pelos imigrantes são os referentes à documentação, pois muitos chegam ao Brasil sem passaporte, e os que o possuem têm os mesmos "presos" pelos donos de oficinas, que abusam do imigrante, transformando-o em mão-de-obra barata, quase escrava. Isso traz maiores dificuldades para os imigrantes tentarem sua regularização, no caso dos trabalhadores bolivianos, em decorrência do tratado bilateral entre Bolívia e Brasil.

Como pode ser observado no capítulo II, a imigração internacional no Brasil teve seu ápice até os anos 30, momento em que se iniciou uma queda sensível na entrada de estrangeiros no país. A partir daí o grau de detalhamento censitário dos não naturais também diminui progressivamente, visto não serem significativos os movimentos migratórios internacionais daí para frente.

Agora, com essa nova e crescente onda imigratória, talvez sejam pensados novos meios de agregarem maiores informações desses imigrantes latinos americanos, para um estudo aprofundado sobre o perfil desses novos imigrantes, o que ajudaria em muito na busca de políticas públicas que facilitem a absorção humanizada dessa população.

Os dados censitários de 1991 e 2000 aqui analisados foram adquiridos com base no universo e não com base em amostras, pois os esquemas de amostragem não são inteiramente representativos, o que ajudou a comprovar a existência de um aumento visível de movimentação populacional, nesses períodos, de imigrantes vindos da Argentina, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai para o Brasil.

Esses países também foram os que mais enviaram estrangeiros para o Brasil no contexto da América do Sul, pois os demais países do continente Sul Americano somam em 1991 um total de 32.014 estrangeiros contra 82.320 imigrantes do MERCOSUL. Em 2000 esses números subiram tanto em relação aos demais países do continente, que somaram 37.116, quanto em relação aos imigrantes do MERCOSUL, que estão hoje na faixa dos seus 101.430 imigrantes.

Para a Pastoral, esses números estão subestimados, vez que, segundo registros da própria Pastoral até 2004 estimasse um número de aproximadamente 100.000 bolivianos só na capital paulista, porém, como dito anteriormente, isso se dá devido à própria característica dos atuais movimentos populacionais em todo o mundo, que é a clandestinidade.

De acordo com o censo de 1991, cerca de 25.469 argentinos cruzaram as fronteiras do Brasil, contra 27.517 em 2000. Observando o padrão desses fluxos pode-se constatar que os imigrantes, aqui estudados, são atraídos na maioria das vezes pela própria dinâmica das cidades envolvidas.

O imigrante argentino tem como principal local de destino alguns estados como o de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina, nas proporções indicadas na Tabela 3.

Tal fato se dá principalmente em razão do alto grau de desenvolvimento dessas regiões, que oferecem um maior campo de oferta de trabalho. Isso ocorre de forma expressiva principalmente em São Paulo, que é foco atrativo de mão-de-obra, considerada a "metrópole" do Brasil.

Tabela 3 – Quantidade de Argentinos segundo Unidades da Federação

| | 1991 | % | 2000 | % |
|--------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Acre | 17 | 0,07 | 4 | 0,01 |
| Alagoas | 20 | 0,08 | 126 | 0,46 |
| Amazonas | 54 | 0,21 | 172 | 0,62 |
| Amapá | 6 | 0,03 | 0 | 0 |
| Bahia | 473 | 1,87 | 701 | 2,54 |
| Ceará | 83 | 0,33 | 384 | 1,39 |
| DF | 298 | 1,17 | 285 | 1,05 |
| Espirito Santo | 112 | 0,44 | 237 | 0,87 |
| Goiás | 121 | 0,48 | 293 | 1,07 |
| Maranhão | 4 | 0,01 | 36 | 0,13 |
| Mato Grosso | 115 | 0,45 | 182 | 0,66 |
| Mato Grosso do Sul | 195 | 1,16 | 265 | 0,96 |
| Minas Gerais | 611 | 2,39 | 986 | 3,58 |
| Pará | 54 | 0,21 | 66 | 0,24 |
| Paraíba | 0 | 0 | 73 | 0,26 |
| Paraná | 2.717 | 10,66 | 2.927 | 10,64 |
| Pernambuco | 185 | 0,72 | 188 | 0,68 |
| Piauí | 0 | 0 | 5 | 0,01 |
| Rio de Janeiro | 3.954 | 15,52 | 3.636 | 13,21 |
| Rio Grande do Sul | 4.073 | 15,99 | 4.477 | 16,27 |
| Rio Grande do Norte | 46 | 0,19 | 93 | 0,34 |
| Rondônia | 101 | 0,40 | 78 | 0,29 |
| Roraima | 5 | 0,01 | 11 | 0,04 |
| Santa Catarina | 1.341 | 5,27 | 2.509 | 9,12 |
| São Paulo | 10.742 | 42,17 | 9.734 | 35,38 |
| Sergipe | 9 | 0,04 | 46 | 0,17 |
| Tocantins | 33 | 0,13 | 3 | 0,01 |
| Total | 25.469 | 100 | 25.517 | 100 |

Fonte: Censo 1991 e 2000

A porcentagem leva em consideração o total de Argentinos que entraram no Brasil.

Não pode ser esquecido aqui, que esses postos de trabalho acompanham os novos processos produtivos, marcados pela fragmentação e pela dispersão. Em unidades autônomas, essa consequência da reestruturação produtiva é evidenciada principalmente em São Paulo,

quando observado o crescente surgimento de várias pequenas indústrias têxteis, onde são contratadas, de forma totalmente flexibilizada e precarizada e, principalmente, a mão-de-obra boliviana. Isso gera para a região de São Paulo um prejuízo social gravíssimo, pois as precarizações, tanto dos postos de trabalhos dos nacionais quanto dos imigrantes, são seguidas pela consolidação do desemprego estrutural dos nacionais e pelo aumento do emprego informal, principalmente para os nacionais. Estes perdem alguns dos postos de trabalho para os imigrantes, que na sua grande maioria se submetem a relações de trabalho muito rígidas, situações estas não aceitas pelos nacionais. É a lógica de acumulação do capital interferindo na mobilidade da força de trabalho, criando, destruindo e construindo oportunidades laborais (MARX, 1998).

O Rio Grande do Sul é o segundo estado mais procurado pelos argentinos, não só pelo seu desenvolvimento econômico, mas também por ser uma porta de entrada para esses imigrantes, pois é região limítrofe entre os dois países, o que acontece também com o Paraná e com Santa Catarina.

Mais uma vez, tem-se aqui a ligação, através da força da globalização de espaços tidos anteriormente como descontínuos; pois entre esse Estado brasileiro e os países analisados acima, as fronteiras deixaram de ser empecilhos rígidos, geograficamente impostos, para passarem a ser espaços contínuos, ligados e interligados, interagindo entre si (SANTOS, 1996).

Já o Rio de Janeiro, além dos seus atrativos litorâneos, fornece uma vasta área de atuação dos imigrantes em serviços informais, decorrência natural do alto índice de turismo na região. A bem da verdade, mais adiante será demonstrado o alto índice de imigrantes que procuram o litoral brasileiro, pois em razão do turismo muito explorado nessas regiões, as opções para trabalho se ampliam, não obstante a distância geográfica, superada pela evolução dos transportes, cada vez mais velozes. É como se o mapa do Brasil adquirisse um novo desenho e uma nova configuração, alterando verdadeiramente as realidades geográficas do país.

Percebe-se que no Rio de Janeiro e em São Paulo a porcentagem de entrada do imigrante argentino de 1991 a 2000 teve seu número diminuído. Se for levado em consideração o total de imigrantes que entraram no país em 1991 e 2000, observa-se um acréscimo de movimento populacional imigratório para o Brasil de argentinos de 8,4%, neste período.

Tal fato leva a algumas formulações, pois, se nos principais estados brasileiros atrativos para mão-de-obra argentina ocorreu uma redução receptiva, como nos estados acima

mencionados, ou uma manutenção com ligeiro acréscimo imigratório como é o caso de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é porque de certa forma os argentinos podem estar buscando outros estados para se instalarem.

Essa assertiva é corroborada quando se olha o aumento da imigração argentina para alguns estados litorâneos e para a região Centro Oeste, como: Maranhão, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, que tiveram entre 1991 e 2000 um acréscimo surpreendente de imigrantes argentinos em seus estados, e todos estes estados são regiões litorâneas. O Amazonas também triplicou a quantidade de argentinos em seu território. Já na região Centro Oeste, tem-se um acréscimo imigratório de aproximadamente 100% em Goiás.

Isso demonstra o quanto a mobilidade populacional é mutável e surpreendentemente adaptável na busca de melhores condições de trabalho e de vida.

As regiões litorâneas brasileiras passaram a ser pólo de destino de vários imigrantes argentinos, que por sua vez pode ser interpretado como uma tentativa na busca de melhores condições de vida e de trabalho, associado à fuga das metrópoles muitas vezes saturadas no campo da oferta de emprego, como é o caso de São Paulo.

Quanto ao Centro Oeste, o fluxo direcionado para essa região teve aumento, principalmente, para Goiás, talvez por este estado estar sofrendo um rápido e alto grau de desenvolvimento industrial e agrícola, o que faz surgir, nessas regiões, novos e crescentes pólos de trabalho tanto no campo quanto nas regiões urbanas.

Tabela 4 – Quantidade de Bolivianos segundo Unidades da Federação

| | 1991 | % | 2000 | % |
|---------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Acre | 475 | 3,03 | 1.009 | 4,95 |
| Alagoas | 55 | 0,35 | 0 | 0 |
| Amazonas | 153 | 0,97 | 112 | 0,55 |
| Amapá | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bahia | 159 | 1,01 | 701 | 0,32 |
| Ceará | 81 | 0,52 | 83 | 0,41 |
| DF | 162 | 1,03 | 210 | 1,03 |
| Espírito Santo | 34 | 0,22 | 58 | 0,28 |
| Goiás | 150 | 0,96 | 200 | 0,98 |
| Maranhão | 13 | 0,08 | 10 | 0,05 |
| Mato Grosso | 634 | 4,04 | 887 | 4,36 |
| Mato Grosso do Sul | 1.726 | 11,00 | 1.873 | 9,19 |
| Minas Gerais | 432 | 2,76 | 552 | 2,71 |
| Pará | 98 | 0,63 | 126 | 0,62 |
| Paraíba | 21 | 0,13 | 56 | 0,27 |
| Paraná | 590 | 3,77 | 416 | 2,04 |
| Pernambuco | 87 | 0,55 | 29 | 0,15 |
| Piauí | 0 | 0 | 9 | 0,04 |
| Rio de Janeiro | 1.298 | 8,27 | 1.346 | 6,60 |
| Rio Grande do Sul | 358 | 2,28 | 373 | 1,84 |
| Rio Grande do Norte | 23 | 0,15 | 55 | 0,26 |
| Rondônia | 2.357 | 15,02 | 2.353 | 11,55 |
| Roraima | 0 | 0 | 9 | 0,04 |
| Santa Catarina | 294 | 1,87 | 270 | 1,33 |
| São Paulo | 6.462 | 41,18 | 10.222 | 50,17 |
| Sergipe | 26 | 0,17 | 10 | 0,05 |
| Tocantins | 4 | 0,01 | 42 | 0,21 |
| Total | 15.690 | 100 | 20.374 | 100 |

Fonte: Censo 1991 e 2000

A porcentagem leva em consideração o total de Bolivianos que entraram no Brasil

Observando-se o caso da imigração boliviana para o Brasil (Tabela 4), novamente é notório o fato de existir uma preferência de destino no que concerne ao imigrante latino americano. Mais uma vez, observa-se que São Paulo possui a maior porcentagem de bolivianos se for comparado com os demais estados do país. No caso dos imigrantes advindos da Bolívia para São Paulo, segundo a Pastoral do Imigrante Latino Americano, e diante do que foi constatado no ano de 2005 pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, os bolivianos trabalham por muito tempo sem receberem salário, se encontrando em uma espécie de "prisão laboral".

Outro fato observado na Tabela 4 é o surgimento de novos locais de destino do imigrante latino-americano além do Rio de Janeiro e São Paulo, como é o caso do Mato Grosso do Sul, Rondônia e Mato Grosso.

Todos esses estados que aparecem na Tabela 4 como maiores receptores de bolivianos não possuem grande expressividade de destino migratório dos argentinos. Tal fato se dá em razão desses estados formarem divisas entre o Brasil e a Bolívia, o que os torna via de acesso mais fácil dos bolivianos para o Brasil.

Outro fator que vem acontecendo nessas regiões limítrofes é a busca do imigrante boliviano por trabalhos em fazendas da região, principalmente na região rural de Cuiabá.

Novos pólos de trabalhos semi-escravos são formados nessas fazendas, onde a população imigrante só tem a esperança de sobrevivência de toda uma família nesses empregos rurais e agrícolas.

No caso de São Paulo, os bolivianos saem do seu país na maioria das vezes enganados por agenciadores que prometem um salário elevado para o trabalho em confecções, situação distinta dos imigrantes bolivianos que trabalham em fazendas da fronteira, pois estes só conseguem a sobrevivência com o pouco salário que recebem dos serviços prestados, que de certa forma é mais alto do que ganhariam se permanecesse em seu país de origem.¹⁹

Já os problemas em fazendas limítrofes também estão sendo enfrentados em relação aos imigrantes paraguaios, que em sua maioria se encontram residindo no Mato Grosso do Sul e no Paraná, ficando a soma do total de imigrantes nesses dois estados muito superior ao número de paraguaios sediados em São Paulo.

Em relação aos imigrantes bolivianos pode também, como no caso argentino, ser observado um acréscimo do fluxo migratório entre os anos de 1991 a 2000, só que muito superior se comparado com a imigração argentina, pois a Bolívia, nesse período de 10 anos, teve sua taxa de emigração rumo ao Brasil acrescida em 29,9%.

Pelos dados inseridos na Tabela 4, pode ser notado que os imigrantes bolivianos passaram a procurar outros estados brasileiros além de São Paulo, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro, para imigrarem, apesar de um acréscimo sensível dessa imigração no estado de São Paulo entre 1991 a 2000.

Ao que parece, a região Centro-Oeste foi a que teve maior acréscimo no volume de imigrantes bolivianos no período analisado, sendo Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal os locais que mais receberam essa dispersão migratória, cerca de 6,58% de imigrantes, levando-se em consideração os demais estados e excluindo-se os grandes centros como São Paulo e as regiões limítrofes como Rondônia, locais que também devem ser considerados como porta de entrada, onde muitos imigrantes não se fixam, e se movimentam para outros estados, daí a dispersão citada.

¹⁹ O cônsul da Bolívia em Mato Grosso declarou ao Diário de Cuiabá em matéria publicada no dia 08/09/2003 que o que significa exploração para as leis brasileiras são na verdade a única forma de sustento para os bolivianos que se encontram na região. A remuneração diária de R\$10,00 paga pelos fazendeiros (livre de alimentação), é para os bolivianos uma contraprestação compatível com o trabalho, levando-se em consideração que esse valor quando transformado na moeda boliviana é quase triplicado. Ainda afirma o cônsul Edmundo Pilar Roca que o índice de desemprego na Bolívia é muito alto, e se as famílias não procurassem a alternativa da emigração estariam obrigadas a exercerem atividades ilegais.

Existe ainda, em se tratando da imigração boliviana, outro movimento crescente, relativo ao estado do Acre, onde entre o período de 1991 a 2000 constatou-se um acréscimo de mais de 100% desse movimento na região. Essa elevação no fluxo imigratório se deu em razão de estar o referido estado na divisa entre Brasil e Bolívia, o que facilita a entrada desses imigrantes no território brasileiro, mais uma vez demonstrando o quanto hoje a noção de fronteira está além das divisas territoriais, alcançando para as pessoas movimentos similares usufruídos pelo capital, surgindo um novo mundo, onde a geografia é ditada não pelas divisas constantes nos mapas, mas sim pela mobilidade do capital.

Quando passamos a analisar os fluxos imigratórios vindos do Paraguai para o Brasil, há um diferencial que ocorre em relação a essa imigração. Pode ser observado que em Santa Catarina e no Paraná há um acréscimo muito elevado no índice imigratório entre os anos de 1991 a 2000, conforme demonstrado pela observação da Tabela 5.

Santa Catarina possui um vasto litoral, muito bem explorado pelo turismo. Ali os imigrantes podem ter maiores opções de empregos informais, em razão das altas temporadas turísticas. Talvez este possa ser um dos motivos do crescimento imigratório na região.

Já no caso do Paraná, cuja imigração paraguaia cresceu em média 100% nos períodos compreendidos entre 1991 a 2000, possui uma parte de seu território na divisa com o Paraguai, fazendo com que, juntamente com o Mato Grosso do Sul, se tornem locais de mais fácil acesso para esses imigrantes.

No caso da imigração paraguaia, observa-se que é quase insignificante a busca pelos estados nordestinos litorâneos por esses imigrantes, se comparado com os fluxos imigratórios dos argentinos, que cresceu muito para essas regiões nos últimos 10 anos.

Tabela 5 – Quantidade de Paraguaio segundo Unidades da Federação

| | 1991 | % | 2000 | % |
|---------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Acre | 36 | 0,19 | 40 | 0,14 |
| Alagoas | 0 | 0 | 9 | 0,03 |
| Amazonas | 22 | 0,12 | 50 | 0,18 |
| Amapá | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bahia | 30 | 0,16 | 138 | 0,48 |
| Ceará | 53 | 0,28 | 21 | 0,07 |
| DF | 107 | 0,56 | 90 | 0,33 |
| Espírito Santo | 40 | 0,21 | 51 | 0,18 |
| Goiás | 105 | 0,55 | 156 | 0,55 |
| Maranhão | 0 | 0 | 19 | 0,07 |
| Mato Grosso | 1.217 | 6,40 | 1.812 | 6,29 |
| Mato Grosso do Sul | 5.666 | 29,80 | 7.630 | 26,49 |
| Minas Gerais | 196 | 1,04 | 323 | 1,12 |
| Pará | 85 | 0,46 | 101 | 0,35 |
| Paraíba | 0 | 0 | 7 | 0,02 |
| Paraná | 5.594 | 29,42 | 10.622 | 36,88 |
| Pernambuco | 77 | 0,40 | 52 | 0,09 |
| Piauí | 0 | 0 | 11 | 0,04 |
| Rio de Janeiro | 754 | 3,36 | 635 | 2,21 |
| Rio Grande do Sul | 394 | 2,10 | 739 | 2,58 |
| Rio Grande do Norte | 5 | 0,03 | 4 | 0,01 |
| Rondônia | 892 | 4,70 | 830 | 2,89 |
| Roraima | 17 | 0,09 | 41 | 0,14 |
| Santa Catarina | 385 | 2,03 | 1.242 | 4,32 |
| São Paulo | 3.300 | 17,36 | 4.143 | 14,39 |
| Sergipe | 20 | 0,10 | 0 | 0 |
| Tocantins | 19 | 0,10 | 44 | 0,15 |
| Total | 19.018 | 100 | 28.810 | 100 |

Fonte: Censo 1991 e 2000

A porcentagem leva em consideração o total de Paraguaio que entraram no Brasil.

A partir da Tabela 5 nota-se que Santa Catarina teve um acréscimo relevante na imigração paraguaia entre 1991 e 2000.

Outro dado que pode ser analisado é o de que, mais uma vez, fica demonstrado que os imigrantes, tanto argentinos, paraguaio, uruguaio e boliviano, vêm buscando novas alternativas de pólos imigratórios, fazendo surgir neste contexto a região Centro Oeste como meio alternativo ao imigrante em busca de melhores condições de trabalho em novos pólos industriais.

Em relação aos imigrantes uruguaio, pode se observar que entre os anos de 1991 a 2000 ocorreu um acréscimo de 11,7% dos fluxos imigratórios desses estrangeiros para o Brasil, ficando este aumento abaixo do crescimento da imigração boliviana de 29,9% e da paraguaia de 51,5%, mas acima da imigração argentina, que foi de 8,4%.

De acordo com a Tabela 6, o estado que mais recebeu imigrantes uruguaio foi o Rio Grande do Sul. Cerca de 67,3% do total desses imigrantes no Brasil estão localizados e residindo neste estado.

Novamente o fator fronteirístico, somado aos empregos rurais da região, surge como uma das justificativas para a imigração. No entanto, devem ser consideradas as dificuldades que o Uruguai passou e ainda vem enfrentando, não só em relação ao equilíbrio financeiro do país, como também em relação às dificuldades de golpes enfrentados por longos anos.

São Paulo é o estado que está no segundo lugar na quantidade de imigrantes uruguaios, seguido pelo Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

No caso da imigração uruguaia, o único estado nordestino que realmente possui uma absorção desse imigrante é a Bahia, que entre o período de 1991 e 2000 teve esse volume imigratório aumentado em mais de 100%.

Tanto nesse fluxo como nos demais, observa-se um acréscimo imigratório para a região Centro Oeste no período analisado. Mais uma vez,, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal surgem como pólos de aumento na imigração uruguaia.

Percebe-se que os imigrantes uruguaios têm maior preferência e se concentram em maior número nas regiões do Sul do país, locais de maior proximidade com o Uruguai. Mesmo assim, nota-se que existe um acréscimo desse fluxo em outros estados, o que dispersa essa imigração, mesmo que de forma tímida. Essa concentração foi constatada em maior intensidade somente em relação aos imigrantes uruguaios.

Tocantins, Mato Grosso, Distrito Federal e Goiás vêm sendo o novo pólo atrativo imigratório do Brasil, que surgiu nos últimos 15 anos, para todos os imigrantes aqui estudados. Em razão desses crescentes movimentos populacionais imigratórios para a região, é de bom crivo uma análise mais abrangente no que concerne a algumas dessas regiões e a esses movimentos.

Tabela 6 - Quantidade de Uruguaios segundo Unidades da Federação

| | 1991 | % | 2000 | % |
|--------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Acre | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Alagoas | 7 | 0,03 | 0 | 0 |
| Amazonas | 19 | 0,09 | 46 | 0,19 |
| Amapá | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bahia | 124 | 0,56 | 344 | 1,39 |
| Ceará | 42 | 0,19 | 70 | 0,28 |
| DF | 117 | 0,53 | 152 | 0,62 |
| Espírito Santo | 151 | 0,69 | 22 | 0,09 |
| Goiás | 71 | 0,32 | 90 | 0,36 |
| Maranhão | 0 | 0 | 42 | 0,17 |
| Mato Grosso | 76 | 0,34 | 62 | 0,25 |
| Mato Grosso do Sul | 30 | 0,14 | 40 | 0,16 |
| Minas Gerais | 194 | 0,88 | 252 | 1,02 |
| Pará | 66 | 0,29 | 18 | 0,07 |
| Paraíba | 7 | 0,03 | 10 | 0,04 |
| Paraná | 759 | 3,43 | 814 | 3,29 |
| Pernambuco | 29 | 0,13 | 7 | 0,03 |
| Piauí | 0 | 0 | 10 | 0,04 |
| Rio de Janeiro | 1.217 | 5,50 | 1.051 | 4,25 |
| Rio Grande do Sul | 14.723 | 66,49 | 16.638 | 67,28 |
| Rio Grande do Norte | 0 | 0 | 35 | 0,14 |
| Rondônia | 7 | 0,03 | 15 | 0,06 |
| Roraima | 28 | 0,12 | 0 | 0 |
| Santa Catarina | 509 | 2,30 | 1.059 | 4,29 |
| São Paulo | 3.964 | 17,89 | 3.914 | 15,83 |
| Sergipe | 4 | 0,02 | 16 | 0,06 |
| Tocantins | 0 | 0 | 22 | 0,09 |
| Total | 22.143 | 100 | 24.729 | 100 |

Fonte: Censo 1991 e 2000

A porcentagem leva em consideração o total de Uruguaios que entraram no Brasil.

4.3 – Centro-Oeste: novo pólo imigratório do Brasil

Pode-se perceber, pelas análises feitas anteriormente, que a recente imigração internacional dos países do MERCOSUL para o Brasil não possui porte numérico muito expressivo, mas possui grande importância frente à dinâmica do local de destino, e que, apesar das dificuldades que envolvem um estudo de movimentos populacionais, em razão dos dados oficiais, que se encontram disponíveis, é fato o aumento desse movimento imigratório e que os fluxos são, por sua vez, de certa forma, dispersivos.

Fica evidente, na presente análise, que na sua grande maioria, os imigrantes procuram pólos de produção cujo dinamismo econômico possa propiciar melhores condições de trabalho. Outro fator é a intensificação dos movimentos imigratórios fronteiriços, ou seja, a imigração entre os países limítrofes dentro do contexto de integração econômica.

Esses movimentos surgem em razão do próprio contexto mundial, hoje vivido intensamente por quase todo o continente Sul Americano, e que reestrutura os espaços urbanos, contribuindo para uma globalização dos lugares e atuando com maior intensidade nos espaços onde se concentram as produções, sejam industriais ou agrícolas.

Somada à busca por espaços metropolitanos, existe toda a especificidade dos movimentos limítrofes, onde a região Centro Oeste tem sido foco de atenção, principalmente de imigrantes bolivianos e paraguaios.

Estes imigrantes encontram no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul uma porta de entrada para suas famílias, visando conseguir trabalho. Porém, na maioria das vezes se submetem ao subemprego em regiões agrícolas e pecuárias, e no caso das mulheres, em serviços domésticos (PATARRA,2003, p. 16).

Assim, a cidade global, que é capaz de atrair esse novo contingente imigrante, de acordo com Sassen (1988) estrutura-se não apenas nos resultados da economia internacional sob aquele espaço mas também aos processos e estruturas globalizantes e suas conseqüências presentes na vida das cidades e de seus habitantes. Os fatores que contribuem para a chegada dessa população estão vinculados à dispersão geográfica da indústria; o crescimento da indústria financeira; a transformação na relação econômica entre cidades globais, estado-nação e a economia mundial; e a formação de uma nova classe social em cidades globais, onde os imigrantes internacionais globais estão presentes(SASSEN et al.,1990 apud PATARRA e BAENINGER, 2004, p. 12)

Desta forma, verifica-se que o Brasil está marcado pelo dinamismo de determinados espaços, que fazem surgir novas territorialidade e que vêm contribuindo para o surgimento de uma nova estruturação espacial regional, que intensifica inclusive a relação do Brasil com os demais países do bloco MERCOSUL (SANTOS,1996).

Através da análise das Tabelas 3, 4, 5 e 6, observa-se que não só os grandes centros urbanos como São Paulo, mas também pólos de atividades econômicas de médio porte, como é o caso da região Centro-Oeste, vêm sendo foco dos imigrantes intrabloco, por oferecerem muitas vezes uma melhor qualidade de vida que a encontrada nas metrópoles. Isso, por sua vez, vem potencializando o processo imigratório para os estados da região Centro Oeste, principalmente se aliado ao fato da facilidade limítrofe existente nas regiões analisadas.

Analisando os dados do censo demográfico dos anos de 1991 e 2000 (dados do universo) pode-se observar que em 1999 cerca de 10.800 argentinos, bolivianos, paraguaios e uruguaios imigraram para o Centro Oeste, contra 14.227 desses mesmos imigrantes em 2000.

Um aumento considerável, se levado em conta o fato da região estar ainda em processo de desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário.

A região Centro Oeste experimentou uma imigração interna quando da sua expansão a partir da década de 50, principalmente com a construção de Brasília e a criação de um sistema de integração rodoviária.

Hoje a região experimenta outro tipo de imigração, a imigração internacional, reforçada por um processo de integração econômica entre alguns países da América do Sul; pelo surgimento de uma economia globalizada; pelo papel relevante que provoca a questão da livre circulação de trabalhadores no âmbito do MERCOSUL; pelo incremento do processo de produção agropecuária vivido na região; pelo surgimento de grandes e novos pólos industriais, que hoje não se intimida face às barreiras geográficas, e sim se movimenta freneticamente através da mobilidade do capital.

Somando a toda essa nova estrutura socioeconômica, existem os movimentos comuns às regiões de fronteira, pois assim como o capital, a fronteira deixou de ser um limite, um marco divisor na busca de melhores condições de trabalho, para passar a ser vista como uma possibilidade, uma esperança, uma possível realização de muitos sonhos.

O movimento migratório para o Centro Oeste dos imigrantes aqui analisados cresceu paulatinamente, conforme demonstram os dados dos censos de 1991 e 2000, podendo observar que o maior aumento se deu no que concerne ao imigrante paraguaio.

Não houve nenhuma queda do fluxo migratório para a região entre os períodos analisados, o que ratifica o alto nível de mobilidade desses imigrantes, demonstrando ser a região Centro Oeste um recente e atrativo pólo migratório.

Pode-se observar que, entre os períodos de 1991 a 2000, a queda migratória ocorrida foi insignificante, se levado em consideração o aumento desse fluxo, que tem no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul sua maior expressividade.

A opção dos bolivianos e paraguaios de imigrarem para os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se fortalece em razão destas regiões serem de fronteira, o que por sua vez, facilita a entrada dessa população em busca de trabalho.

Tabela 7 - Quantidade de Imigrantes do Mercosul para os Estados da Região Centro-Oeste (incluso o Distrito Federal)

| | Argentina | Bolívia | Paraguai | Uruguai |
|---------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| Anos | 1991 - 2000 | 1991 - 2000 | 1991 - 2000 | 1991 - 2000 |
| Mato Grosso | 115 - 182 | 634 - 887 | 1.217 - 1.812 | 76 - 62 |
| Goiás | 121 - 293 | 150 - 200 | 105 - 156 | 71 - 90 |
| Mato Grosso do Sul | 205 - 265 | 1.726 - 1.873 | 5.666 - 7.630 | 30 - 40 |
| Distrito Federal | 298 - 285 | 162 - 210 | 107 - 90 | 117 - 152 |
| TOTAL | 739 - 1.025 | 2.672 - 3.170 | 7.095 - 9.688 | 294 - 344 |

Fonte: Censo de 1991 e 2000 (dados do universo)

Como visto anteriormente, é muito grande a formação de pólos de mão-de-obra barata e até mesmo escrava nas fazendas brasileiras limítrofes entre esses países e o Brasil. Mesmo assim, o fluxo aumentou sensivelmente nos últimos 10 anos.

Essa grande quantidade de mão-de-obra excedente facilita para o empregador a imposição de regimes e contratos mais flexíveis, sendo que, em relação ao movimento acima mencionado, essa flexibilização chega ao ponto do retrocesso humano e legal (HARVEY, 1989).

Essa população imigrante também vem se deslocando para o interior do país, buscando, principalmente, os estados de Goiás e Distrito Federal.

Um dos fatores que pode ter auxiliado o movimento populacional para esses estados é o aumento de pólos industriais, como no caso de Anápolis, Goiânia, e Aparecida de Goiânia, inclusive com a criação do Porto Seco entre as regiões de Anápolis e Goiânia, o que por sua vez ampliou os postos de trabalho em vários municípios, principalmente na própria capital.

Outro dado interessante trazido pelo censo é o de que apenas algumas das populações dos países signatários do MERCOSUL buscam as capitais da região Centro Oeste. Temos como exemplo os imigrantes argentinos, que vêm procurando em maior número as capitais da região Centro Oeste. Em 1991, em média 52% deles se estabeleceram nas capitais da região. O censo observou que dos imigrantes sediados em Goiás, 41,3% deles estavam em Goiânia, mesmo fato observado no estado do Mato Grosso do Sul, onde 27,5% dessa população imigrante se encontrava no município de Campo Grande.

Porém, mesmo com essa procura pelas capitais, através dos dados censitários pode-se verificar a existência, sim, de uma maior mobilidade imigratória, onde os imigrantes não se concentram somente nas capitais, mas se dispersam à procura de locais que lhes proporcionem melhores condições de trabalho. Tal fato demonstra, mais uma vez, que assim

como o capital, a mobilidade laboral internacional está direcionada aos melhores locais de trabalho nos pólos em desenvolvimento, na busca por melhores condições de vida.

Outros imigrantes que buscam as capitais da região são os uruguaios. Em 1991, em média 86,8% deles residiam nas capitais da região. Esse alto índice de estabelecimento nas capitais também pode ser observado nos dados do censo de 2000, onde 50% dos uruguaios residentes no estado de Mato Grosso do Sul se encontravam estabelecidos em Campo Grande. Dos que buscaram Goiás, 47,8% estão em Goiânia, o que demonstra uma opção dos uruguaios pelas capitais e não por outros municípios da região, assim como os argentinos.

Voltando os olhos para a imigração limítrofe, principalmente de paraguaios e bolivianos, essa ocorrência já não se estabelece da mesma forma, pois a dispersão imigratória nesses dois estados é bem maior que nos demais.

Isso demonstra que de alguma forma os imigrantes vindos para o Brasil em decorrência das facilidades encontradas nas regiões limítrofes, que são menos fiscalizadas e possuem maiores variedades de transportes para o deslocamento desses imigrantes, não ficam no município de primeiro contato, eles buscam dentro do estado limítrofe o local onde possam encontrar menores dificuldades de se alocarem e de trabalharem.

Outro ponto que pode ser levantado da análise das regiões limítrofes é o de que inicialmente elas são porta de entrada de vários imigrantes, em decorrência das facilidades já mencionadas, e esses mesmos imigrantes, posteriormente, vão buscar em outros estados e outras macro-regiões sua fixação final.

Isso se dá porque jamais se esgotam as possibilidades oferecidas pelo mundo ao imigrante, sendo que esses movimentos imigratórios "se inscrevem na totalidade característica de um determinado momento, mas o faz como uma parte do todo" (SANTOS, 2002, p. 160).

Assim, a busca dos estados brasileiros que compõem as regiões limítrofes entre os Estados Partes, pode em dado momento ser apenas um evento na busca por outro evento, sejam as regiões do centro sul do país (SANTOS, 2002); isso não quer dizer que as regiões limítrofes não sofrem a influência da entrada desses imigrantes, mudando as características, principalmente as laborais, daqueles locais, como anteriormente mencionado. Isso quer dizer que os fatos devem ser analisados em conjunto.

Em relação aos dados censitários de 1991, no que concerne à imigração uruguia para o Mato Grosso do Sul, Campo Grande possui apenas 19,4% do total de imigrantes que foram para o estado, sendo que 69,2% deles residem no município de Corumbá e os demais se

dispersaram por municípios como Ladário, Rio Verde do Mato Grosso e Três Lagoas, dentre outros.

Já em relação ao estado do Mato Grosso, 20,5% dos uruguaios imigrantes buscaram a capital Cuiabá. Porém, 79,5% do total desses imigrantes ficaram dispersos em toda a região, formando pequenos aglomerados imigratórios.

Mudando o foco da análise para os imigrantes paraguaios, também concentrados nas regiões limítrofes dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, observa-se, através dos dados do censo de 1991, o seguinte: no estado do Mato Grosso do Sul a imigração é extremamente dispersa, apenas 27% dos imigrantes optaram em residir na capital Campo Grande. Os demais se movimentaram em direção a quase todos os municípios do estado, como Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dourados, Aparecida de Taboado, Aquidauana e outros.

O mesmo fato ocorreu em relação aos movimentos dos imigrantes paraguaios no estado do Mato Grosso, apenas 11,7% deles optaram por residir na capital Cuiabá. Os demais, com poucas exceções, se dispersaram para quase todos os municípios do estado.

Esse enfoque também pode ser observado quando analisado o censo de 2000, pois a movimentação migratória tanto de bolivianos quanto de paraguaios para as regiões dos estados do Centro Oeste, que são limítrofes daqueles países, se fez de forma altamente dispersiva, ficando poucos deles sediados nas capitais.

Apenas 23,4% do total dos paraguaios imigrados para o Mato Grosso do Sul estão na capital Campo Grande. Os demais estão residindo por vários outros municípios, fato também ocorrido em relação ao estado do Mato Grosso, onde somente 9,4% do total de imigrantes se encontram em Cuiabá.

Verifica-se uma queda ainda maior da busca pela capital desses dois estados, se considerarmos o censo de 1991. Em ambos os movimentos migratórios, considerando tanto paraguaios quanto uruguaios, ocorreu uma busca decrescente pelas capitais.

Já em relação aos uruguaios o movimento foi diverso, pois houve um aumento na procura desses imigrantes para residirem nas capitais: 50% dos imigrantes uruguaios no ano de 2000 se encontravam na capital de Campo Grande, contra 19,4% em 1991. Tal fato não ocorreu no estado de Mato Grosso, pois apenas 11,3% dos imigrantes uruguaios buscaram a capital Cuiabá em 2000, contra 20,5% em 1991, constatando-se aí uma queda no fluxo migratório para essa capital.

Uma das análises que pode ser feita sobre essa extremada dispersão migratória constatada é a de que os imigrantes vão em busca de trabalhos em fazendas, trabalhos

agrícolas e pecuários, e nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, elas estão distribuídas em todos os municípios.

Através das fiscalizações feitas e citadas anteriormente, constata-se que esses pólos de mão-de-obra são explorados em um sistema quase escravo, pois são mão-de-obra barata, e que vêm substituindo a mão-de-obra dos residentes naturais; o que pode, a longo prazo, provocar um certo desgaste social e econômico, inclusive com a possibilidade de um movimento de êxodo rural por parte dos residentes naturais.

Não só no caso das regiões de fronteiras, como também em todos os demais processos imigratórios recentes aqui abordados, observa-se a problemática da livre circulação de trabalhadores no âmbito do MERCOSUL, bem como a inexistência de meios normatizadores para a recepção dessa mão-de-obra.

Sendo que o processo de integração do MERCOSUL tende a aumentar, e com isso, conseqüentemente, os fluxos migratórios entre os países signatários também aumentam:

As novas modalidades de movimentos embutem novos significados; requerem, entre outras dimensões novos procedimentos jurídicos por força da necessidade de regulamentar, mais cedo ou mais tarde, a livre circulação de trabalhadores no contexto da livre circulação de mercadorias. Por outro lado, esses movimentos que tendem a ser mais constantes, mais circulares, mais diversos, incidem em situações de convivência bi-nacional (ou tri-nacional no caso de Foz de Iguaçu) históricas, onde estratificação social, desigualdades e carência pregressas tendem a acirrar-se; abre-se assim um leque de novas necessidades e certas dimensões da vida coletiva ficam a descoberto, como por exemplo, a necessidade de compatibilização de políticas sociais como educação e saúde, e todo o sistema previdenciário para a salvaguarda das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. (PATARRA; BAENINNGER, 2004, p. 15).

Fica evidenciado, ao longo da presente abordagem, que a América do Sul se encontra inserida, através do fenômeno da globalização, em um processo de redistribuição internacional da população, onde as relações entre os Estados signatários tiveram um forte aumento e seus territórios, antes tidos como distantes, passaram a uma união perceptível, onde as fronteiras geográficas deixaram de existir na forma rígida, passando a ser apenas uma divisa pela qual a população migrante se desloca em busca de trabalho e de melhores condições de vida (GIDDENS, 1991).

Tal alargamento das fronteiras teve como conseqüência, principalmente no Brasil, aqui analisado como país receptor de mão-de-obra, a formação de novos espaços produtivos e a transformação de outros já ocupados, aumentando o desemprego estrutural e o trabalho informal, trazendo um grave prejuízo social, fruto da precarização das condições de trabalho desses imigrantes.

5 - Considerações Finais

A América Latina, em decorrência do processo de globalização vivido por todo o mundo, não escapou de ser atingida pelas grandes mobilidades populacionais, movimento que vem sofrendo, dentro do continente, uma grande ascendência diante da liberação de serviços intra bloco inserida no texto criador do MERCOSUL.

Tal liberação de circulação de serviços entre os países signatários, trouxe para o Brasil uma ocorrência até então nova em se tratando de imigração internacional, seja, o país passou a ser um pólo atrativo de mão-de-obra em relação aos demais países membros, por diversas facilidades no campo industrial, econômico, social que hoje tem o país comparado com os demais signatários.

Como ficou demonstrado pela análise dos dados censitários dos anos de 1991 e 2000, bem como pelas informações obtidas, tanto pela Pastoral do Imigrante Latino Americano, quanto pelos números de autorização concedidos para o trabalho desses imigrantes no Brasil fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a questão dos movimentos migratórios no âmbito dos países que configuram o MERCOSUL para o Brasil deve se tornar de interesse crescente, uma vez que o próprio Tratado integracionista vem acirrando o referido processo.

Esses fluxos migratórios para o Brasil possuem sua base fundada na busca de emprego e melhores condições de vida para esses imigrantes, que na sua maioria se encaminham para as regiões metropolitanas brasileiras.

Porém, ficou demonstrado que além desse movimento na busca pelas áreas de produção industrial, ainda pode ser observado o crescente fluxo migratório que se concretiza nas áreas fronteiriças do país, para o trabalho em fazendas da região, em que se destaca o deslocamento para a Região Cento-Oeste. Este fato reflete, juntamente com os demais fluxos, dentro desse contexto, vivamente, a questão da livre circulação de trabalhadores no âmbito do processo integracionista.

Pode ser observado dentro dos movimentos migratórios aqui estudados que existem alguns movimentos comuns direcionados para as grandes metrópoles, como é o caso de São Paulo e outros de fronteiras como é o caso do Rio Grande do Sul, porém, não pode ser deixada à deriva a observação de que em ambos os casos esses locais também são uma porta de entrada para que os imigrantes alcancem outros locais de trabalho, pois, em sua maioria, eles não se fixam no primeiro local de contato, migram de município a município, de estado a estado, até encontrarem locais apropriados para o trabalho e para a sua definitiva inserção na luta por melhores condições de vida.

Em consequência de estar esse movimento migratório, seja para as grandes metrópoles ou nas regiões de fronteira, para o Brasil, ligado fundamentalmente à questão de emprego e da livre circulação dos trabalhadores intra-bloco MERCOSUL, torna-se urgente a normatização laboral nesse sentido, porque os referidos fluxos migratórios tendem a se ampliar, implicando em maiores alterações nos cenários sócio-econômicos de cada região receptora.

Em razão da acirrada concorrência internacional engendrada pelo processo de globalização, os sistemas reguladores das relações laborais vêm se alterando de forma decisiva, os regramentos se tornam cada vez mais flexíveis e genéricos.

Enquanto isso não acontece, busca-se uma tentativa de harmonizar as normas laborais, através de estudos comparados das legislações específicas de cada país signatário. Observando a rápida análise comparativa dos ordenamentos jurídicos-laborais feita em linhas anteriores, conclui-se que as divergências existentes não são de difícil harmonização. Sendo quase que imprescindível ao bom andamento do processo de integração, a efetivação dessa harmonização, em decorrência do aumento do fluxo migratório de trabalhadores intra bloco.

Existem imigrantes paraguaios, argentinos, bolivianos, uruguaios que passam pelo mesmo problema de exploração laboral, provocando nos locais onde se encontram verdadeiras contradições e alterações nas relações políticas, sociais e econômicas.

O caminho a percorrer ainda é muito longo e cheio de obstáculos até se transformar o direito da livre circulação de trabalhadores um componente efetivo, real e respeitado dentro do processo integracionista, que será a curto prazo sustentáculo do projeto comum de desenvolvimento.

Não pode ser deixado de mencionar que o governo brasileiro tem tomado algumas iniciativas para amenizar a curto prazo o problema da imigração, como no caso da imigração boliviana, com a assinatura do Acordo Bilateral entre Brasil e Bolívia que busca a regularização da imigração dos bolivianos no Brasil.

Talvez para uma futura abordagem, pode ser estudado como deverão os sindicatos se posicionar a esse respeito, evidenciando a necessidade das corporações buscarem alcançar seus interesses em nível internacional, mundial, globalizado, produzindo uma defesa dos interesses das classes sociais além-fronteira, como diria Durkheim.

É nessa perspectiva que se faz necessária uma reflexão sobre uma efetiva atuação sindical que transcenda os limites nacionais, pois é na negociação coletiva transnacional setorializada por categoria que se pode avistar uma solução face às dificuldades de recepção desses imigrantes, amenizando a longo prazo os problemas sócio-laborais já existentes, como a formação, nas regiões receptoras, de pólos quase escravos de mão-de-obra.

Bibliografia citada

ANTUNES, Ricardo. "A terceira Alternativa" *in*: "Dilemas da Atualidade". São Paulo: Ed. CES, 1997.

ARNALDO, Sussekind. "Convenções da OIT". 2ª ed. São Paulo: LTR, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). Encontro Nacional de Estudos Populacionais - Anais, [19-].

AHESNAIS, François. "A mundialização do capital". São Paulo: Xamã, 1996.

BAENINGER, Rosana. Doutoranda em Ciências Sociais. Texto elaborado para exame de qualificação. IFCH/UNICAMP, 1998.

BARROS, Cássio Mesquita. "A harmonização dos direito individuais e o MERCOSUL". *In*: Revista LTr, São Paulo: LTr, v.56, 1997.

BATISTA, Paulo Nogueira. "O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos". Caderno da dívida externa, n.69 PEDEX. São Paulo: Peres, 1994.

BARROS, Cássio Mesquita. "Circulação dos trabalhadores no MERCOSUL". *in*: Carlos Alberto Gomes Chiarelli(Org.). "Temas de integração com enfoque no MERCOSUL". São Paulo: LTr, 1997.

BOURDIEU, Pierre. "Contrafogos". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CARAPINHERIO, Graça. "A globalização e o risco social" *in*: "A globalização e as Ciências Sociais". 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARMO, Paulo Sérgio do, "O trabalho na economia global". São Paulo: Editora Moderna, 1998.

CHESNAIS, François. "A mundialização do capital". São Paulo: Xamã, 1996.

CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO. 1. PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana. "Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica - Brasil no Mercosul". Caxambú - MG: ALAP, 2004.

CORDEIRO, Wolney de Macedo. "A Regulamentação das Relações de Trabalho Individuais e Coletivas no âmbito do MERCOSUL". São Paulo: LTR, 2000.

DOWBOR, Ladislau. "Globalização e tendências institucionais" *in*: DOWBOR, Ladislau, IANNI, Ocatvio e RESENDE, Paulo Edgar A. (Org.). "Desafios da globalização". Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ENGELS, Friedrich. "A origem da família, da propriedade privada e do Estado". 14.ed. Rio de Janeiro: BCD União Editoras S.A., 1997.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1. FARIA, Vilmar. "O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação". ABEP, 1978.

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. SOARES, Weber (UFMG/ Cedeplar). "Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos s da circunscrição topológica da migração internacional". Ouro Preto, 2002.

FERRER, Florencia. "Reestruturação Capitalista". São Paulo: Editora Moderna, 1998.

FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues. "Globalização, Mercosul e crise do Estado Nação". São Paulo: LTr, 1997.

GIANOTTI, Ricardo. "A terceira Alternativa, Dilemas da Atualidade". São Paulo: CES, 1997.

GIDDENS, Anthony. "As Conseqüências da Modernidade". São Paulo: UNESP, 1991.

_____. "Modernização Reflexiva". São Paulo: UNESP, 1997.

_____. "Sociology: Oxford, Polity Press, 1990.

HARVEY, David. "Condição Pós-Moderna". São Paulo: Loyola, 1989.

KLEIN, Herbert. "A imigração espanhola no Brasil". São Paulo: IDESP, Sumaré, FAPESP, 1994.

IANNI, Octávio. "Globalização: novo paradigma das ciências sociais". São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

_____. "Teorias da globalização" 4ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.

_____. "A era do globalismo" *in*: ARLANCH, Flávia Martins de Oliveira (Org.). "Globalização, regionalização e nacionalismo". São Paulo: Editora UNESP, 1999.

JUNIOR, Judicael C. "A participação da imigração na formação da população brasileira". Brasília: Rev. Brasileira Estudos Populacionais, 1997.

LITTLE, Daniel. "Causal analysis" *in*: "Varieties of social explanation – An introduction to the philosophy of social science". Boulder: Westview, 1991, p. 13-38. Tradução de Jordão Horta Nunes. Revisão de Francisco C E Rabelo.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. "Manifesto do partido comunista".[S.I]. : Cortez, 1998.

PARK, E. Robert. "Migração humana e o homem marginal". *in*: "O homem marginal: Estudo de personalidade e conflito cultural". Biblioteca de Ciências Sociais. STONEQUIST, Everett. vol. VII. São Paulo: Martins, 1948.

PATARRA, Neide. "Migração Internacional: questão relevante para a Região Centro Oeste". Departamento de Sociologia e NEPO/UNICAP, 2003.

RENNER H Cecília; PATARRA, Neide. "Migrações". *In*: SANTOS, F. Jair; LEVY, Maria Stella Ferreira. (Org.) "Dinâmica da população, teoria, métodos e técnicas de análise". [S.I s.n.,19-].

ROSSINI, Rosa Ester. "A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital". Universidade de São Paulo: Departamento de Geografia, [19?].

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). "A Globalização e as Ciências Sociais". 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. "Território Globalização e Fragmentação". São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. "A Natureza do Espaço". São Paulo: Edusp, 2002.

SINGER, Paul. "Perspectivas de Desenvolvimento da América Latina". Novos Estudos, GEBRAP, 1996.

SZMRECSANYI, Tamás. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

THUROW, Lester C. "O Futuro do capitalismo". Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Tratados e documentos

BALANCE PRELIMINAR DE LAS ECONOMÍAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. División de Desarrollo Económico con la colaboración de la División de Estadística y Proyecciones. Chile: CEPAL, 2003.

BANCO DE DADOS MERCOSUL (Brasília, MRE/NAT: sistema informatizado contendo toda documentação institucional relativa ao MERCOSUL, disponível através de ligação direta por meio de "modem", para o tel. (061-55) 32117-7105 e 3211-7115).

BOLÍVIA; CHILE, EQUADOR, COLÔMBIA, PERÚ. Acordo de Cartagena. [S.I. s. n.]. 1969.

EMBAIXADA DO URUGUAI NO BRASIL. Imigração uruguaia no Brasil. Mensagem recebida por urubras@embruruguai.org.br em 29 de julho de 2004.

ESTADOS UNIDOS; CANADÁ; MÉXICO. *North-American Free Trade Agreement*, [S.I. : s. n.]. 1994.

SIMON, Bolivar. "Carta da Jamaica". Kingston: [s. n.]. 1815.

Jornais

Diário do Grande ABC Paulista Online. Várias Reportagens. São Paulo: Internet, 2006.

CÔNSUL quer legalização de bolivianos. Diário de Cuiabá, ed. 10714, Cuiabá, 08 de setembro de 2003.

DRT acha bolivianos explorados. Diário de Cuiabá, ed. 10710, Cuiabá, 04 de setembro de 2003.

MILHARES de sul-americanos clandestinos chegam todo ano a São Paulo. Notícias do MERCOSUL. Disponível em < www.sindicatomercosul.com.br > n.20425. São Paulo: Sindicato do MERCOSUL, 21 de dezembro de 2004.

Bibliografia consultada

BAENINGER, Rosana. Doutoranda em Ciências Sociais. Texto elaborado para exame de qualificação. IFCH/UNICAMP, 1998.

BORGES, Altamiro. "Consenso e dissensos e desafios" *in*: "Dilemas da Atualidade". São Paulo: CES, 1997.

CANO, Wilson. "Impactos da Globalização É hora de acordar" *in*: "Dilemas da Atualidade", São Paulo: CES, 1997.

CASTRO, Maria Silva Portella. "O sindicalismo na construção da democracia brasileira: a experiência e as perspectivas da CUT". São Paulo, 1995.

_____. "MERCOSUL, mercado de trabalho e desafios para uma ação sindical regional". [S.I.]: Caracas, 1996.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 1, FARIA, Vilmar. "O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação". ABEP, 1978.

GARZA, Esthela Gurierrez. "Economia, teoria e história: La CEPAL y los estilos de desarrollo". Mexico, 1994.

GIDDENS, Anthony. "Sociology". Oxford: Polity Press, 1990.

GOMES, Wagner. "Que a chama não se apague" *in*: "Dilemas da Atualidade". São Paulo: CES, 1997.

HARBERMAS, Jurgen. "Para a reconstrução do materialismo histórico". 2. ed. Brasiliense, 1993.

HUNTINGTON, Samuel P. "O Choque de civilizações e a recomposição da Ordem Mundial". S.I.: Objetiva, 1997.

MARTINS, José. "Globalização e perspectiva operária" *in*: "Dilemas da Atualidade", São Paulo: CES 1997.

- MARX, Karl; ENGELS Friedrich. "Prefácio à contribuição à crítica da economia política". *in*: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- MARX, Karl. "Elementos Fundamentais para a crítica da economia política (borrador)". 1857-1858, 3 vols. Trd. De José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scarón, Siglo Veintiuno. Mexico: Editores, 1971-1976.
- MENDONÇA, Nunes M. Leda; ROCHA, Ribeiro Regina Cláudia; GOMES, Aquino H. Suely. " Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos na UFG". Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2005.
- NEPO; UNICAMP. "Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas". Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2001.
- PARK. E. Robert. "Migração humana e o homem marginal". *in*: "O homem marginal: Estudo de personalidade e conflito cultural". Biblioteca de Ciências Sociais. STONEQUIST, Everett. vol. VII. São Paulo: Martins, 1948.
- PRAXEDES, Walter; PILETTI, Nelson. "O MERCOSUL e a sociedade global". 6ª ed. história em movimento. [S.I]. Ática, 1995.
- RENNER H, Cecília; PATARRA, Neide. Migrações. *in*: SANTOS, F. Jair; LEVY, Maria Stella Ferreira. (Org.). "Dinâmica da população, teoria, métodos e técnicas de análise". São Paulo: T.A. Queiroz. 1980.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). "A Globalização e as Ciências Sociais". 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Diana de Lima; PASSOS, Edésio. "Impactos da globalização – relações de trabalho e sindicalismo na América Latina e Europa". São Paulo: LTR, 2001.
- SINGER, Paul. "Um dilema diante de nós" *in*: "Dilemas da Atualidade". São Paulo: CES, 1997.
- _____, "Perspectivas de desenvolvimento da América Latina".[S.I. : s. n.]. 1996;
- TRAVESSO, Dirceu. "O próximo passo" *in*: "Dilemas da Atualidade" São Paulo: CES, 1997.

Legislação

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1998. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

Fontes institucionais

BRASIL. Censos do IBGE. 1991 e 2000.

BRASIL. FIBGE - Censos Demográficos e Tabulações Avançadas - Brasil e Macroregiões.

BRASIL. IMILA e CELAD de 2000.

BRASIL. Memorial do Imigrante.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Gabinete do Ministro - GM. Brasília: CGIg, 2005.

ANEXO I - Carta da Jamaica

Kingston, 6 de setembro de 1815

Meu grande senhor:

Adianto-me em responder a carta do dia 29 do mês passado que o senhor fez a honra de me escrever, e eu recebi com a maior satisfação.

Sensível, como devo, ao interesse que o senhor queria tomar por sorte da minha pátria, afligindo-se com ela pelos tormentos que padece desde o seu descobrimento até estes últimos períodos, devido aos seus destruidores, os espanhóis, não sinto menos o comprometimento em que me põem as solícitas súplicas que o senhor me faz, sobre as coisas mais importantes da política americana. Assim, me encontro em um conflito, entre o desejo de corresponder à confiança com que o senhor me favorece, e o impedimento de satisfazê-la, tanto por falta de documentos e de livros, quanto pelos limitados conhecimentos que possuo em um país tão imenso, variado e desconhecido como o Novo Mundo.

Na minha opinião é impossível responder as perguntas com as quais o senhor me honrou. Somente o barão de Humboldt, com sua universalidade de conhecimentos teóricos e práticos, faria com exatidão, porque ainda que uma parte da patriótica revolução da América seja conhecida, me atrevo a assegurar que a maior está coberta de escuridão, e por conseqüência, só se pode oferecer suposições mais ou menos aproximadas, sobre tudo no que for relativo a sorte futura e aos verdadeiros projetos dos americanos; pois quantas combinações provêm a história das nações, de outras tantas é susceptível a nossa por suas posições físicas, pelas vicissitudes da guerras, e pelos cálculos da política.

Como me julgo obrigado a prestar atenção à apreciável carta do senhor, não menos que as suas filantrópicas observações, me animo a dirigir estas linhas, nas quais certamente não encontrará, o senhor, as idéias luminosas que deseja, mas sim as ingênuas expressões de meus pensamentos.

Três séculos há, disse o senhor, que começaram as barbaridades que os espanhóis cometeram no grande hemisfério de Colombo. Barbaridades que a presente idade rebateu como fábulas, porque parecem superiores a perversidade humana; e jamais seriam crédulas pelos críticos modernos, se constantes e repetidos documentos não testificassem estas infaustas verdades. O filantrópico bispo de Chiapa, o pastor da América, Las Casas, desejou depois uma breve relação delas, sucinta das sumárias que seguiram a Sevilla aos conquistadores, com o testemunho de pessoas respeitáveis que estavam então, no Novo Mundo, e com os mesmos processos que os tiranos fizeram entre si; como consta pelos mais sublimes historiadores daquele tempo. Todos os imparciais fizeram justiça ao zelo, verdade e virtudes daquele amigo que a humanidade, que com tanto fervor e firmeza denunciou seu governo e os atos contemporâneos mais horrorosos de um bruto sanguinário.

Com tamanha emoção e gratidão leio a passagem da carta do senhor em que me diz que espera que os acontecimentos que seguiram, então, às armas espanholas, acompanhem agora as de seus contrários, os muitos oprimidos americanos meridionais! Eu tomo esta esperança por uma profecia, se a justiça decide as contendas dos homens. O sucesso coroará nossos esforços; porque o destino da América se fixou irrevogavelmente; o laço que a unia à Espanha está cortado; a opinião era toda sua força; por ela se estreitavam mutuamente as partes daquela imensa monarquia; o que antes as unia, agora as divide; maior é o ódio que nos inspirou a Península que o mar que nos separa dela; menos difícil é unir os dois continentes, que reconciliam espíritos dos dois países. O hábito da obediência, um comércio de interesses, de religião; uma recíproca benevolência; uma terna solicitude pela pátria e a glória de nossos pais; em fim, tudo o que formava nossa esperança nos vinha da Espanha. Daqui nascia um princípio de adesão que parecia eterno; não obstante que a má conduta dos dominadores afrouxava essa simpatia; ou por melhor dizer este apego forçado pelo império da dominação. Ao presente sucede o contrário; a morte, a desonra, quanto é nocivo, nos ameaça e tememos; tudo sofremos dessa desnaturalização madrastra. O véu se rasgou; já temos visto a luz e não queremos voltar as trevas; quebraram-se os vínculos; já fomos livres, e nossos inimigos pretendem novamente escravizar-nos. Portanto, a América combate com rancor; e rara a vez o desespero não se arrastou atrás da vitória.

Porque os acontecimentos haviam sido parciais e alternados, não devemos desconfiar da fortuna. Em alguns lugares triunfam os independentes, em outros diferentes, os tiranos obtêm vantagem. Qual o

resultado final? Não está o Novo Mundo inteiro, comovido e armado para a sua defesa? Daremos uma espiada e observaremos uma luta na mesma extensão deste hemisfério.

O belicoso Estado das Províncias do Rio Prata limpou seu território e conduziu suas armas vencedoras ao Alto Peru, comovendo a Arequipa e inquietando os realistas de Lima. Cerca de um milhão de habitantes desfrutaram ali de sua liberdade.

O reino do Chile, povoado de 800.000 almas, está lutando contra seus inimigos que pretendem dominar-lo; mas em vão, porque os que antes puseram um término a suas conquistas, os indomáveis e livres araucanos, são seus vizinhos e compatriotas; e seu exemplo sublime é suficiente para provar-lhes que o povo que ama sua independência, por fim a consegue.

O vice-reinado do Peru, cuja população ascende a um milhão e meio de habitantes, é sem dúvida a mais dócil e a que mais sacrifícios fez pela causa do Rei; e boa que sejam várias relações concernentes para aquela porção da América, e indubitável que não está tranqüila, nem é capaz de opor-se a torrente que ameaça as suas maiores províncias.

A Nova Granada, que é, pode-se dizer, o coração da América, obedece a um governo ordinário, efetuando o reino de Quito que com a maior dificuldade contém seus inimigos, por ser fortemente adepto à causa de sua pátria, e as províncias do Panamá e Santa Marta que sofrem a tirania de seus senhores. Dois milhões e meio de habitantes estão dispersos por aquele território que atualmente defendem contra o exército espanhol sob o comando do general Morillo, que é provável que sucumba diante da invencível praça de Cartagena. Mas, se a tomar, será a margem de grandes perdas, e desde já carecerá de grandes forças para subjugar os valentes moradores do interior.

Enquanto na heróica e infeliz Venezuela, os acontecimentos foram tão rápidos e suas devastações tamanhas, que quase a reduziram a absoluta indigência e a uma solidão espantosa, não obstante que era um dos mais belos países de tantos que faziam o orgulho da América. Seus tiranos governam um deserto, e só oprimem a tristes restos que escaparam da morte, alimentam uma precária existência: algumas mulheres, crianças e anciãos são o que sobrou. A maioria dos homens morreu por não serem escravos, e os que vivem combatem com fervor nos campos e nos povoados internos até morrer ou lançar ao mar os que, insaciáveis de sangue e de crimes, rivalizam com os primeiros monstros que fizeram desaparecer da América a sua raça primitiva.

Cerca de um milhão de habitantes contava a Venezuela; e sem exagero se pode assegurar que uma quarta parte foi sacrificada pela terra, pela espada, pela fome, pela peste, pelas peregrinações; exceto o terremoto, todos resultados da guerra.

Na Nova Espanha havia em 1808, segundo nos refere o barão de Humdoldt, 7.800.000 almas incluindo a Guatemala. Desde aquela época a insurreição que agitou a quase todas as províncias, fez diminuir sensivelmente aquele número que parece exato; pois mais de um milhão de homens pereceram, como o senhor poderá ver na exposição do Sr. Walton que descreve com fidelidade os sanguinários crimes cometidos naquele opulento império. Ali a luta se mantém a força de sacrifícios humanos e de todas as espécies, pois nada guardam os espanhóis para que consigam submeter os que tiveram a desgraça de nascer neste solo, que parece destinado a banhar-se com o sangue de seus filhos. Apesar de tudo, os mexicanos serão livres, porque abraçaram o partido da pátria, com a resolução de vingar seus antepassados ou segui-los a sepultura. Já eles dizem com Raynal: chegou o tempo de pagar aos espanhóis suplicio com suplicio e de afogar essa raça de exterminadores em seu sangue ou no mar.

Juntando as ilhas de Porto Rico e Cuba pode se formar uma população de 700 a 800 mil habitantes, são as que tranqüilamente mais possuem espanhóis, porque estão fora de alcance dos independentes. Não são americanos esses habitantes? Não são escravos? Não desejarão sua felicidade?

Este quadro representa uma escala militar de 2.000 léguas de longitude e 900 de latitude em sua maior extensão em que 16.000.000 americanos defendem seus direitos, ou estão oprimidos pela nação espanhola, que ainda foi em algum tempo o mais vasto império do mundo, seus restos são agora impotentes para dominar o novo hemisfério e até para se manter no antigo. E, a Europa civilizada, comerciante e amante da liberdade, permite que uma velha rancorosa serpente venenosa devore a mais bela parte do nosso globo? Está a Europa surda ao clamor do seu próprio interesse? Já não tem olhos para ver justiça? Tanto se endureceu para ser deste modo insensível? Estas questões, quanto mais as medito, mais me confundem, chego a pensar que se aspira que desapareça a América; mas, é impossível

porque toda a Europa não é Espanha. Que demência a da nossa inimiga, pretender reconquistar a América, sem marinha, sem tesouros, e quase sem soldados! Pois, os que tem apenas são suficientes para conter o seu próprio povo em uma violenta obediência e defender-se dos vizinhos. Por outra parte, poderá esta nação fazer comércio exclusivo da metade do mundo sem manufaturas, se produções territoriais, sem artes, sem ciências, sem política? Conseguida que fosse esta louca empresa, e supondo mais, ainda que conseguida a paz, os filhos atuais americanos unidos com os dos europeus reconquistadores, não voltariam a formar dentro de vinte anos os mesmos patrióticos propósitos que agora estão combatendo?

A Europa faria um bem à Espanha em dissuadir-la de sua obstinada imprudência, porque ao menos lhe afogará os gastos que expende, e o sangue que derrama; fixando sua atenção em seus próprios recintos, instituindo-se sua prosperidade e poder sobre bases mais sólidas que as incertas conquistas, um comércio precário e reclamações violentas em povos remotos, inimigos e poderosos. A mesma Europa, por sana política, deveria haver preparado e executado o projeto de independência americana, não só porque o equilíbrio do mundo assim o exige, sim porque este é o meio legítimo e seguro de adquirir-se estabelecimentos ultramarinos de comércio. A Europa, que não se acha agitada pelas violentas manifestações de vingança, ambição e garra, como a Espanha, parece que estava autorizada por todas as leis da justiça a educar-la sobre seus bem entendidos interesses.

Tantos escritores trataram a matéria se recordavam desta parte. Em consequência, nós esperávamos com razão que todas as nações cultas se apressariam em auxiliar-nos, para que adquiríssemos um bem cujas janelas são recíprocas a ambos hemisférios. Sem embargo, tão frustradas esperanças! Mão só os europeus, mas até os nossos irmãos do Norte, se mantiveram imóveis espectadores desta disputa, que por sua essência é a mais justa, e por seus resultados a mais bela e importante de tantas que se levantaram nos séculos antigos e modernos. Até onde se pode calcular a transcendência da liberdade do hemisfério de Colombo.

A indignidade com que Bonaparte, disse o senhor, prendeu Carlos IV e Fernando VII, reis desta nação, que 3 séculos há, aprisionou com traição dos monarcas da América Meridional, é um ato de grande manifesto da retribuição divina, e ao mesmo tempo uma prova de que Deus mantém a justa causa dos americanos, e lhes concederá sua independência.

Parece que, o senhor, quer aludir ao monarca do México, Moteuczoma, preso por Cortés, e morto, segundo Herrera, pelo mesmo, ainda que Solís disse que pelo povo; e a Atahualpa, Inca do Peru, destruído por Francisco Pizarro e Diego Almagro. Existe tal diferença entre a sorte dos reis espanhóis e os reis americanos, que não admitem comparação; os primeiros tratados com dignidades, conservados, e ao fim retomam sua liberdade e trono; mentiras que os últimos sofrem tormentos inauditos e os insultos mais vergonhosos. Se a Quauhtemotzin, sucessor de Moteuczoma, lhe tratam como imperador, e lhe põem a coroa, foi por chacota e não por respeito, para que experimentasse este escárnio antes das torturas. Sorte igual à destes monarcas tiveram o rei de Michoacán, Catzontzin; o Zipa de Bogotá, e quantos Toquis, Incas, Zipas, Ulmenes, Caciques e outras dignidades indígenas sucumbiram ao poder espanhol. O sucessor de Fernando VII é mais semelhante ao que teve lugar no Chile em 1535 com o Ulmén de Copiapó, então reinante naquela região. O espanhol Almagro pretextou, como Bonaparte, tomar partido pela causa do legítimo soberano, e em consequência chama ao usurpador como Fernando o era na Espanha; aparenta restituir ao legítimo a seus estados e termina por encadear e deixar as chamas ao infeliz Ulmén, sem querer nem ainda ouvir sua defesa. Este é o exemplo de Fernando VII com seu usurpador; os reis europeus só padecem de exílios, o Ulmén do Chile termina sua vida de um modo atroz. Depois de alguns meses, acrescenta o senhor, fez muitas reflexões sobre a situação dos americanos e suas esperanças futuras; tomo grande interesse em seus acontecimentos; mas me faltam muitas informações relativas a seu estado atual e ao que ele aspira: desejo infinitamente saber a política de cada província como também sobre sua população; se desejam repúblicas ou monarquias, se formarão uma grande república ou uma grande monarquia. Toda a notícia desta espécie que o senhor possa me dar, ou indicar-me as fontes a que devo recorrer, estimarei como um favor muito particular.

Sempre as almas generosas se interessam no destino de um povo que se esmera por recobrar os direitos com que o Criador e a natureza lhes dotaram; e é necessário estar bem fascinado pelo erro ou pelas paixões para não abrigar esta nobre sensação; o senhor pensou em meu país, e se interessa por ele; este ato de benevolência me inspira o mais vivo reconhecimento.

Disse a população que se calcula por dados mais ou menos exatos, que mil circunstâncias fazem falidos, sem que seja fácil remediar essa inexatidão, porque a maioria dos moradores tem habitações

campestres, e muitas vezes, errantes, sendo lavradores, pastores, nômades, perdidos em meio de espessos e imensos bosques, planícies solitárias, e exilados entre lagos e rios caudalosos. Quem será capaz de formar uma estatística completa de semelhantes territórios? Ademais, os tributos que pagam os indígenas; as penalidades dos escravos; as primícias, dízimos e impostos que pesam sobre os lavradores, e outros acidentes separam de suas casas os pobres americanos. Esta é sem fazer menção à guerra de extermínio que já cegou cerca de um oitavo da população, e já afugentou uma grande parte; pois então as dificuldades são insuperáveis e o encabeçamento virá a reduzir-se à metade do verdadeiro censo.

Ainda é mais difícil pressentir a sorte futura do Novo Mundo, estabelecer princípios sobre sua política, e quase profetizar a natureza do governo que chegará a proteger. Toda idéia relativa ao porvir deste país me parece aventurada. Pode-se prever, quando o gênero humano falava em sua infância, rodeado de tanta incerteza, ignorância e erro, qual seria o regime que abraçaria para a sua conservação? Quem se atreveria a dizer tal nação será pública ou monárquica, esta será pequena e aquela grande? Em meu conceito, esta é a imagem de nossa situação. Nós somos um pequeno gênero humano; teremos um mundo aparte, cercado por dilatados mares; novos em quase todas as artes e ciências, ainda que em certo modo velhos em uso da sociedade civil.

Eu considero o estado atual da América, como quando arruinado o império romano, cada desmembração formou um sistema político, conforme os seus interesses e situação, ou Seguindo a ambição particular de alguns chefes, famílias, ou corporações; com esta notável diferença que aqueles membros dispersos voltava, a restabelecer suas antigas nações com as alterações que exigiam as coisas ou os acontecimentos, mas nós, que apenas conservamos vestígios do que em outro tempo foi, e que por outra parte, não somos índios, nem europeus, e sim uma meia espécie entre os legítimos proprietários do país, e os usurpadores espanhóis; em suma, sendo nós americanos por nascimento, e nossos direitos os da Europa, temos que disputar estes aos do país, e que mantenhamo-nos contra a invasão dos invasores; assim nos achamos no caso mais extraordinário e complicado. Não obstante que é uma espécie de adivinhação indicar qual será o resultado da linha da política que a América siga, me atrevo a aventurar algumas conjecturas que desde logo caracterizo de arbitrárias, ditadas por um desejo racional, e não por um raciocínio provável.

A posição dos moradores do hemisfério americano foi, por séculos, puramente passiva; sua existência política era nula. Nós estávamos em um grau ainda mais abaixo da servidão, e com mais dificuldade para elevar-nos ao deleite da liberdade. Permita-me, o senhor, estas considerações para elevar a questão. Os estados são escravos pela natureza de sua constituição ou pelo abuso dela, um povo é escravo quando o governo, por sua essência ou por seus vícios, usurpa os direitos dos cidadãos ou súditos.

Aplicando estes princípios, acharemos que a América não somente estava privada de sua liberdade, sim também da tirania ativa e dominante. Explicarei-me. Nas administrações absolutas não se reconhecem limites no exercício das faculdades governamentais: a vontade do Grande Sultão, Kan, Dey e outros soberanos despóticos, é a lei suprema, e esta é quase arbitrariamente executada pelos governadores subalternos da Turquia e Pérsia, que tem organizada uma opressão da qual participam os súditos em razão da autoridade que lhes é confiada. A eles estará encarregada a administração civil, militar, política, de rendas, e a religião. Mas, ao fim são persas os chefes de Hispahan, são turcos os vice-reis do grande senhor, são tártaros os sultões da Tartaria. A China não envia a busca líderes militares e letrados ao país de Gengis Kan que a conquistou, apesar de que os atuais chineses são descendentes diretos dos subjugados pelos ascendentes dos presentes tártaros.

Quanta diferença entre nós! Se nos humilhava com uma conduta que, além de privar-nos dos direitos que nos correspondia, nos deixava em uma espécie de infância permanente com respeito as transações públicas. Se tivéssemos sequer manejado nossos assuntos Domésticos em nossa administração interior, conheceríamos o curso dos negócios públicos e seu mecanismo. Gozaríamos também da consideração pessoal que impõe aos olhos do povo certo respeito maquinal, que é tão necessário conservar nas revoluções. Porque eu disse que estávamos privados até da tirania ativa, pois não nos está permitido exercer funções.

Os americanos, no sistema espanhol que está em vigor, e provavelmente com maior força que nunca, não ocupam outro lugar na sociedade que o de servos próprios para o trabalho, e quanto mais o de simples consumidores; e ainda esta parte justificada com limitações chocantes; tais são as proibições do cultivo de frutos da Europa, o impedimento das produções que o rei monopoliza, o embargo das fábricas que a mesma península não possui, os privilégios exclusivos do comércio até dos objetos de

primeira necessidade; os obstáculos entre as províncias e províncias americanas para que não se tratem, entendam, nem negociem; no fim, quer o senhor saber qual era o nosso destino? Os campos para cultivar o anil, o grão, o café, a cana, o cacau, o algodão; as planícies solitárias para criar gados; os desertos para caçar as bestas ferozes; as entranhas da terra para escavar o ouro, que pode saciar a essa nação egoísta.

Tão negativo era o nosso estado que não encontro semelhante em nenhuma outra associação civilizada, por mais que recorro a sucessão das idades e a política de todas as nações. Pretender que um país tão feliz constituídos, extenso, rico e populoso, seja meramente passivo não é um insulto e uma violação dos direitos da humanidade.

Estávamos, como acabo de expor, abstraídos e, digamos assim, ausentes do universo de tão relativa ciência do governo e a do Estado. Jamais éramos vice-reis nem governadores, a não ser por causas muito extraordinárias; arcebispos e bispos, poucas vezes; diplomáticos, nunca; militares, só em condições subalternas; nobres, sem privilégios reais; não éramos, em fim, nem magistrados nem financistas, e ainda quase não somos comerciantes; tudo na contravenção direta de nossas instituições.

O imperador Carlos V formou um pacto com os descobridores, conquistadores e povoadores da América que, como disse Guerra, é nosso contrato social. Os reis da Espanha ajustaram solenemente com eles que executassem por sua conta e risco, proibindo-lhes de fazer no limite da fazenda real, e por esta razão lhes concedeu que fossem senhores da terra, que organizassem a administração e exercessem a justiça em consulta; com outras muitas exceções e privilégios. O rei se comprometeu a não vender mais as províncias americanas, a ele não tocava outra jurisdição que a do alto domínio, sendo uma espécie de prosperidade feudal a que ali tinham os conquistadores para si e seus descendentes. Ao mesmo tempo existem leis expressas que favorecem quase exclusivamente aos naturais do país, originários da Espanha, nos empregos civis, eclesiásticos e de rendas. Por maneiras que com uma violação manifesta as leis dos pactos subsistentes, se viu despojar aqueles naturais da autoridade constitucional que lhes dava seu código.

De tanto que referi, será fácil deduzir que a América não estava preparada para despende-se da metrópole, como subitamente sucedeu o efeito das ilegítimas sessões de Bayona, e pela perversa guerra que a regência nos declarou sem direito algum para ele, não só por falta de justiça, sim também de legitimidade. Sobre a natureza dos governos espanhóis, seus decretos obrigatórios e hostis, e o curso inteiro de sua desesperada conduta, há escritos do maior mérito em nosso período. O Espanhol, cujo autor é o Sr. Blanco; e estando ali esta parte de nossa história muito bem tratada, me limito a indicá-lo.

Os americanos subiram de repente e sem os conhecimentos prévios, e, o que é mais sensível, sem a prática dos negócios públicos, a representar nas cenas do mundo as eminentes dignidades dos legisladores, magistrados, administradores do erário, diplomáticos, gerais, e quantas autoridades supremas e subalternas formam a hierarquia de um Estado organizado com regularidade.

Quando as águias francesas só respeitaram os muros da cidade de Cádiz, e com seu vôo vencerão aos frágeis governos da Península, então ficamos na orfandade. Já antes haviam sido entregados a mercê de um usurpador estrangeiro. Depois, lisonjeados com a justiça que nos correspondia com esperanças risonhas sempre ironizadas; por último, incertos sobre nosso destino futuro, e ameaçados pela anarquia, a causa da falta de um governo legítimo, justo e liberal, nos precipitamos no caos da revolução. Em primeiro momento só se cuidou de prover a segurança interior, contra os inimigos que sitiava nosso seio. Logo se estendeu a segurança exterior; se estabeleceram autoridades que substituímos por aquelas que acabamos de depor encarregadas de dirigir o curso de nossa revolução e de aproveitar a conjuntura feliz em que nos foi possível fundar um governo constitucional digno do presente século e adequado a nossa situação. Todos os novos governos marcaram seus primeiros passos com estabelecimento de juntas populares. Estas formaram em seguida regulamentos para a convocação de congressos que produziram alterações importantes. Venezuela elegeu um governo democrático federal, declarando previamente os direitos do homem, mantendo o equilíbrio dos poderes e estabelecendo leis gerais em favor da liberdade civil, de imprensa e outras; finalmente, se constituiu um governo independente. A Nova Granada seguiu com uniformidade os estabelecimentos políticos e várias reformas fez a Venezuela, pondo pro base fundamental de sua constituição o sistema federal mais exagerado que jamais existiu; recentemente melhorou com respeito ao poder executivo geral, que obteve várias atribuições correspondentes

Segundo entendo, Buenos Aires e Chile seguiram esta mesma linha de operações; mas como nos

falamos de longe, os documentos são muito raros, e as notícias tão inexatas, não me animarei ainda a esboçar o quadro de suas transações.

Os acontecimentos no México foram muito diversos, complicados, rápidos e desgraçados, para que possam seguir o curso de sua revolução. Carecemos, ademais, de documentos bastante instrutivos, que nos façam capazes de julgá-los. Os independentes do México, pelo que sabemos, deram princípio a sua insurreição em setembro de 1810, e um ano depois, já tinham centralizado seu governo em Zitácuaro, instalado ali uma Junta Nacional sob prognóstico de Fernando VII, cujo nome se exercia as funções governativas. Pelos acontecimentos da guerra, esta Junta passou por diferentes lugares e é viável que tenha conservado até os últimos momentos, com as modificações que os acontecimentos exigiram. Diz-se que se criou um generalíssimo ou ditador que é o ilustre general Morelos; outros falam do célebre general Rayón. O certo é que um destes grandes homens, ou ambos, separadamente, exercem a autoridade suprema naquele país; e recentemente apareceu uma Constituição para o regime do Estado. Em março de 1812 o governo de Zultepec apresentou um plano de paz e guerra ao vice-rei do México concebido com a mais profunda sabedoria. Nele se solicitou o direito de estado estabelecendo princípios de uma exatidão incontestável

Propus a Junta que a guerra se fizesse como entre irmãos e compatriotas, pois não devia ser mais cruel entre nações estrangeiras; que os direitos de estado de guerra, inviolável para os mesmos infiéis e bárbaros, deviam ser os mais cristãos, sujeitos a um soberano e a umas leis; que os prisioneiros não fossem tratados como culpados de lesa-majestade, nem se degolassem os que entregavam as armas, sim que se mantivessem reféns para trocar-los; que não entrasse a sangue e fogo nas populações pacíficas, não as dizimassem nem quitassem para sacrificar-la, e conclui-se que, em caso de admitir-se este plano, se observariam rigorosamente as represálias. Esta negociação se tratou com o mais alto desprezo; não se deu resposta a Junta Nacional; as comunicações originais foram queimadas publicamente na praça do México, por mão do verdugo; e a guerra de extermínio continuou por parte dos espanhóis com seu furor habitual, ao mesmo tempo em que os mexicanos e outras nações americanas não a faziam, nem ainda havia morte com prisioneiros de guerra que fossem espanhóis. Aqui se observa que por causa da conveniência a aparência de submissão ao rei e ainda a Constituição da monarquia. Parece que a Junta Nacional é absoluta no exercício das funções legislativas, executivas e judiciárias, e o número de seus membros é muito limitado.

Os acontecimentos de Terra Firme nos provaram que as instituições perfeitamente representativas não são adequadas a nosso caráter, costumes e luzes atuais. Em Caracas o espírito do partido tomou sua origem nas sociedades, assembléias, e eleições populares; e estes partidos nos retornaram a escravidão. E assim como Venezuela foi a república americana que mais se adiantou em suas instituições políticas, também foi o mais claro exemplo da ineficiência da forma democrática e federal para nossos novos Estados. Na Nova Granada a excessiva autoridade do governo provincial e a falta de centralização geral, reduziram aquele precioso país ao estado reduzido no qual se encontra hoje em dia. Por esta razão seus fracos inimigos se conservaram contra todas as probabilidades. Por muito que nossos compatriotas não adquiriram os talentos e virtudes políticas que distinguem a nossos irmãos do Norte, os sistemas inteiramente populares, longe de nos ser favorável, temo muito que venham a ser nossa ruína. Desgraçadamente, essas qualidades parecem estar muito distantes de nós no grau que se solicita; e pelo contrário, estamos dominados pelos vícios que se contraem sob a direção de uma nação como a espanhola, que só sobressaiu em frieza, ambição vingança e desejo.

É mais fácil, disse Montesquieu, tirar um povo da servidão, que subjugar um livre. Esta verdade está comprovada pelos anais de todos os tempos, que nos mostram o aumento das nações livres submetidas ao poder, e pouquíssimas das escravas recobram sua liberdade. Apesar deste convencimento, os meridionais deste continente manifestaram a tentativa de conseguir instituições liberais, e ainda perfeitas; sem dúvida, por efeito do instinto que tem todos os homens de aspirar a sua melhor felicidade possível, a que se alcança infalivelmente nas sociedades civis, quando elas estão fundadas sobre as bases da justiça, da liberdade, e da igualdade. Mas, se pode conceber que um povo recentemente desencadeado, se lance à esfera da liberdade, como Ícaro, se lhe desfazem as asas e recai no abismo? Tal maravilha é inconcebível. Por conseguinte, não há um raciocínio verossímil que nos encha com esperança.

Eu desejo mais que qualquer outro ver a América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza que por sua liberdade e glória. Ainda que aspiro a perfeição do governo da minha pátria, não posso persuadir-me que o Novo Mundo seja no momento regido por uma grande república; como é impossível, não me atrevo a desafiar-lo; e menos desejo ainda uma monarquia universal da América,

porque o projeto, sem ser útil, é também impossível. Os abusos que atualmente existem não se reformariam, e nossa regeneração seria inútil. Os Estados americanos carecem dos cuidados de governos paternos que curem as chagas e as feridas do despotismo e da guerra. A metrópole, por exemplo, seria o México, que é a única que pode ser por seu poder interior, sem o qual não há metrópole. Suponhamos que fosse o Istmo de Panamá, ponto central para todos os extremos deste vasto continente; Não continuarão esses na languidez, e ainda na desordem atual? Para que um só governo dê vida, anime, ponha em ação todos os benefícios da prosperidade pública, corrija, illustre e aperfeiçoe o Novo Mundo, será necessário que tivesse as faculdades de um Deus, e as luzes e virtudes de todos os homens.

O espírito do partido que no momento agita nossos Estados, se inflamaria então com maior ódio, encontrando-se ausente a fonte do poder que unicamente pode reprimi-lo. Ademais, os magnatas das capitais não sofreriam a preponderância dos metropolitanos, a quem consideram como a outros tantos tiranos; seus zelos chegariam até o ponto de comparar estes com os odiosos espanhóis. Afinal, uma monarquia semelhante seria um colosso disforme, que seu próprio peso despencaria ao menor tremor.

Sr. De Pradt dividiu sabiamente a América em 15 a 17 Estados independentes entre si, governados por outros tantos monarcas. Estou de acordo no primeiro, pois a América comporta a criação de 17 nações; mas, quanto ao segundo, ainda que seja mais fácil fazer, é menos útil; e assim, não sou a favor das monarquias americanas. Estão aqui minhas razões. O interesse bem entendido de uma república se circunscreve na esfera de sua conservação, prosperidade e glória. Não exercendo a liberdade o império, porque é precisamente seu oposto, nenhum estímulo excita aos republicanos a estender os términos de sua nação, em detrimento dos seus próprios meios, com o único objetivo de fazer participar seus vizinhos de uma constituição liberal. Nenhum direito adquirem, nenhuma vantagem obtêm os vencidos, ao menos que os reduzam a colônias, conquistas, ou aliados, seguindo o exemplo de Roma. Fórmulas e exemplos estão em oposição direta com os princípios da justiça dos sistemas republicanos; e ainda direi mais, em oposição manifesta com os interesses de seus cidadãos; porque um Estado demasiadamente extenso em si mesmo ou por suas dependências, vem em decadência, e converte sua forma livre em outra tirânica; reflete os princípios que devem conservá-la, e ocorre por último o despotismo. O distintivo das pequenas repúblicas é a permanência; e das grandes, são vários, mas sempre se inclina ao império. Quase todas as primeiras tiveram uma grande duração; das segundas só Roma se manteve alguns séculos, mas foi porque era uma república a capital e não era o resto de seus domínios, que se governavam por leis e instituições diferentes.

Muito contrária é a política de um rei, cuja inclinação constante se dirige ao aumento de suas posições, riquezas e faculdades; com razão, porque a autoridade cresce com estas vantagens, tanto com respeito aos seus vizinho, como a seus vassallos, que temem um poder tão formidável como o do seu império, que se conserva por meio da guerra e da conquista. Por estas razões penso que os americanos, ansiosos pela paz, ciências, artes, comércio e agricultura, prefeririam as repúblicas aos reinos, e me parece que estes desejos se atenderão com os vislumbres da Europa.

Não convenho com o sistema federal entre os populares e representativos, por ser demasiadamente perfeito e exigir virtudes e talentos políticos muito pouco superiores aos nossos; por igual razão repudio a monarquia mista de aristocracia e democracia que tanta fortuna e esplendor procurou a Inglaterra. Não sendo possível conseguir entre as repúblicas e monarquias o mais perfeito e acabado, evitemos cair em anarquias demagógicas ou em tiranias monocráticas. Busquemos um meio entre extremos opostos que nos conduzirão aos mesmos obstáculos, à felicidade e a desonra. Vou arriscar o resultado de minhas reflexões sobre a sorte futura da América; não a melhor, sim a que seja mais acessível.

Pela natureza das localidades, riquezas, população e caráter dos mexicanos, imagino que tentariam a princípio estabelecer uma república representativa na qual tenha grandes atribuições o poder executivo, concentrando-o em um indivíduo que desempenhe suas funções com acerto e justiça, quase naturalmente virá a conservar uma autoridade vitalícia. Se sua incapacidade ou violenta administração excita uma comoção popular que triunfe, este mesmo poder executivo provavelmente se difundirá em uma assembléia. Se o partido preponderante é militar aristocrático, exigirá provavelmente uma monarquia, que ao princípio será limitada e constitucional e depois inevitavelmente declinará em absoluta; pois devemos convir que não há nada mais difícil na ordem política que a conservação de uma monarquia mista; e também é preciso convir que só um povo tão patriota como o inglês é capaz de conter a autoridade de um rei e sustentar o espírito da liberdade sob um cetro e uma coroa.

Os estados do Istmo do Panamá até Guatemala formaram possivelmente uma associação. Esta magnífica posição entre os grandes mares poderá ser com o tempo o centro do universo. Seus canais

reduzirão as distâncias do mundo; estreitarão os laços comerciais da Europa, América e Ásia; trarão a tão feliz região os tributos das quatro partes do globo. Acaso só ali poderá fixar-se algum dia a capital da terra, como pretendeu Constantino que foi Bizâncio do antigo hemisfério!

A Nova Granada se unirá com a Venezuela, se chegarem a ajustar-se em uma república central, cuja capital seja Macaibo ou uma nova cidade que, com o nome de Lãs Casas (em honra a este herói da filantropia), se funde entre os confins de ambos países, no soberbo porto da Bahia-honda. Esta posição, ainda que desconhecida, é mais vantajosa por todos os aspectos. Seu acesso é fácil, e sua situação tão forte, que pode fazer-se inexpugnável. Possui um clima puro e saudável, um território tão próprio para a agricultura como para a criação de gados, e uma grande abundância de madeiras de construção. Os selvagens que a habitam seriam civilizados, e nossas posições aumentariam na aquisição da Goajira. Esta nação se chamaria Colômbia como um tributo de justiça e gratidão ao criador de nosso hemisfério. Seu governo poderá imitar o inglês, com a diferença de que no lugar de um rei haverá um poder executivo eleito, não vitalício, e jamais hereditário, se quer uma república; uma câmara ou senado legislativo hereditário, que nas tempestades políticas se interponham entre as ondas populares e os raios do governo, e um corpo legislativo de livre eleição, sem outras restrições que as da Câmara Baixa da Inglaterra. Esta constituição participará de todas as formas, e eu desejo que não participe de todos os vícios. Como esta é minha pátria, tenho direito incontestável para desejá-la, o que, em minha opinião, é melhor. É muito possível que a Nova Granada não convenha no reconhecimento de um governo central, porque é no extremo adepta a federação; então formará por si só um Estado que, se subsiste, poderá ser muito falado por seus grandes recursos de todos gêneros.

Pouco sabemos das opiniões que prevalecem em Buenos Aires, Chile e Peru; julgando pelo que se traduz e pelas aparências, em Buenos Aires haverá um governo central em que os militares se levam a primazia por consequência de suas divisões internas e guerras externas. Esta constituição degenerará necessariamente em uma oligarquia ou numa monocracia, com mais ou menos restrições, e cuja dominação ninguém pode adivinhar. Seria doloroso que tal coisa sucedesse, porque aqueles habitantes são merecedores da mais esplêndida glória

O reino do Chile está citado pela natureza de sua situação. Pelos costumes inocentes e virtuosos de seus moradores, pelo exemplo de seus vizinhos, os bravos republicanos do Arauco, a gozar das bênçãos que derramam as justas e doces leis de uma república. Se alguma permanece grande tempo na América, me inclino a pensar que será a chilena. Jamais se extinguiu o espírito de liberdade; os vícios da Europa e da Ásia chegarão tarde ou nunca a corrompem aos costumes daquele extremo do universo. Seu território limitado, estará sempre fora do contato podre do resto dos homens; não alterará suas leis, usos e práticas; preservará sua uniformidade nas opiniões políticas e religiosas; em uma palavra, o Chile pode ser livre.

O Peru, ao contrário, encerra dois elementos inimigos de todo o regime justo e liberal: ouro e escravos. O primeiro o corrompe por completo; o segundo está corrompido por si mesmo. A alma de um servo rara vez alcança o apreço da sua liberdade; enfurece-se nos tumultos, ou se humilha nas cadeias. Ainda que estas regras seriam aplicáveis a toda a América, creio que com mais justiça as merece Lima pelos conceitos que expôs pela cooperação que prestou a seus senhores contra seus próprios irmãos, os ilustres filhos de Quito, Chile e Buenos Aires. É constante que o que aspira a obter a liberdade, ao menos tenta. Suponho que em Lima não toleram os ricos a democracia, nem os escravos e pardos livres a aristocracia; os primeiros preferirão a tirania de um só, por não padecer das prisões tumultuadas e por estabelecer uma ordem pacífica. Muito fará se concebe recordar sua independência.

De tudo que foi exposto, podemos deduzir estas consequências: as províncias americanas se acham lutando por sua emancipação; ao fim obterão sucesso; Algumas se constituirão de um modo regular em repúblicas federais e centrais; se fundarão monarquias quase inevitavelmente nas grandes seções, e algumas serão tão felizes que devorarão seus elementos, já na atual, já nas futuras revoluções; que uma grande monarquia não será fácil consolidar; uma grande república impossível.

É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o mundo novo uma só nação com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, uns costumes e uma religião deveria por conseguinte ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que tenham de formar-se; mas não é possível porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, características diversas, dividem a América. Que belo seria que o Istmo de Panamá fosse para nós o que o de Corinto é para os gregos! Tomara que algum dia tenhamos a fortuna de instalar ali um augusto congresso dos representantes das repúblicas, reinos e impérios. A tratar de discutir sobre os altos

interesses da paz e da guerra com as nações das outras partes do mundo. Esta espécie de corporação poderá ter lugar em alguma época venturosa de nossa regeneração; outra esperança é infundada; semelhante a do eclesiástico St. Pierre que concebeu ao louvável delírio de reunir um congresso europeu para decidir da sorte dos interesses daquelas nações.

Mutações importantes e felizes, continuam, podem ser freqüentemente produzidas por efeitos individuais. Os americanos meridionais têm uma tradição que diz que quando Quetralcohuatl, o Hermes ou Buhda da América do Sul, resignou sua administração e os abandonou, lhes prometeu que voltaria depois que os séculos designados tivessem passado, e que ele restabeleceria seu governo e renovaria sua felicidade. Esta tradição, não opera e excita uma convicção de que logo deve voltar? Concebe, o senhor, qual será o efeito que produzirá, se um indivíduo aparecendo entre eles demonstrasse as características de Quetralcohuatl, o Buhda do bosque, o Mercúrio, do qual falaram tanto as outras nações? Não acredita, o senhor, que isto inclinaria todas as partes? Não é a união tudo o que se necessita para por em estado de expulsar os espanhóis, suas tropas, e os partidários da corrompida Espanha, para fazer-los capazes de estabelecer um império poderoso, com um governo livre e leis benévolas?

Penso como o senhor que causas individuais podem produzir resultados gerais, sobre tudo nas revoluções. Mas não são os heróis, grandes profetas, Deus do Anahuac, Quetralcohuatl, o que é capaz de operar os prodigiosos benefícios que o senhor propõe. Este personagem é apenas conhecido do povo mexicano, e não vantajosamente; porque tal é a sorte dos vencidos ainda que sejam Deuses. Só os historiadores e literários se ocuparam cuidadosamente em investigar sua origem, verdadeira ou falsa missão, suas profecias e o término de sua carreira. Se disputa, se foi um apóstolo de Cristo ou um bom pagão. Uns supõem que seu nome quer dizer São Tomás; outros que "*Culebra Emplumajada*"; e outros dizem que é o famoso profeta Yucatán, Chilan-Cambal. Em uma palavra, os maiores dos autores mexicanos, polêmicos e historiadores profanos, trataram com mais ou menos extensão a questão sobre o verdadeiro caráter de Quetralcohuatl. O feito é, segundo disse Acosta, que ele estabeleceu uma religião, cujos ritos, dogmas e mistérios tinham uma admirável afinidade com a de Jesus, e que provavelmente é a mais semelhante a ela. Não obstante disso, muitos escritores católicos procuraram afastar a idéia de que este profeta foi verdadeiro, sem querer reconhecer nele um São Tomás como afirmar outros célebres autores. A opinião geral é que Quetralcohuatl é um legislador divino entre os povos pagãos de Anahuac, do qual era lugar-tentente o grande Motekzoma, derivando dele sua autoridade. Daqui se deduz que nossos mexicanos não seguirão o gentil Quetralcohuatl, ainda que, julgue-se sob as formas mais idênticas e favoráveis, pois professam uma religião, a mais intolerante e exclusiva de todas.

Felizmente, os diretores da independência do México se aproveitaram do fanatismo com o melhor acerto, proclamando a famosa virgem de Guadalupe como rainha dos patriotas, invocando-a em todos os casos árduos e levando-a em suas bandeiras. Com isto, o entusiasmo político formou uma mescla com a religião que produziu um fervor veemente pela sagrada causa da liberdade. A veneração desta imagem no México é superior a mais exaltada que poderia inspirar o mais astuto profeta. Seguramente a união é a que nos falta para completar a obra de nossa regeneração. Sem embargo, nossa divisão não é estranha, porque tal é o distintivo das guerras civis formadas geralmente entre dois partidos: conservadores e reformadores. Os primeiros são, normalmente, mais numerosos, porque o império, de costume, produz o efeito da obediência às autoridades estabelecidas; os últimos são sempre menos numerosos ainda que mais veementes e ilustrados. Deste modo a massa física se equilibra com a força mora, e a contenda se prolonga, sendo seus resultados muito incertos. Entre nós a massa seguiu a inteligência. Eu direi ao senhor que podemos por em prática a expulsão dos espanhóis, e a fundação de um governo livre. É a união, certamente; mas esta união não nos virá por prodígios divinos, e sim por efeitos sensíveis e esforços bem dirigidos. A América está encontrada entre si, porque se acha abandonada de todas as nações, exilada em meio ao universo, sem relações diplomáticas, nem auxílios militares e combatida pela Espanha que possui mais elementos para a guerra do que nós furtivamente podemos adquirir

Quando os acontecimentos não estão seguros, quando o Estado é frágil, e quando as empresas são remotas, todos os homens vacilam; as opiniões dividem, as paixões as agitam, e os inimigos as animam para triunfar por este fácil meio. Logo que formos fortes, sob os prognósticos de uma nação liberal que nos preste sua atenção, nos verá de acordo a cultivar as virtudes e os talentos que conduzem a glória: então seguiremos a marcha ao redor das grandes propriedades a que está destinada a América Meridional; então as ciências e as artes que nasceram no Oriente e ilustraram a Europa, voaram a Colômbia livre e as convidará para um asilo.

Tais são, senhor, as observações e pensamentos que tenho a honra de submetê-los ao senhor, para retificar ou reprovar segundo seu entendimento; suplicando-lhe que se convença que me atrevi a expô-los, mais por não ser descortês, do que por me acreditar capaz de ilustrar, ao senhor, na matéria.

As suas ordens;

SIMON BOLÍVAR

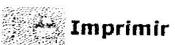
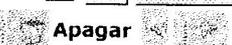
ANEXO II - Email recebido pela Embaixada do Uruguai

iG Mail - Leitura de Mensagem

Página 1 de 1



Lendo Mensagem 10 - [ver cabeçalho] [Mover para pasta] OK Fechar

 **Responder**  **Responder a todos**  **Encaminhar**  **Imprimir**  **Apagar** 

Data: Thu, 29 Jul 2004 17:41:05 -0300
De: Embajada del Uruguay en Brasil <urubras@emburuguai.org.br> [guardar endereço]
Para: <josyborges_801@hotmail.com>
Com cópia: <soninn@ig.com.br>, 'Urubras (E-mail)' <urubras@emburuguai.org.br>
Assunto: 476_Assunto:_Imigração_urugu aia_no_Brasil
 476 Assunto: Imigração uruguiaia no Brasil

De: Embajada del Uruguay en Brasil - Seção Consular
 Destino: josyborges_801@hotmail.com , soninn@ig.com.br
 Prioridad: Regular
 Iniciales: AC/ema
 Fecha: 29.07.04
 E-Mail Nº: 476

Em resposta a sua mensagem pela qual solicita dados referentes à imigração uruguiaia no Brasil, temos a lhe informar :

1. Em levantamento realizado por esta Seção Consular em julho de 2002, e com dados coletados pelos Consulados existentes nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre , Salvador e Brasília se preparou documento concluindo que o número de uruguaios residentes no Brasil se encontrava ao redor de 30.213 pessoas.
2. Neste número foram considerados os cidadãos uruguaios com registros nos Consulados Gerais ou na sua área de atuação, não considerando os cidadãos ilegais ou em trâmites para radicação.
3. As informações coletadas foram confirmadas nos registros da Divisão de Estrangeiros da Polícia Federal , comprovando assim a sua veracidade.

Atenciosamente

Enibal Cabral
 Chefe da Seção Consular

 **Responder**  **Responder a todos**  **Encaminhar**  **Imprimir**  **Apagar** 

[Mover para pasta] OK Fechar

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)